

organizador
Alberto da Silva Moreira

Religião e Fascismo

DESENVOLVIMENTOS
RECENTES



organizador
Alberto da Silva Moreira

Religião e Fascismo

DESENVOLVIMENTOS
RECENTES



• São Paulo • 2025 •



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

R382

Religião e Fascismo: Desenvolvimentos recentes /
Organização Alberto da Silva Moreira. – São Paulo:
Pimenta Cultural, 2025.

Livro em PDF

ISBN 978-85-7221-301-1

DOI 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-301-1

1. Religião. 2. Fascismo. 3. Autoritarismo. 4. Bolsonarismo.
5. Igrejas neopentecostais. I. Moreira, Alberto da Silva (Org.).
II. Título.

CDD 261.32194

Índice para catálogo sistemático:

I. Religião - Igrejas

II. Facismo

Simone Sales • Bibliotecária • CRB ES-000814/0

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2025 os autores.

Copyright da edição © 2025 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:


Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).

Os termos desta licença estão disponíveis em:

<<https://creativecommons.org/licenses/>>.

Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.

O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Bieging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Bieging
Gerente editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Júlia Marra Torres
Estagiária editorial	Ana Flávia Pivisan Kobata
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Andressa Karina Voltolini
Estagiárias em editoração	Raquel de Paula Miranda Stela Tiemi Hashimoto Kanada
Imagens da capa	Georg Pahl  Wikimedia Commons
Tipografias	Abril, Acumin
Revisão	Os autores e o organizador
Organizador	Alberto da Silva Moreira

PIMENTA CULTURAL

São Paulo • SP

+55 (11) 96766 2200

livro@pimentacultural.com

www.pimentacultural.com



2 0 2 5

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosangela Colares Lavand
Universidade Federal do Pará, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade do Estado do Amapá, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos
Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Christiano Martino Otero Avila
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva.
Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva
Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edson da Silva
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Éverly Pegoraro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrcia Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gabriella Eldereti Machado
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geymeesson Brito da Silva
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handerson Leylton Costa Damasceno
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa
Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales
*Instituto Nacional de Estudos
e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil*

Helena Azevedo Paulo de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges
Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneos
Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa
Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura
Universidade São Francisco, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini
Universidade de São Paulo, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro
Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik
Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Marcio Bernardino Sirino
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos
Universidad Internacional Iberoamericana del México, México

Marcos Uzel Pereira da Silva
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi
*Centro Federal de Educação Tecnológica
Celso Suckow da Fonseca, Brasil*

Maria Edith Maroca de Avelar
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva
Instituto Federal do Piauí, Brasil

Mauricio José de Souza Neto
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes
Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabeth de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

SUMÁRIO

Religião e fascismo - apresentação..... 9

CAPÍTULO 1

Vincenzo Pace

A saudação romana e o sinal da cruz:

o compromisso histórico entre o fascismo e a igreja católica na Itália13

CAPÍTULO 2

Michael Ramminger

Fascismo e religião na Alemanha:

de Hitler até o presente.....28

CAPÍTULO 3

Alberto da Silva Moreira

Pontos de contato entre religião e fascismo:

uma análise da propaganda de líderes religiosos nas eleições de 201852

CAPÍTULO 4

Eduardo Gusmão de Quadros

O fantasma fascista75

CAPÍTULO 5

José Antonio Zamora

Mobilização autoritária, posfascismo e religião94

CAPÍTULO 6

Helton Thyers Melo Oliveira

Neopentecostalismo e fanatismo bolsonarista:

confluência para a produção de dissonância cognitiva 119

Sobre os autores 134

Índice remissivo..... 135

RELIGIÃO E FASCISMO - APRESENTAÇÃO

MOTIVAÇÃO E JUSTIFICATIVA

Boa parte da população mundial vive hoje em democracias formais. Mas tanto nas democracias estabelecidas do eixo norte do planeta quanto nas mais recentes do eixo sul, a confiança nos parlamentos, nos partidos e nas formas de representação política vive uma crise profunda. Em boa parte do mundo, e não apenas no Brasil, as sociedades estão dilaceradas por desigualdades econômicas e sociais, por uma forte polarização política, quando não por uma cultura política de ódio e por uma pregação aberta contra direitos humanos e sociais duramente conquistados. Por toda parte grupos de direita ou de extrema-direita estão usando as ruas, os tribunais e as próprias urnas para desafiar não apenas as autoridades e as instituições formais da democracia burguesa, mas o próprio ideal de democracia. Desde a Índia, Rússia, Hungria, Turquia, passando por Alemanha, França, Estados Unidos até o Brasil a forma, o conteúdo, as instituições, as práticas e, em última análise, os próprios princípios da democracia liberal estão sendo questionados. O sistema capitalista parece não precisar mais de regimes democráticos e estar gestando formas autoritárias e subservientes de governo que lhe sejam mais eficientes. Em alguns contextos a militância de grupos autoritários e neofascistas se torna quase uma forma de religião. Formas recicladas de fascismo – considerado um evento do passado por alguns - aparecem em nova roupagem e em contextos inesperados. Como na era Trump, tais grupos e lideranças políticas usam as instituições, práticas e formas de representação democrática para erodir, se possível acabar com a democracia formal e estabelecer-se

de forma duradoura no poder. Como no Brasil pós-Bolsonaro, tais grupos e lideranças políticas de recorte filo-fascista não desaparecem ao serem derrotados nas eleições. Esse não é um problema de natureza apenas político-eleitoral, que se resolveria com a eleição de candidatos alternativos, de centro ou de esquerda.

Economicamente os grupos neofascistas, de forma diferente do fascismo clássico, defendem propostas de cunho ultra-liberal, mas continuam apostando na violência, no nacionalismo, no racismo e na centralização autoritária do poder, enquanto acumulam uma formidável competência na guerra ideológica, estabelecendo centros de produção e redes capilares de divulgação de *fake news*, boatos, dados falsos, ódio e preconceitos. As propostas autoritárias parecem seduzir de forma duradoura uma parcela não desprezível da população, que sob determinadas circunstâncias – como na Alemanha o partido neonazista AfD, ou no Brasil o bolsonarismo – pode crescer e impactar significativamente os rumos da sociedade. Entre nós o bolsonarismo mantém uma cota relativamente estável de adeptos, o que é forte indício de que o movimento tende a sobreviver à trajetória política das figuras que lhe deram origem.

A cultura autoritária presente na sociedade brasileira não é nova, mas recebeu relativamente pouca atenção dos estudiosos da religião. Há excelentes análises por parte de sociólogos e antropólogos da religião dos recentes processos eleitorais e do papel *na política* dos grupos religiosos pentecostais ou católicos ou espíritas, mas faltam estudos que abordem o papel dos elementos religiosos na constituição e na manutenção de uma cultura do autoritarismo e mesmo do fascismo no Brasil. Também faz falta um quadro explicativo e analítico que leve em conta a interação dos fatores religiosos endógenos, que marcam historicamente a formação patriarcal e autoritária da sociedade brasileira, com fatores religiosos exógenos recentes, como o fundamentalismo religioso resultante das reações aos processos de globalização capitalista, que impactam e ajudam a reformatar a prática política e social autoritária de grupos religiosos

locais. Afinal, em contextos de elevada tensão social como no brasileiro, existe algum nexu ou relação entre a cultura política autoritária e a tradição religiosa vividas no passado e as novas formas de fascismo apoiadas e cultivadas por novos agentes religiosos e políticos? Em que medida circulam no contexto global concepções político-religiosas disseminadas por grupos influentes de ultra-direita e como impactam ou se mesclam tais interesses com projetos de poder de grupos religiosos e políticos locais?

A essa e a outras indagações semelhantes o presente livro busca oferecer respostas, estudos, dados, reflexões que permitam entender melhor – e sobretudo agir de forma esclarecida e cidadã – as relações entre religião e fascismo, entre igrejas e autoritarismo. Esta publicação acolhe uma parte substancial do que foi exposto e debatido no IV Colóquio Internacional Religião e Fascismo.¹ Este evento, organizado pelo Núcleo de Estudos Avançados em Religião e Globalização, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da PUC Goiás, aconteceu em Goiânia de 14 a 16 de junho de 2023. O colóquio foi fruto de uma parceria frutífera com a Fundação Joaquim Nabuco, na pessoa do professor Joanildo Burity que dele participou intensamente, com a Editora Vozes e com o Núcleo de Estudos da Religião Carlos Rodrigues Brandão, da Universidade Federal de Goiás. Durante três dias especialistas brasileiros e estrangeiros, pesquisadores das mais diversas áreas e pertinências teóricas, estivemos voltados para o estudo e o debate sobre a história e as formas atuais de imbricação e mútua implicação entre religião, autoritarismo e fascismo. Agradeço penhoradamente ao prof. Clóvis Ecco, coordenador do nosso PPG em Ciências da Religião pelo apoio constante até o final, aos autores dos estudos aqui reunidos, bem como aos demais colegas do Programa e a todos que tornaram possível aquele evento e agora a divulgação dos seus resultados.

1

Site do Colóquio: <https://www.pucgoias.edu.br/eventos/coloquio-internacional-do-nearg/>.

Dias antes do Colóquio a realização do evento e a própria PUC Goiás foram agressivamente atacadas na imprensa local goiana e nas redes sociais por líderes políticos e religiosos do espectro bolsonarista. As acusações estapafúrdias sempre eram acompanhadas de ameaças veladas de retaliação. Durante as sessões alguns dessas pessoas fizeram questão de marcar sua presença intimidadora na plateia. Por isso, firmou-se ainda mais em nós a convicção de que tanto quanto um desafio para a ciências sociais e o pensamento crítico, o autoritarismo fascista continua sendo, pela atração intensa e tóxica que exerce sobre as mentes e corações, um desafio formidável para a prática pedagógica e para a prática política cidadã, sobretudo para aquela que tem um pertencimento religioso como referência existencial.

Alberto da Silva Moreira
Goiânia, em junho de 2024



Vincenzo Pace

A SAUDAÇÃO ROMANA E O SINAL DA CRUZ:

**O COMPROMISSO HISTÓRICO
ENTRE O FASCISMO E A IGREJA
CATÓLICA NA ITÁLIA**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-301-1.1

INTRODUÇÃO

Falar de fascismo ou nazismo hoje, pelo menos na Europa, onde esses dois regimes políticos se estabeleceram entre 1922 e 1945, não é um exercício de memória histórica e pesquisa historiográfica. Tais regimes pertencem ao passado e não há condições para que se reafirmem. No entanto, alguns mitos coletivos, construídos na época por ideologias fascistas e nazistas, não parecem ter desaparecido. Em vez disso, eles parecem ter ressuscitado em condições históricas alteradas.

Nesse sentido, é útil a ideia de Giambattista Vico¹, filósofo italiano do século XVIII: a história não se repete, mas ocorrem percursos e recorrências. Nada volta como antes. No entanto, ideias, modos de sentir, emoções, mitos podem ressurgir do passado e reconfigurar-se adaptando-se aos novos tempos. Se hoje ninguém acredita que podemos regressar ao fascismo ou ao nazismo, podemos, no entanto, levar a sério o regresso ao mito coletivo da nação regenerada, que regressa para reencontrar as suas origens puras.

O mito nas ciências sociais é uma representação coletiva que nos permite imaginar um povo unido quando, do ponto de vista social e histórico, é dividido e diferenciado. Na política, este mito ganha forma na ideologia nacionalista, que hoje volta a fascinar e convencer uma parte cada vez maior das populações europeias (e não só elas). Em alguns casos, voltou a alimentar furiosamente a hostilidade entre pessoas que viveram juntas por décadas e que estavam convencidas de que a coexistência na diversidade era possível. Ocorreu a divisão de territórios inteiros e povos inteiros na Europa. Uma divisão material e política que precisou dividir os corações e as mentes das pessoas.

¹ Giambattista Vico nasceu e viveu em Nápoles, entre 1668 e 1744, passando da dominação aragonesa à dos Bourbons. Ele escreveu em 1725 a obra *Scienza Nuova*, um tratado de filosofia política com abordagem antropológica cultural *anteliteram*.

Isso foi possível porque as elites políticas armaram as mentes e os corações de seus respectivos cidadãos invocando a exclusividade da identidade nacional. Para fortalecer essa identidade exclusiva, as mesmas elites arrastaram para os campos de batalha as diversidades religiosas que caracterizaram historicamente uma determinada área territorial. Estamos falando do ciclo de guerras ocorrido nos Bálcãs entre 1990 e 1995, poucos anos após a queda do Muro de Berlim, guerras que levaram à dissolução da Federação dos Eslavos do Sul (Iugoslávia), que havia tentado aproximar eslovenos e croatas (de origem católica) com sérvios (ortodoxos) e bósnios (muçulmanos)². A grande transformação que vem mudando o perfil cultural e religioso da Velha Europa no último meio século ajuda a entender por que a retórica neonacionalista está ganhando apoio crescente hoje. Aqueles partidos e movimentos que interpretam a crescente diversidade religiosa e cultural - produzida desde o início da década de 1960 até hoje pelo fluxo de migrantes de todo o mundo - como uma ameaça de perda das identidades coletivas nacionais e sobretudo das raízes cristãs e humanísticas da civilização europeia, têm obtido crescentes vantagens eleitorais³.

Nas páginas seguintes tentarei mostrar como na Itália se reconstituiu um bloco social e político que certamente não pode ser assimilado ideologicamente ao fascismo, mas que repropõe a ideia de uma nação orgulhosa de sua própria identidade, de uma nação cristã ameaçada por um pluralismo cultural inesperado e indesejado. Uma primeira parte do artigo será dedicada a uma breve reconstrução da relação entre fascismo e catolicismo na Itália. Servirá para esclarecer o que ainda hoje resta do legado do fascismo e como esse legado diz respeito ao que Maurice Halbwachs chamou de quadros sociais da memória coletiva, numa fase de profunda transição cultural.

2 Para uma análise detalhada do caso, cf. Enzo Pace: *Perché le religioni scendono in guerra*. Roma-Bari: Laterza, 2004.

3 Nadia Marzouki, Duncan McDonnell and Olivier Roy (ogs.). *Saving the People: How Populists Hijack Religion*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

Não é apenas a Itália que está experimentando o ressurgimento de movimentos políticos de tipo nacionalista, que hoje são convocados pela mídia toda poderosa. Esta palavra, nacionalismo, é como um boneco de nidificação: esconde uma densa rede de emoções, ressentimentos, convicções e escolhas ideológicas bem definidas, que polarizam a opinião pública na Europa. O sentimento de perda da identidade nacional, o ressentimento em relação aos governos de esquerda que apoiaram e não se opuseram à invasão dos migrantes e à consequente islamização da Europa, a crença de que do ponto de vista demográfico caminhamos para uma substituição étnica, as críticas dirigidas a um organismo supranacional como a União Europeia que afirma impor regras aos Estados nacionais são os elementos constitutivos da ideologia soberana. As políticas de identidade nacional em curso na Europa recorrem, em muitos casos, à religião para armar simbolicamente a mentalidade coletiva, chamada a defender-se dos supostos invasores e da ameaça islâmica. Uma imagem, que foi utilizada pela Igreja Católica polaca por ocasião da marcha do Rosário em outubro de 2017 (que aqui reproduzimos) em nome da defesa das fronteiras sagradas da Europa cristã, sintetiza eficazmente o que acaba de ser dito.

Vamos salvar a Polônia e o mundo com o Rosário!



Fonte: <https://diecezja-torun.pl/artykuly/view/1717/ratujmy-rozancem-polske-i-swiat> (Diocese de Torun).

O mito da nação cristã ressurgiu em todo o mundo, apesar da secularização, assim como o da nação hindu (Índia)⁴ ou budista (Sri Lanka e Myanmar)⁵ ou ortodoxa (Rússia)⁶. No declínio das grandes ideologias políticas dos séculos XIX e XX (liberalismo, socialismo e maoísmo), as religiões são chamadas às armas porque são consideradas pelas elites conservadoras e neonacionalistas úteis para descrever o conflito social em termos metafísicos, como um embate final entre as forças do bem e as do mal. Não há, portanto, retorno do fascismo, mas a lição do fascismo ainda ensina algo: a possível convergência e conveniência por parte de atores políticos e religiosos em torno de um acordo para a palingênese da nação que redescobre a fé e se purifica dos males causados pela secularização apoiada por forças culturais e políticas seculares e de esquerda.

1. O QUADRO HISTÓRICO

Para enquadrar as complexas relações que o fascismo estabeleceu com a Igreja Católica, é necessário relembrar brevemente alguns dados históricos. Dois, em particular, referem-se à formação do Estado italiano, enquanto três outros elementos dizem respeito à natureza política do movimento fascista.

- 4 Christophe Jaffrelot. *L'Inde de Modi: national-populisme et démocratie ethnique*. Paris: Fayard, 2019 e Christophe Jaffrelot, Alain Dieckhoff. *Lenjeu mondial: populisme au pouvoir*. Paris: Presses de Sciences Po, 2019.
- 5 Para o caso do Sri Lanka cf. Tessa J. Bartolomeusz, Chandra De Silva (orgs.). *Buddhist Fundamentalism*. New York: State University of New York Press, 1998; e Tessa J. Bartholomeusz. *In Defense of Dharma*. London: Routledge, 2002. Para o caso de Myanmar cf. Emilie Biver. *Religious Nationalism: Myanmar and the Role of Buddhism in anti-Muslim Narratives*. Lund, Master Thesis of Science of Politics in Global Studies, 2014 e Kumar Ramakrishna. *Understanding Myanmar's Buddhist Extremists*, in *New England Journal of Public Policy*, 2020, n. 32/2, p. 1-18.
- 6 Para o caso da Rússia cf. Kristina Stoeckel, Dmitry Uzlauer. *The Moralists International: Russia in the Global Culture Wars*. London: Fordham University Press, 2022 e Ortodossie politiche, in *Religioni e Società*, 2022, n. 104, org. Adalberto Mainardi.

O Estado-nação italiano é uma formação relativamente recente. Até 1861 a Itália não existia. O processo histórico que prepara o seu advento chama-se *Risorgimento*, que se inicia em 1848 e termina em 1871. Foi um movimento pluri composto, constituído por movimentos políticos de diferentes inspirações ideológicas, mas principalmente liberais, maçons, laicos e socialistas. O personagem mais conhecido, especialmente na América Latina, foi Giuseppe Garibaldi. A síntese, ou seja, a condução política do movimento, foi feita por uma dinastia que reinava no Piemonte, os Savóia. Seu mérito foi fazer da luta pela independência italiana um “caso internacional”, encontrando o apoio sobretudo da França (de Napoleão III), interessada em tirar a futura Itália da esfera de influência do império austro-húngaro, dos Habsburgos.

O território italiano estava dividido em quatro áreas: ao norte, o pequeno Reino de Savóia (incluindo Piemonte, Ligúria e Sardenha); todo o restante (Lombardia e Veneza) era parte do império austríaco; no sul, da Campânia à Sicília, incluindo os Abruzos, era o Reino das Duas Sicílias dos Bourbons; todo o centro da Itália (incluindo Emilia-Romagna, Toscana, Marche, Úmbria e Lazio) formava o Estado Papal ou Estados Pontifícios. A anexação do norte e do sul ao nascente estado italiano foi o resultado de uma guerra vitoriosa contra os exércitos austríaco e borbônico e das condições geopolíticas particulares da época, que eram favoráveis à Itália. A conquista da Itália central, no entanto, significou não só a derrocada definitiva de um Estado, aquele da Igreja, mas também o eclipse final de uma teologia *mundana* que desde a Idade Média legitimava o poder temporal dos Papas. Tudo isso não dizia respeito apenas à história contingente das lutas pela independência italiana. Roma não era apenas a capital dos Estados Pontifícios, mas a capital do catolicismo. O papa nos Estados Pontifícios não era apenas o chefe da Igreja Católica, mas também o chefe de um estado, com seu próprio território, exército, moeda, administração pública e assim por diante. Ou seja: um papa-rei. Para a Igreja, portanto, a perda de seu território não era vista apenas como

uma subtração de bens materiais, mas como o desrespeito por parte da cultura liberal moderna do direito da Igreja de ter seu próprio Estado por mandato divino. Quando, em 1870, o exército francês flanqueado por tropas italianas rompe as últimas defesas do que restava do Estado Pontifício (a chamada brecha da Porta Pia em Roma), o então Papa Pio IX se recusa a reconhecer o Estado Italiano. Ele irá condená-lo como ímpio, fruto de uma conspiração maçônica e liberal e vai impedir os católicos de colaborar com esse estado por cerca de sessenta anos, proibindo-os de exercer o direito de voto.

Itália antes de 1861



Fonte: Wikipedia.

2. A QUESTÃO ROMANA

Tudo isso é chamado de *questão romana* nos livros de história. Traduzindo em termos simples: o Estado italiano nasceu excomungado pela Igreja Católica. As elites políticas liberais vão governar uma sociedade tradicionalmente católica que até a Primeira Guerra Mundial tende a obedecer à palavra dos Papas.

O fascismo nasceu logo após a Primeira Guerra Mundial, fundado em 1919 por Benito Mussolini, um militante do partido socialista (diretor do jornal socialista, *Avanti!*), que se converteu em 1919 às idéias do nacionalismo antiliberal. Mussolini era defensor de uma revolução popular, de massas, que se colocava como alternativa àquela defendida pelo movimento socialista e pelo nascente movimento comunista (após a Revolução de Outubro de 1917)⁷.

O movimento *Fasci di Combattimento* é um movimento profundamente secular, anticlerical, certamente não pró-católico. O mito coletivo que anima seus militantes é o de Roma, não a Roma dos Papas, mas a do Império Romano. Nesse sentido, parafraseando um slogan que tenho ouvido recentemente (dos EUA até a Índia), pode-se dizer que Mussolini e seus colaboradores mobilizaram os primeiros grupos de militantes, prometendo-lhes que a Itália voltaria a ser tão grande quanto no passado (*Make Italy great again!*). O tempo para o qual eles olhavam era o da Roma antiga. Para os fascistas, a Itália havia vencido a Primeira Guerra Mundial, mas sua vitória nas tramas geopolíticas da época havia sido "mutilada", pois territórios italianos ainda permaneciam em mãos estrangeiras, as chamadas (aliás gritadas nas praças) "terras não redimidas".

7

Na interminável literatura sobre as origens do fascismo refiro-me à obra de Renzo de Felice: *Mussolini e il fascismo*. Turim: Einaudi, 1995 (14 volumes).

O fascismo se apresenta como uma *religião secular completa*: não quer apenas conquistar o poder, expulsando liberais e socialistas; sonha poder moldar, quando chegar ao poder, o homem novo que incorpora nos mínimos detalhes de vestuário, postura corporal, saudações entre as pessoas, a quintessência de uma nação que aspira a renovar o esplendor glorioso de Roma. O fascismo quer um novo homem para educar e reeducar em todas as suas expressões vitais. O Estado torna-se assim uma instituição (ou um conjunto de aparelhos institucionais) que impõe uma disciplina de massa (o papel dos primeiros meios de comunicação será importante para a afirmação do fascismo). Essa disciplina de massa deve inculcar estilos de vida e visões de mundo de forma generalizada. Uma máquina racional moderna a serviço de um regime de verdade absoluta, aquele afirmado pelo partido fascista, que entretantes se transformou em Estado, conduzido pelo seu líder máximo, Benito Mussolini.

Assim, pelo menos durante os primeiros cinco anos após a conquista do poder em 1922 (através de eleições livres, mas num clima de crescente violência física e moral), o fascismo não mostra interesse pela *questão romana* (as difíceis relações entre Estado e a Igreja Católica). Porém, nos corredores do poder, alguém se perguntava: o que fazer com tantos italianos tradicionalmente católicos, que continuavam a olhar com desconfiança para o Estado nascido do *Risorgimento* liberal? como construir o novo homem fascista, quando a grande maioria dos italianos se mostrava fiel à Igreja? A dupla lealdade ao regime fascista e ao Magistério da Igreja não era tolerável para Mussolini. No Vaticano, por outro lado, o papa e os cardeais mais influentes da Cúria esperavam que fosse possível negociar ou compor com o fascismo. Mesmo porque o fascismo se apresentava como uma alternativa ao liberalismo e ao socialismo; era uma terceira via que poderia ir ao encontro daquela terceira via que a doutrina social católica havia traçado no final do século XIX entre o capitalismo liberal e o socialismo coletivista.

3. O COMPROMISSO ENTRE FASCISMO E A RELIGIÃO CATÓLICA

A relação entre o fascismo e a religião mudou em 1929, quando se chegou a um acordo entre o Estado e a Igreja Católica. Esse acordo entrou para a história como *Conciliação* ou *Concordata*: um conjunto de tratados em termos de direito internacional entre dois Estados que se reconheciam como soberanos. A Concordata continha, além de uma série de regulamentos relativos à tributação, aos bens eclesiásticos, a salários do clero, a obras de caridade da Igreja e outras coisas, as condições substanciais do compromisso alcançado entre o papado e o regime fascista. Essas condições podem ser resumidas da seguinte forma.

O regime fascista reconhecia o catolicismo como religião do Estado italiano, expressão do sentimento nacional e, portanto, numa posição privilegiada em relação às outras confissões religiosas. O artigo 38 da Concordata afirmava que “o ensino da doutrina cristã segundo a forma recebida da tradição católica era considerado o fundamento e o ápice da educação pública” (matéria de ensino obrigatório em todas as escolas públicas em todos os níveis).

O Estado laico liberal já não existia, a questão romana parecia superada e a Igreja Católica podia sentir-se finalmente reintegrada no seu papel de guardiã da alma moral e religiosa da Itália. A Igreja Católica viu em Mussolini “o homem da providência” que conseguiu resolver os problemas deixados em aberto pelas classes dirigentes liberais que “fizeram a Itália”, concebendo-a como um estado não confessional.

A notícia da assinatura da Concordata no jornal *Il Popolo d'Italia* fundado em 1914 por Benito Mussolini como órgão do Partido Socialista e que mais tarde se tornou o órgão oficial do partido fascista



Fonte: storiologia.it.

O Cardeal Gasparri, em nome do Papa Pio XI, e Benito Mussolini assinam a Concordata



Fonte: [Wikipedia](https://www.wikipedia.org).

Na realidade, os problemas não estavam todos resolvidos, pois várias vezes nos dias anteriores à assinatura da Concordata (11 de fevereiro de 1929), as negociações correram o risco de fracassar. Um dos pontos cruciais, de fato, foi a questão relativa às associações católicas. O regime fascista já havia começado a criar grandes associações de massa, visando sobretudo à formação do novo homem fascista, que começava com as crianças. Como disse Mussolini em um discurso de 1933:

Rejeitamos a teoria do homem econômico, a teoria liberal, e nos enfurecemos cada vez que ouvimos que o trabalho é uma mercadoria. Não existe o homem econômico, existe o homem integral que é político, que é econômico, que é religioso, que é santo, que é guerreiro (grifo meu)⁸.

O projeto de educação em massa dos valores fascistas colidiu com a aspiração igualmente histórica da Igreja Católica de cuidar das pessoas *do berço ao túmulo*. A educação de menores e jovens era considerada uma prerrogativa inegociável da Igreja. O ponto de compromisso foi o seguinte: o regime permitia à Igreja Católica manter viva a Ação Católica – “a menina dos meus olhos”, como dizia o Papa Pio XI, que acompanhou toda a negociação -, enquanto a Igreja renunciava a uma série de outras organizações católicas (profissionais, políticas, sindicais e juvenis).

Esse conflito permanecerá latente⁹. Vai reaparecer mais tarde na fase decadente e dramática do regime fascista, com a entrada na Segunda Guerra Mundial. A Ação Católica irá se tornar a escola de formação política de muitos católicos antifascistas, que formarão as brigadas partidárias e depois os quadros do novo partido católico, a Democrazia Cristã, que se estabelece após a Segunda Guerra Mundial¹⁰.

8 *Scritti e Discorsi di Benito Mussolini (1904-1945)*, a cura di Davide Bidussa. Milano: Feltrinelli, 2022.

9 Giovanni Miccoli. *Chiesa e società in Italia dal Concilio Vaticano I (1870 al pontificato di Giovanni XXIII)*, in *Storia d'Italia: i documenti*, vol. V. Torino: Einaudi, 1973, pp. 1497-1534.

10 Francesco Malgeri. *Chiesa, cattolici e democrazia*. Cinisello Balsamo: Edizioni San Paolo, 1993.

Além do conflito e das circunstâncias históricas que favoreceram a aproximação entre o fascismo e o catolicismo, qual é, portanto, a razão profunda da Conciliação?

A resposta deve ser buscada na ideia moderna de nação. Nesse sentido, somos ajudados por uma palestra de Ernest Renan, em 1882, na Sorbonne, com o título *O que é uma nação?*¹¹ Sua resposta é mais ou menos assim: um princípio *espiritual* resultante de eventos históricos complexos no longo prazo; este princípio assenta numa memória coletiva partilhada da história de um povo (a ideia de que os nossos antepassados fizeram grandes sacrifícios para que isso acontecesse) e no esquecimento do que os divide. Com base nisso, a nação é o que Durkheim chamou de consciência coletiva, que precisa ser mantida viva, com “plebiscito cotidiano” para Renan, precisa de ritos civis para reiterar que o sacrifício (limitado) dos interesses individuais vale pelo bem maior da própria nação. A nação, portanto, nos faz imaginar unido o que é diferenciado, conflitivo, dividido na realidade social. A nação cultiva o mito coletivo da unidade, assim como as religiões, que nos permitem imaginar uma unidade de propósito (de fé), mesmo quando as divisões cruzam a mesma fé. Tanto a noção política de nação quanto a unidade de fé e religião são uma resposta à questão de como é possível a ordem social¹².

11 Ernest Renan. *Qu'est-ce qu'une nation ?*, Paris: Calmann Lévy, 1882. A referência a Renan não é acidental, já que a nova primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni, militante do partido de direita *Fratelli d'Italia*, o citou duas vezes como fonte autorizada do sentimento patriótico que todos os italianos devem demonstrar por sua nação.

12 Enzo Pace. *Sacralizing the Secular: The Ethno-Fundamentalist Movements*, in “Politica e Società”, 2017, n. 36, p. 403-427.

CONCLUSÃO

O fascismo foi um movimento nacionalista que, ao firmar a paz com a Igreja Católica, imaginou a possibilidade de construir socialmente uma *nação católica* (não um Estado Católico). Inicialmente, o projeto era aparentemente outro: inculcar na mente e no coração dos italianos o orgulho de sê-lo, fazer da Itália uma totalidade de sentimentos e comportamentos, reduzindo a complexidade social à unidade. Esta complexidade que, por razões históricas, culturais e linguísticas, até então impedia a Itália de ser a nobre pátria dos italianos. Para isso, o fascismo opta pela disciplina de massa, pela unidade de ação e sentimento. Mas o fascismo reconhece que o catolicismo faz isso há séculos e que continua a fazê-lo: a Igreja Católica é professora perita em disciplina de massa¹³. A partir daqui, surge a escolha inteiramente política do regime fascista de se reconciliar com a Igreja: para fortalecer o projeto de uma sociedade de massa disciplinada, que age como tal não apenas porque se curva às regras do regime, mas porque extrai das duas esferas (agora reconciliadas) da política e da religião, os recursos do sentido compartilhado.

A religião *narra* a unidade espiritual de um povo, que a política traduz em regime de verdade. Aqui reside a troca simbólica entre o fascismo e a religião. O fascismo reconhece que a nação é católica, a Igreja, por sua vez, aceita - pelo menos a curto prazo (na realidade ela sabe pensar a longo prazo) - a ideia de que Roma não é apenas a sede da Igreja universal, mas também a capital do que foi o Império Romano. Desta forma, Mussolini poderá impor aos italianos tanto a saudação romana como o crucifixo, eles são sinais da concordância (redescoberta) entre a fidelidade absoluta ao regime político e a adesão à verdade absoluta da fé católica¹⁴.

13 Michel Foucault. *Du gouvernement des vivants. Cours au Collège de France 1979-80*. Paris: Seuil/Gallimard, 2012.

14 Francesco Margiotta-Broglio. *Italia e Santa Sede dalla grande guerra alla Conciliazione*. Bari: Laterza, 1966, e Arturo Carlo Jemolo. *Chiesa e Stato in Italia negli ultimi cento anni*. Torino: Einaudi, 1963.

Tudo o que acaba de ser dito pertence a um passado que não pode ser revivido. O Fascismo foi um movimento coletivo que deu origem a um regime ditatorial (um dos muitos que vigoraram na Europa nas décadas de 1930 e 1940, como o franquismo na Espanha, o salazarismo em Portugal e o nazismo na Alemanha), derrotado política e militarmente, mas, como todos os movimentos coletivos, deixou vestígios, que permaneceram latentes por pelo menos cinquenta anos.

O que se convencionou chamar de globalização despertou dois sentimentos profundos numa parte da população europeia: por um lado, a sensação de já não estar “em casa” devido à chegada de tantos migrantes das mais diversas (e também percebidas como ameaçadoras) línguas, culturas e religiões (o Islão em primeiro lugar) e, por outro lado, o sentimento de ter que defender os próprios interesses nacionais comprimidos e sacrificados por uma estrutura supranacional, como a União Europeia¹⁵. Um sentimento xenófobo, o primeiro, e a convicção de um retorno ao protecionismo, o segundo, alimentaram o que na Europa se chamou - com um neologismo horrível - *soberanismo*). Uma palavra nova para falar de coisas antigas, do mito da nação, etnicamente homogênea. O recurso à religião (entendida como um património cultural que permite imaginar em conjunto o que é na realidade altamente diferenciado) torna-se assim um repertório narrativo politicamente útil para o relançamento do mito nacionalista. Ao invés de chamá-lo pelo nome, preferimos usar outro - *soberanismo* -, porque o neonacionalismo, com veias étnico-religiosas, se apresenta e se representa como a voz política do povo soberano (não é por acaso que na Espanha o novo partido de Abascal, chama-se *Vox*). Assim, o nacional-populismo europeu encontra consonância nos Estados Unidos da América, bem como no Brasil de Bolsonaro, na Índia de Modi e no nacionalismo budista no Sri Lanka.



2

Michael Ramming

FASCISMO E RELIGIÃO NA ALEMANHA: DE HITLER ATÉ O PRESENTE

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-301-1.2

INTRODUÇÃO

Gostaria de começar com uma reconstrução histórica do fascismo na Alemanha. Também descreverei o papel das igrejas católica e protestante nesse processo. Depois disso, gostaria de explicar a situação atual na Alemanha. De acordo com Krauss¹, o fascismo pode ser compreendido da seguinte forma:

1. O objetivo da propaganda nazista é a “integração” psicológica das massas em uma prática anti-humanista organizada e baseada na violência, autoritária e hierárquica (“estado-líder”), com os pontos centrais: (a) Liquidação da oposição interna; b) Preparação e implementação de uma guerra revanchista-imperialista brutal de roubo e conquista e c) extermínio da raça judaica.
2. homogeneização do povo: por exemplo, o anseio emocional por harmonia social é confrontado com a realidade contraditória de classe objetiva de tal forma que a luta de classes não parece ser causada pela estrutura social, mas é apresentada como o resultado de uma conspiração voluntarista de, lutadores de classe marxistas”. O fascismo, logicamente, equivale a uma estetização da vida política.

Esse último ponto foi muito importante para o desenvolvimento histórico da Alemanha, porque, como disse Max Horkheimer, a conexão entre o fascismo e o capitalismo é essencial²; a crise do capitalismo naquela época deveria ser superada através de uma sociedade totalitária. Por isso o capital industrial em particular apoiou

1 Hartmut Krauss. *Faschismus und Fundamentalismus. Varianten totalitärer Bewegung im Spannungsfeld zwischen prämodernem Traditionalismus und kapitalistischer, Moderne* - Teil 2. Osnabrück: Hintergrund Verlag, 2003.

2 Aqueles que falam sobre o fascismo não devem permanecer em silêncio sobre o capitalismo”. Max Horkheimer. Die Juden und Europa. *Zeitschrift für Sozialforschung* 1980, (primeira ed.1939/40), p. 115s.

o movimento fascista emergente. O movimento nacional-socialista foi promovido e gradualmente fortalecido com a ajuda de alguns grandes industriais e de forças conservadoras nacionais. Esse fato pode ser verificado por meio de desenvolvimentos históricos concretos.

Em 30 de janeiro de 1933 Adolf Hitler foi nomeado *Reichskanzler* - Chanceler do Reino pelo Presidente Hindenburg. Apenas mais dois ministros do gabinete eram membros do partido nazista. Em 28 de fevereiro de 1933 - depois do incêndio criminoso do Parlamento em 27 de fevereiro- foi aprovado o decreto, "Pela segurança do povo e do Estado". Em 5 de março de 1933 o Partido Nacional Socialista NSDAP ganhou 43,9% dos votos e conseguiu alcançar junto com outros partidos da direita a maioria total. Em março foi aprovada a chamada lei da autorização (*Ermächtigungsgesetz*), que dava poderes ao novo governo para suspender as leis constitucionais através de maioria simples.

A homogeneização da população alemã começou com a construção da imagem dos judeus como inimigos do povo e o boicote a seguir das lojas e mercadorias judaicas por ordem de Hitler. Em 1935 foi aprovada a Lei de Nuremberg", de discriminação contra os judeus alemães, e em 9 e 10 de novembro de 1938 aconteceu a chamada, "Noite dos cristais" ou *Reichskristallnacht*. Foi um massacre organizado pelo Estado contra a população judia. A partir de 1941 os judeus foram obrigados a usar a "estrela judaica". O ponto culminante da arianização e homogeneização do povo alemão e da perseguição aos judeus foi a Conferência de Wannsee (20 de janeiro de 1942), que reuniu Heydrich (líder da conferência e membro da SS), diversos secretários de Estado e demais responsáveis pela perseguição aos judeus nos Ministérios. Nesta conferência se tomou a decisão de usar os judeus como força de trabalho e depois matá-los, a chamada *Endlösung* (solução final). A conferência coordenou essas atividades. Todas as organizações sociais, como os sindicatos, já haviam sido dissolvidas, e as guerras contra a Polônia, a França e a União Soviética haviam começado.

O horror chegou ao fim em 19 de maio de 1945, quando a Alemanha se rendeu incondicionalmente aos Aliados. Hitler e muitos outros haviam cometido suicídio antes, outros líderes nazistas fugiram para o exterior, inclusive para a América do Sul. Alguns foram levados ao tribunal de guerra em Nuremberg. A maioria, entretanto, permaneceu sem ser descoberta até o fim de suas vidas.

1. AS IGREJAS PROTESTANTES E O FASCISMO

A vida e a sociedade na Alemanha nos anos trinta do século passado foram influenciadas pelas Igrejas, especialmente da Igreja Luterana, mas também pela Igreja Católica. A maioria dos nazistas eram ao mesmo tempo cristãos evangélicos ou católicos. No cinto dos soldados podia-se ver o símbolo dos nazistas (a águia e a suástica) e o slogan "Deus conosco" (*Gott mit uns*).

Fivela de cinto militar. Fotos com a suástica são proibidas na Alemanha por isso a fonte não é mencionada



A Igreja Protestante Alemã (*Deutsche Evangelische Kirche*, DEK) foi organizada como uma união de 28 Igrejas das diferentes províncias federais, em 1933. A organização das igrejas protestantes dentro das fronteiras dos estados federais foi um legado da Reforma.

No seu conflito contra a Igreja Católica muitos movimentos da Reforma haviam se colocado sob a proteção dos príncipes, ou seja, dos governos dos estados federais. Também em 1933 foi fundado o movimento *Deutsche Christen* - DC (Cristãos Alemães) com 1 milhão de Integrantes, 30% deles Pastores e Sacerdotes. Os Cristãos Alemães foram um movimento antisemita, racista e ligado aos nazistas. Houve com certeza resistência nas igrejas contra os *Deutsche Christen*, como o movimento reformador jovem ou a "Igreja Confessante" (Dietrich Bonhoeffer) e os Cristãos Alemães perderam influência nos anos seguintes por causa do seu racismo extremo.

Durante o Sínodo do Império (*Reichssynode*) da Igreja Protestante Alemã (DEK), em 1933, os nazistas ganharam a maioria entre os representantes presentes no encontro, ou seja 70% dos parlamentares e dos votos do Sínodo. Seu candidato principal foi Ludwig Müller, o chamado, bispo do Império³.



Fonte: Wikipedia.

3

Existe uma foto do bispo Ludwig Müller de setembro de 1933, após a abertura do Sínodo Evangélico do Império, com tropas de choque da SA em frente à Prefeitura de Wittenberg. Todos eles fazem juntos a "saudação a Hitler": <https://magazin.spiegel.de/EpubDelivery/spiegel/pdf/55573702>.

A profunda ligação de parte das igrejas protestantes alemãs com o fascismo pode ser vista nessa celebração de casamento⁴, mas também em textos oficiais da Igreja. Por exemplo, o Conselho principal da Igreja escreveu:

Meu Líder (*Führer*, M.R.), o senhor banuiu o perigo bolchevique em seu próprio país e agora está conclamando nosso povo e os povos da Europa a pegar em armas decisivamente contra o inimigo mortal de toda ordem e de toda cultura cristã ocidental. O povo alemão e todos os seus membros cristãos lhe agradecem por esse ato (...). A Igreja Protestante Alemã (...) está com todas as suas orações com o senhor e com nossos incomparáveis soldados, que estão desferindo golpes tão poderosos para eliminar essa praga, de modo que, sob sua liderança, uma nova ordem possa surgir em toda a Europa e pôr fim a toda desintegração interna, toda contaminação do sagrado, toda profanação da liberdade de consciência.

Essa foi a mensagem do Conselho Principal (*Geistlicher Vertrauensrat*) da União das Igrejas protestantes alemãs (*Deutsche Evangelische Kirche*) ao *Führer* (Guia, Líder) em 30 de junho de 1941⁵. No entanto, mesmo assim o bispo fascista Müller não conseguiu controlar toda a Igreja Protestante. A influência da Igreja Confessante" (de Martin Niemöller, Dietrich Bonhoeffer e outros.) era grande demais para isso. Mas a EKD foi colocada sob controle direto do Estado a partir de 1935 e o bispo Müller permaneceu oficialmente no cargo até 1945. Ou seja, a Igreja protestante luterana foi amplamente leal ao regime nazista da Alemanha. Quando houve um boicote às lojas judaicas em 1933: "Quem comprar aqui está sendo filmado!", o Superintendente da Igreja, o teólogo Otto Dibelius (que depois da guerra se tornou o chefe da EKD), explicou pelo rádio a posição da sua Igreja aos escandalizados cristãos norte-americanos:

4 <https://magazin.spiegel.de/EpubDelivery/spiegel/pdf/55573702>.

5 https://de.wikipedia.org/wiki/August_Marahrens#/media/Datei:Gesetzblatt_der_DEK_Nr.71941.jpg.

O Boicote contra os Judeus foi organizado legalmente. A Igreja não pode e não tem licença para impedir o Estado de organizar a ordem na sociedade. Você vai ver, o que acontece neste momento vai ajudar e servir para uma finalidade, que todos os que gostam da alma alemã vão amar...⁶

O bispo Dibelius relativizou a violência contra os judeus com as seguintes palavras: "Uma vez estabelecido, o Terceiro Império (Reich, M.R.) vai ser firme, para que a violência não seja mais necessária"⁷. Em 26 de abril de 1933 uma nova declaração foi publicada com o título: "A Igreja e a questão dos Judeus". Dibelius escreveu: "Especialmente essas novas regras são necessárias para parar a influência dos Judeus, o que traria consigo o perigo de misturar o espírito alemão com o espírito judaico na sociedade". Em 1933, entretanto, apenas 0,77% da população alemã era judia, o que demonstra claramente a natureza ideológica dessa declaração. A igreja luterana apoiou a homogeneização racial do povo alemão e transformou os judeus em bodes expiatórios⁸.

Um dos exemplos mais assustadores do entusiasmo dos cristãos protestantes em relação aos nazistas é um filme em que os obreiros de um hospital diaconal realizam um exercício militar. Nesse filme de propaganda, eles são chamados de "SA" (Tropas de choque) de Jesus Cristo⁹. No centésimo aniversário de uma das maiores organizações diaconais luteranas, o presidente, Pastor H. Schirmmacher, declarou:

6 Barbara Beuys. *Und wenn die Welt voll Teufel wär*. Reinbek: Rowohlt, 1982, S. 533.

7 Otto Dibelius citado em: "Verrat unter Brüdern", spiegel.de, 17.2.2008, disponível em: <https://www.spiegel.de/geschichte/kirche-im-nationalsozialismus-a-946648.html>.

8 Eberhard Röhm/ Jörg Thierfelder. *Juden-Christen-Deutsche* vol. 1. Stuttgart: Calwer Verlag 2007, S. 369-371.

9 Documentado no filme: *Die SA-Jesu Christi - Über die deutsche Diakonenschaft in den Jahren nach 1933*, 1.2.1988.

Saudamos a todos vocês como a SA (tropa de choque) de Jesus Cristo e a SS (esquadrão de proteção) da Igreja, vocês, bravos soldados da tempestade e esquadrões de proteção no ataque contra a necessidade, a miséria, o desespero e a negligência, o pecado e a ruína... O bem-estar social protestante e o nacional-socialismo devem estar juntos na Alemanha... Desejo que nossos jovens irmãos nas instituições diaconais se tornem homens das SA¹⁰.

Poderíamos dar milhares de outros exemplos do apoio da igreja aos nazistas, mas muito mais dramático do que essas citações é o apoio silencioso da maioria das pessoas comuns da Igreja. E, é claro, o antigo antijudaísmo de Martinho Lutero, que pode ser rastreado até a igreja primitiva, também desempenhou um papel nessa triste tradição.

O antissemitismo das Igrejas regionais protestantes na Alemanha também ficou evidente na seguinte declaração conjunta das igrejas regionais de Sachsen, Hessen-Nassau, Mecklenburg, Schleswig-Holstein, Anhalt, Thüringen e Lübeck sobre a necessidade do uso obrigatório da estrela de Davi na vestimenta dos judeus:

Como membros da Comunidade Nacional Alemã (Deutsche Volksgemeinschaft) as Igrejas regionais protestantes alemãs subscritas e seus líderes estão na linha de frente dessa histórica luta de autodefesa que, entre outras coisas, tornou necessária a Portaria da Polícia do Reich designando os judeus como inimigos natos do mundo e do Império. Como exigiu o Dr. Martin Luther, depois de experiências amargas, que as medidas mais duras fossem tomadas contra os judeus e que eles fossem expulsos das terras alemãs. Desde a crucificação de Cristo até os dias atuais, os judeus lutaram contra o cristianismo, ou abusaram dele ou falsificaram-no para atingir os seus próprios objetivos egoístas. O batismo cristão não muda nada na

natureza da raça, no pertencimento ao povo e no ser biológico dos Judeus¹¹.

Aqui há uma referência direta ao antijudaísmo de Lutero, por exemplo, em sua diatribe sobre o batismo de judeus: Quando eu batizar um judeu, vou leva-lo até uma ponte do Elba, pendurar uma pedra no seu pescoço, empurrá-lo para baixo e dizer: “Eu te batizo em nome de Abraão”¹².

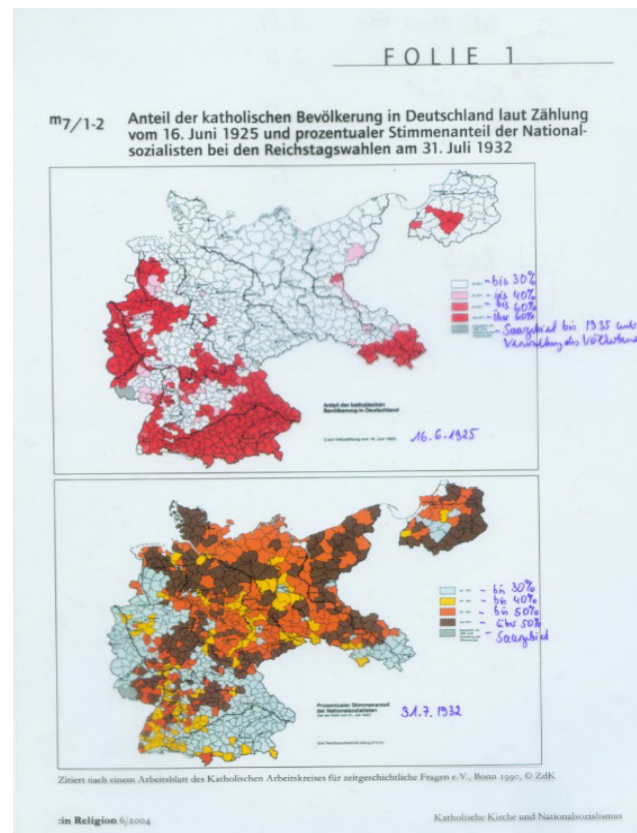
2. A IGREJA CATÓLICA E O FASCISMO

A Igreja Católica também não se opôs abertamente aos nazistas. Mas devido à sua história, ela tinha uma relação muito mais distante com o Estado-nação alemão e com os nazistas do que a Igreja Luterana, pois o luteranismo havia sido religião oficial no império prussiano. Também havia uma reserva dos católicos contra os nazistas, o que ficou evidente nas eleições de 1932¹³. Os nazistas receberam a maioria dos votos onde não havia população católica. Ou seja: os nazistas quase não receberam votos nas áreas católicas (Cf. mapa anexo).

11 Citado em U. Dreyer in: *idea-spektrum*, n. 11/1996.

12 Tischreden Nr.1795; Citado pelo Bispo nazista Martin Sasse em seu famoso panfleto de 1938 contra os judeus: *Martin Luther über die Juden - Weg mit ihnen!* Freiburg 1938, S. 14.

13 Ver <https://napierski.wordpress.com/2011/04/06/luther-ein-vater-des-antisemitismus/>.



Fonte: Wikipedia Commons.

https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:1932?German_presidential_election_by_District_%282nd_round%29.svg

Isso não resultou em nenhuma resistência significativa ao nazismo mais tarde. Mas a política da Igreja Católica se caracterizou mais fortemente por se proteger dos nazistas e preservar a Igreja durante esse período. O silêncio, ou mesmo o apoio ao nazismo, baseava-se principalmente no anticomunismo, que a Igreja partilhava com o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (o NSDAP). O Cardeal católico-romano Michael Faulhaber, por exemplo, agradeceu numa carta ao governo nazista da Bavária,

... melhorou muito a vida pública com o novo governo: O movimento dos ateus e irreligiosos está parado, os livres pensadores não mais podem lutar contra o cristianismo e fulminar a Igreja, os Testemunhas de Jeová não podem divulgar sua ação americana comunista¹⁴.

Os bispos também apoiaram a guerra contra a União Soviética comunista:

Nós apoiamos nossos soldados com nossas orações e comemoramos com amor os mortos e falecidos pela pátria. Sempre de novo e também em nossa carta pastoral do verão apelamos aos fiéis para, nestes tempos duros da guerra, a realizar seus deveres, a serem corajosos, generosos e prontos para a luta. Com satisfação vemos a guerra contra o bolchevismo. Entre 1921 e 1936, como o Sr. sabe, alertamos sempre de novo o governo (...) ¹⁵.

Mas também há muitas outras evidências de que representantes da Igreja Católica eram a favor do fascismo. Na foto abaixo, por exemplo, é possível ver padres levantando as mãos na saudação a Hitler em uma reunião de jovens no estádio de Berlim-Neuköln, em 1933¹⁶.

14 *Akten Deutscher Bischöfe über die Lage der Kirche 1933-1945*. Vol. I, Mainz 1968, p. 259, nota 17.

15 Memorando de todos os bispos católicos ao Governo Alemão 10.12.1941. Citado em: "Erfüllt eure Pflicht gegen Führer, Volk und Vaterland!". *Römisch-katholische Kriegsvoten aus den deutschen Bistümern und der Militärkirche - Arbeitshilfe zum 80. Jahrestag des Überfalls auf Polen*. Red. por Peter Bürger, p. 16, disponível em: <https://upgr.bv-opfer-ns-militaerjustiz.de/uploads/Dateien/Links/PB-ArbHil20190828NSKriegsbeginn-u-Kathkirche.pdf>.

16 Disponível em: <http://www.fluchschrift.net/verbrech/dezember/kathol2.jpg>.

Imagem: Dignatários Católicos no Encontro da Juventude em Berlin-Neukölln, verão de 1933



Foto DVG. Fonte: Gedenkstätte Deutscher Widerstand, <https://www.gdw-berlin.de/fileadmin/themen/b05/b5-bex2-wuerde-d.php>.

Depois da guerra a Igreja Católica reconheceu sua cumplicidade com o fascismo.; O ataque à União Soviética foi associado à ideia de uma “cruzada” contra o “bolchevismo sem Deus”, o que deu à guerra uma carga religiosa adicional¹⁷.

3. A CONCORDATA DO VATICANO COM O REGIME NAZISTA

Uma concordata foi concluída entre o Vaticano e o governo alemão em 20 de julho de 1933. Este não é o lugar para reconstruir toda a sua história, motivos, etc., mas essencialmente tratou-se de uma espécie de “trégua” entre a Igreja e o nacional-socialismo.

17

Disponível em: https://www.dbk.de/fileadmin/redaktion/diverse_downloads/presse_2020/2020-075d-DB_107-Deutsche-Bischoefe-im-Weltkrieg.pdf.

A Igreja esperava salvar sua autonomia na Alemanha. O governo queria controlar a Igreja e sobretudo o catolicismo-político. De um ponto de vista institucional, pode-se argumentar que esses objetivos foram alcançados por ambos os lados. Os pontos mais importantes da Concordata foram:

- Liberdade de Confissão e de prática da religião católica (Artigo 1)
- Um Embaixador do Império Alemão seria enviado ao Vaticano, um Legado do Papa seria enviado à capital da Alemanha, Berlim (Artigo 3)
- Livre correspondência entre o Vaticano e todos os Católicos Alemães (Artigo 4)
- O Clero tem direito à mesma seguridade social do Estado como os funcionários públicos (Artigo 5)
- Proteção do sigilo sacramental (Artigo 9)
- A roupa do Clero só deve usada pelo Clero – Está protegida como os Uniformes da polícia e dos militares (Artigo 10)
- As paróquias e outras organizações da Igreja são Entidades como outras do Estado (Artigo 13)
- A Igreja tem direito a cobrar taxas e emolumentos (Protocolo final do artigo 13)
- A Igreja tem direito de nomear pessoas para cargos em suas entidades e organizações, mas o Estado tem direito a veto (Artigo 14)
- O Estado impõe a exigência do Juramento de Fidelidade dos Bispos: Perante Deus e o Evangelho juramos e prometemos fidelidade ao Império Alemão e ao País. Juramos e prometemos aceitar e respeitar o Governo constitucional... (Artigo 16)

Com a Concordata os nazistas conseguiram acalmar muitas críticas que vinham do catolicismo politizado. Por outro lado, muitos católicos depois da Concordata passaram a pensar que o Fascismo não era tão ruim assim. O apoio ao fascismo cresceu. No nível internacional a Concordata produziu um consentimento e trouxe prestígio para o Governo nazista; foi o maior sucesso da sua política externa. As associações católicas receberam uma pausa com a concordata, nos meses seguintes a repressão diminuiu. Mas pouco tempo depois voltou a repressão às associações e grupos organizados católicos. Até o fim do regime nazista as entidades católicas laicas não foram extintas, mas só podiam continuar a trabalhar de forma apolítica. E os sindicatos cristãos de trabalhadores foram extintos logo em 1933.

Os partidos católicos, que tinham milhões de simpatizantes, também foram proibidos, o Zentrum e o BVP. Lembro que o trabalho de membros do clero dentro dos partidos também foi proibido. Desde fim do ano 1935 a Igreja Católica e o Governo brigaram muito em torno da interpretação da Concordata. Na Encíclica, *Mit brennender Sorge* do Papa Pio XI (*Com profunda preocupação*, escrita em 1937 em língua alemã), o Papa critica a violação do contrato.

A concordata seguiu a lógica do instinto de conservação institucional. Com sucesso. Por outro lado, o custo para essa estratégia foi a neutralidade da Igreja em relação aos Nazistas. Em todo caso, aqueles católicos que lutavam contra o Fascismo (junto com os Judeus, Comunistas, Socialdemocratas, Homossexuais e todos os outros perseguidos pelos nazistas) nunca puderam contar com a ajuda da Igreja.

Nesse sentido, pode-se dizer que havia algumas semelhanças e pontos de contato entre o fascismo e as igrejas cristãs: o Anti-Judaísmo, o Anti-Comunismo, o Autoritarismo e o Nacionalismo, que era mais forte na igreja protestante. Mas pode-se dizer que havia também algumas diferenças básicas entre eles: o Ateísmo dos nazistas e a reivindicação de poder sobre o mundo da Igreja Católica.

Entretanto, essas diferenças não levaram à oposição e à resistência das igrejas contra os nazistas, embora, é claro, muitos cristãos individualmente tenham resistido bravamente aos nazistas. De qualquer forma, as igrejas perderam grande parte da credibilidade após o fim da guerra. Esse processo ficou muito claro a partir da década de 1970, quando muitos documentos vieram à tona.

4. OS PROCESSOS DE SECULARIZAÇÃO

Até à década de 1970 os laços confessionais na Alemanha eram estavelmente elevados, mas desde então têm vindo a registar uma tendência descendente ininterrupta. Enquanto que em 1950, 95% da população alemã se identificava como protestante“ ou como católica romana”, na virada do milénio (2003) este número era ligeiramente inferior a 60%. No final de 2017, apenas 21,536 milhões de pessoas, ou seja, 26,1% da população total da Alemanha, eram membros das igrejas regionais protestantes. O número de membros das igrejas regionais protestantes era cerca de 1,8 milhões inferior ao da Igreja Católica na Alemanha. As Igrejas protestantes foram, portanto, as que sofreram as maiores perdas e, em menor grau, mas também de forma significativa, a Igreja Católica Romana. Enquanto a Igreja Católica diminuiu de 40% para 31% durante este período, o declínio das igrejas protestantes foi de 50% para 30%.

Neste contexto, entendemos as Igrejas Protestantes como sendo principalmente a união das chamadas Igrejas Regionais Evangélicas da Alemanha, ou seja, as Igrejas Regionais Luteranas, as Igrejas Reformadas e as Igrejas Unidas. Tanto para protestantes como para católicos os anos setenta constituem um ponto de virada particular, a partir do qual o número de membros e o número de cristãos praticantes, ou seja, de cristãos ativos nas congregações, diminuiu. Outro ponto de virada significativo foi a queda do Muro

de Berlim em 1989 e a chamada unificação da Alemanha. Uma vez que o território da RDA era predominantemente protestante e que a população da RDA se tinha afastado em grande medida das Igrejas, este fato constituiu mais uma ruptura significativa para as Igrejas protestantes: Em 1949, cerca de 90% da população era ainda membro de uma comunidade religiosa, em 1979 eram ainda cerca de 57%, em 1988 apenas um pouco menos de 40%, ou seja, cerca de 6,6 milhões de fiéis.

Tabela: "Confissão Religiosa na Alemanha 1950-2003 por Estados"

Religionszugehörigkeiten in Deutschland 1950-2003

Jahr:	evangelisch					römisch-katholisch					Andere				
	'50	'61	'70	'87	'03	'50	'61	'70	'87	'03	'50	'61	'70	'87	'03
Schl.-Holstein	88,0	88,8	86,5	73,3	56,9	6,0	5,6	6,0	6,2	6,1	6,0	5,6	7,5	20,5	37,0
Hamburg	78,8	77,6	73,6	50,2	32,7	6,5	7,4	8,1	8,6	10,3	14,8	15,1	18,2	41,2	57,0
Niedersachsen	77,2	77,6	74,6	65,2	52,4	18,8	18,8	19,6	19,6	17,9	4,1	3,6	5,8	15,2	29,7
Bremen	84,8	85,0	82,4	61,0	44,4	8,9	9,9	10,2	10,0	12,1	6,3	5,1	7,4	29,0	43,5
Berlin (West)*	73,2	74,1	70,2	48,3	22,3	11,2	11,4	12,5	12,8	9,2	15,5	14,4	17,4	38,9	68,5
NRW	41,1	44,3	41,9	35,2	28,4	54,8	52,1	52,5	49,4	43,4	4,2	3,5	5,6	15,4	28,2
Hessen	64,2	64,2	60,5	51,7	41,6	32,2	32,1	32,8	30,4	25,9	3,7	3,8	6,8	17,9	32,5
Rheinl.-Pfalz	40,7	42,3	40,7	37,2	32,0	57,7	56,2	55,7	54,5	47,0	1,5	1,4	3,6	8,3	21,0
Saarland	25,3	25,5	24,1	21,7	19,7	73,4	73,4	73,8	72,7	65,7	1,3	1,1	2,1	5,6	14,6
Baden-Württ.	50,5	50,4	45,8	40,7	34,3	47,1	46,8	47,4	45,3	38,3	2,3	2,7	6,7	14,0	27,4
Bayern	26,5	27,0	25,7	23,9	21,9	71,9	71,3	69,9	67,2	58,5	1,7	1,8	4,5	8,9	19,6
Insgesamt **)	51,5	52,0	49,0	41,6	31,3	44,3	44,1	44,6	42,9	31,7	4,1	3,9	6,4	15,5	31,0

Quellen:

1950, 1961: Statistisches Bundesamt: Fachserie A, Bevölkerung und Kultur, Volks- und Berufszählung vom 6. Juni 1961, Heft 5, Bevölkerung nach der Religionszugehörigkeit. Stuttgart (1966), S. 21. Jeweils gesamtes Bundesgebiet. Abweichungen der Prozentangaben für 1950 von den im Statistischen Jahrbuch dargestellten Ergebnissen der Volkszählung von 1951 (Statistisches Jahrbuch 1953, S. 50) resultieren aus der Einbeziehung von Berlin (West) und Saarland.

1970: Statistisches Jahrbuch 1972, Seite 36

1987: Statistisches Jahrbuch 1989, Seite 54

2003: Angaben des Kirchenamtes der EKD und des Sekretariats der Deutschen Bischofskonferenz. Bevölkerung nach Angaben des Statistischen Bundesamtes.

*) Berlin: 1950 - 1987 nur Berlin (West), 2003 Bundesland Berlin.

***) 1950 - 1987 früheres Bundesgebiet, 2003 Deutschland

Fonte: Forschungsgruppe Weltanschauungen in Deutschland,

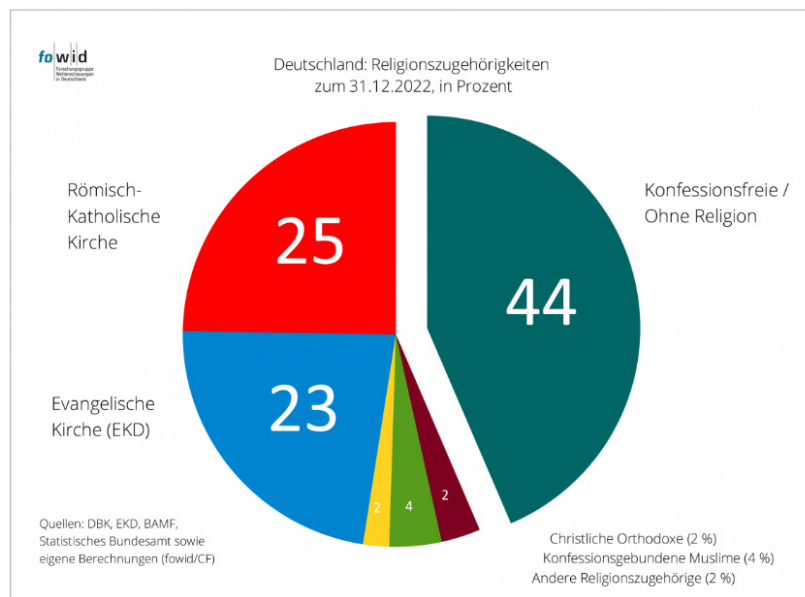
[https://fowid.de/meldung/religionszugehoerigkeiten-nach-bundeslaendern-1950-2003#:~:text=Von%201950%20auf%202003%20hat,auf%2042%2C9%20Prozent\),](https://fowid.de/meldung/religionszugehoerigkeiten-nach-bundeslaendern-1950-2003#:~:text=Von%201950%20auf%202003%20hat,auf%2042%2C9%20Prozent),)

É claro que a filiação formal a uma comunidade religiosa diz pouco sobre a religiosidade real das pessoas. Mas aqui estamos interessados principalmente na conexão entre o fascismo e a filiação à igreja. E as pessoas na Alemanha estão se tornando cada vez

menos ligadas a uma das igrejas históricas principais. A tendência de afastamento continua e foi reforçada nos últimos anos por casos de abuso sexual e insatisfação com a estrutura autoritária e clerical das igrejas. O gráfico a seguir mostra que essa tendência continua. De acordo com o estudo, apenas 48% da população ainda era membro dessas igrejas em 2022¹⁸.

Há alguns anos, os estudos sobre jovens realizados pela empresa Shell fornecem uma indicação de como a religiosidade das pessoas, especialmente dos jovens, está mudando em relação a isso. De acordo com esses estudos, a fé das pessoas com até 25 anos de idade é ainda menor do que a porcentagem de membros da igreja.

Gráfico: Confissão religiosa na Alemanha (2022)



Fonte: Forschungsgruppe Weltanschauungen in Deutschland, <https://fowid.de/meldung/religionszugehoerigkeiten-2022>.

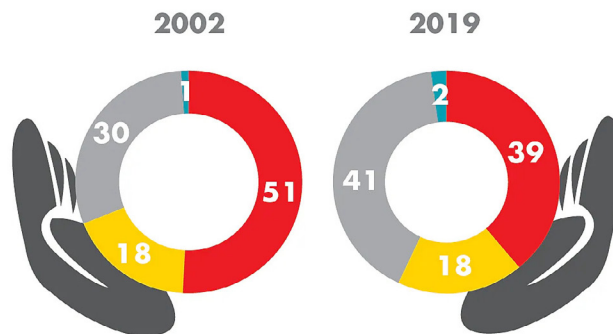
18

<https://fowid.de/meldung/religionszugehoerigkeiten-2022>. Em 2023 essa porcentagem caiu para 46%, cf. <https://fowid.de/meldung/religionszugehoerigkeiten-2023>.

O 16º Estudo Shell sobre Jovens - Juventude 2010, revelou para os jovens de 12 a 25 anos as seguintes respostas às perguntas: 1. Existe um Deus pessoal: 26% - Existe um poder sobrenatural: 21% - Não sei bem no que acreditar: 24% - Não acredito que exista um Deus ou um poder sobrenatural: 26%¹⁹. O último estudo 2019 sobre jovens confirma essa tendência. A importância da religião para os jovens continua a diminuir significativamente. Em 2002, 20% dos jovens achavam que a crença em um deus era menos importante, enquanto 51% achavam que era importante. Em 2019, 41% achavam a crença em Deus menos importante e apenas 39% a consideravam importante²⁰.

Gráfico: A crença em Deus diminui

Glaube an Gott weniger wichtig
wichtig teils, teils unwichtig k.A.



Quelle: Shell Jugendstudie 2019

Fonte: Pesquisa Shell sobre a Juventude, 2019.

19 Shell Jugendstudie, Shell Deutschland Holding 2010.

20 <https://www.shell.de/content/dam/shell/assets/en/business-functions/quality/careers/shell-youth-study-infographic-family-believe-in-god.jpg>.

5. QUAL O PAPEL DA RELIGIÃO NA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA?

Em contraste com o desenvolvimento do cristianismo e, em particular, da Igreja Católica aqui no Brasil, na Alemanha não aconteceu uma “mudança no campo religioso”, ou seja, uma migração para outras igrejas ou até mesmo para igrejas recém-fundadas. As possíveis fraquezas das grandes igrejas tradicionais não levam a novas fundações e deslocamentos para outras igrejas. Há certamente, por um lado, um certo crescimento de grupos carismáticos e das formas de culto associadas a eles. No entanto, esses grupos carismáticos ainda estão firmemente ligados à Igreja Católica Romana e suas estruturas tradicionais de governo (bispos e dioceses). Na Igreja Protestante (EKD) há um crescimento significativo de comunidades e grupos evangélicos (Evangelikale), mas estas são parte da EKD, portanto, são parte da união das igrejas protestantes na Alemanha.

Diferentemente do Brasil, o termo “evangélicos” não é usado para todos os, protestantes” e, pentecostais”. Pelo contrário, evangélicos ou evangélicos (Evangelikale) são apenas uma corrente dentro do protestantismo. Além do movimento revivalista, os evangélicos têm seu desenvolvimento histórico muito ligado ao movimento pietista da Reforma Protestante (em Baden-Württemberg ou no, cinturão da Bíblia”, no leste da Saxônia), que em certo sentido tem uma origem iluminista antiga, na medida em que é fortemente dependente do indivíduo, a partir do qual definem sua obrigação ética e sua compreensão (individual) de Deus. Mas isso não distingue os evangélicos dos membros de outras igrejas protestantes. O Pietismo é, por assim dizer, uma segunda onda da Reforma iniciada por volta de 1660 dentro das grandes igrejas protestantes históricas da Alemanha.

A maior concentração de cristãos evangélicos ou evangélicos, é na Aliança Evangélica Alemã, que conta com cerca de 1,3 milhão de seguidores. Há alguns pontos de encontro com o movimento carismático da Igreja Católica. A Aliança Evangélica Alemã pertence à parte conservadora dos evangélicos. Mais isso é um fato histórico, não representa um novo desenvolvimento: existe uma moralidade sexual e familiar conservadora, em parte atitudes homofóbicas. Uma interpretação bíblica parcialmente fundamentalista e em parte também criacionista caracteriza sua compreensão do cristianismo. A Aliança Evangélica Alemã é membro da World Evangelical Fellowship desde 1968.

Há também várias igrejas menores, chamadas igrejas livres, igrejas batistas e também algumas comunidades pentecostais. Mas eles não desempenham um grande papel na Alemanha. A Igreja Universal Reino de Deus também está presente, ela tem endereços de contato em 11 cidades alemãs, mas tenta esconder que é uma igreja e aparece às vezes como um centro terapêutico. Evidentemente, há brasileiros emigrados que operam o site da web deles e provavelmente também lideram os grupos locais. Mas eles não desempenham nenhum papel significativo no campo religioso da Alemanha.

Como já mencionado, os evangélicos são principalmente parte do setor conservador na Alemanha. Um de seus principais periódicos é o IDEA (Serviço de Informações da Aliança Evangélica). Foi fundado em 1970; com uma tiragem de 30.000 exemplares da revista idéia-espectro, é um dos, mais importantes periódicos formadores de opinião do evangelismo alemão²¹. Os evangélicos também têm um slot de TV na chamada Bibel.tv, com uma transmissão semanal.

21

Michael Hausin: *Staat, Verfassung und Politik aus der Sicht der Evangelikalen Bewegung innerhalb des deutschen Pietismus*, Diss. Rostock 2000 / Grin 2010, S. 32.

6. O NOVO PARTIDO DE DIREITA AFD E OS CRISTÃOS

Uma questão que atualmente está sendo debatida é até que ponto existe uma ligação entre os evangélicos conservadores e o partido de extrema-direita AfD (Alternativa para a Alemanha). A AfD foi fundada em 2013, já se tornou a terceira maior facção do parlamento alemão e tem representantes em quase todos os parlamentos dos estados. Atualmente, a AfD tem 87 membros no parlamento, o que corresponde a 12% de todos os deputados²².

A AfD tem um bloco burguês, um bloco fascista, um reacionário, um bloco Hooligan e uma milícia de rua (*road warriors*) e conta também com apoio no aparato estatal. A ala fascista, também conhecida como “a ala”, conquistou a maioria dentro do partido nos últimos anos. Ela trabalha em conjunto com o “Movimento identitário - IB”, que é classificado como parte da chamada “Nova Direita”. Sua estratégia também é caracterizada por teorias emprestadas da esquerda. Por exemplo, eles se inspiraram no comunista italiano Antonio Gramsci. Sua estratégia consiste em três pontos: 1. Conseguir representação parlamentar, 2. obter uma maioria ideológica por meio da mídia e, 3. mostrar presença nas ruas.

De fato, há alguma sobreposição entre a agenda política da AfD com os evangélicos, como em vista da crítica ao “discurso do gênero”, sua homofobia ou a questão do aborto²³. Existem também algumas sobreposições de pessoal entre os evangélicos e a AfD.

22 <https://www.bundestag.de/dokumente/textarchiv/2017/kw39-wahlergebnis-527056>. No entanto, as pesquisas eleitorais atuais em 2024 colocam sua parcela de votos em mais de 20%: https://dawum.de/Bundestag/Infratest_dimap/2024-02-01/.

23 Die christliche Rechte in Deutschland: Strukturen, Feindbilder, Allianzen. Lucius Teidelbaum, Münster 2018.

No partido com 33.000 membros, há um pequeno grupo de trabalho formado por cristãos na AfD, com cerca de 200 membros. Seu presidente, Volker Münz, que também é porta-voz do grupo dos cristãos da AfD, vem do pietismo de Wuerttemberg, mas seu colega Thomas Wawerka é amigo de Götz Kubitscheck, que trabalha na nova editora Antaios, que é atribuída ao Movimento Identitário. O chamado Movimento Identitário (na França, *bloc identitaire*, na Itália *CasaPound*, na Áustria: *Associação*) representa uma ideologia culturalista-racista etno-pluralista. Ao contrário dos fascistas, eles não propagam um ideal ariano, mas sim uma "cultura central europeia" que deve ser protegida da islamização. Portanto, e também por causa de seu perfil ativista e intelectual, que utiliza formas de ação da esquerda (desobediência civil, ocupações, etc.), eles também apelam aos jovens. Thomas Wawerka, membro da equipe do Evangélico Volker Münz, é amigo do pioneiro da Nova Direita; Götz Kubitscheck (Editora Antaios²⁴, publicações no jornal, *Secessão*²⁵) é teólogo protestante, vem do Cinturão da Bíblia da Saxônia. Por causa de sua orientação de direita na igreja saxônica, ele não conseguiu um emprego como pastor.

No entanto, existem diferenças fundamentais entre os evangélicos por um lado, e a AfD e o IB por outro. Tanto a AfD como o IB mantêm uma atitude política profundamente anticlerical. A esse respeito, uma das mais importantes coalizões cristãs de direita, a "Marcha pela Vida", as chamadas "marchas das mil cruzes" contra o aborto, está em relação crítica com as posições extremistas de direita da AfD e do Movimento Identitário, mesmo que haja de fato pessoas que são membros dos Evangélicos e da Direita política. Isso inclui por exemplo, Heidi Mund, que costumava se apresentar em eventos fascistas abertos e hoje é membro da AfD. Em 2015, a organização guarda-chuva dos evangélicos distanciou-se dela por causa de suas declarações anti-islâmicas²⁶.

24 <https://antaios.de/>.

25 <https://sezession.de/>.

26 <https://www.pro-medienmagazin.de/gesellschaft/gesellschaft/2015/01/26/evangelische-allianz-distanziert-sich-von-pegida-organisatorin-heidi-mund/>.

Imagem: Lobby fraco do "Movimento de Proteção à Vida"



Manifestação e protesto em frente a uma clínica que realiza aborto



Fonte: <https://www.apabiz.de/2018/lahmende-lobby-lebensschutz-bewegung/>.

As correntes e organizações mais importantes da atual direita cristã na Alemanha são: Marcha pela vida, Ação pela Vida²⁷, o Centro Cristão, a, Christliche Mitte (partido cristão do meio), Für ein Deutschland nach GOTTES Geboten" (Por uma Alemanha de acordo com os mandamentos de DEUS), que é uma divisão fundamentalista do partido conservador cristão, Deutsche Zentrumspartei" (Partido alemão de centro). A Christliche Mitte combina posições nacionalistas ("Alemanha para os cristãos!") e islamofóbicas com posições antifeministas, homofóbicas e transfóbicas. É assim que a *Ação pela Vida* se descreve:

Com mais de 50.000 membros, a *Action for Life* e.V. é uma reconhecida associação de apoio sem fins lucrativos e uma iniciativa de cidadãos cristãos para a proteção da vida humana desde a concepção até a morte natural²⁸.

27

Fonte das fotos: <https://www.apabiz.de/2018/lahmende-lobby-lebensschutz-bewegung/>.

28

<https://www.aktionfuerdasleben.de/>.

Todos esses grupos formam a ala fundamentalista de direita do cristianismo contemporâneo alemão, mas politicamente não são muito significativos. No entanto, essas organizações têm pouca influência sobre os partidos de direita na Alemanha. As principais igrejas também não apoiam os partidos de direita, mas tentam se manter politicamente neutras. Tudo isso não significa que a religião não desempenhe mais um papel na Alemanha. Mas acho que, no sentido do filósofo judeu Walter Benjamin, ela emigrou das comunidades cristãs e alimenta o capitalismo de forma invisível. Na Europa, estamos vendo atualmente na Polônia, Hungria e Itália que o capitalismo não está necessariamente ligado à democracia; em certas situações históricas ele também está ligado ao autoritarismo. Mas mesmo aqui, a religião tradicional dificilmente desempenha um papel significativo.

The book cover features a complex background of overlapping halftone patterns in shades of red, blue, and white. A large, stylized white number '3' is positioned in the upper right quadrant. The overall aesthetic is modern and graphic.

3

Alberto da Silva Moreira

**PONTOS DE CONTATO
ENTRE RELIGIÃO
E FASCISMO:**

UMA ANÁLISE DA PROPAGANDA
DE LÍDERES RELIGIOSOS
NAS ELEIÇÕES DE 2018

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-301-1.3

INTRODUÇÃO

O objetivo da minha comunicação nesse colóquio¹ é modesto: pretendo identificar e analisar alguns recursos simbólicos, motivos e esquemas de pensamento presentes na fala de algumas lideranças religiosas, de diferentes credos, que no contexto das últimas eleições foram usados para motivar, inspirar e legitimar candidaturas e propostas autoritárias e neofascistas.

Não se trata aqui de analisar ou criticar as preferências políticas desses líderes religiosos. Todas as lideranças religiosas têm suas preferências políticas, isso é normal em qualquer ordem democrática. Também não se trata de criticar clérigos ou ministros religiosos por terem posado com algum candidato, isso pertence à liberdade de expressão. Tampouco se trata de simplesmente etiquetar pessoas como fascistas. Como foi dito na abertura, classificar alguém como fascista, ou por outro lado, como os reacionários fazem, como comunista, pode servir como recurso retórico de campanha eleitoral, mas num seminário sobre religião e política não acrescenta nada em termos de entendimento da questão. Todos nós que acompanhamos os debates sobre a terminologia e o quadro teórico mais correto e apropriado para delinear as novas mobilizações autoritárias e movimentos neofascistas ou de ultradireita, sabemos que esse conhecimento está em permanente construção. O que nos interessa aqui é entender como determinados discursos e práticas religiosas contribuem, entre outros fatores, para favorecer a formação de constelações autoritárias de poder e legitimar sua atuação. Considero importante levar em conta que, na minha opinião, essas mobilizações autoritárias estão, em última análise, a serviço da ordem econômica capitalista global. Portanto, neste seminário sobre religião e fascismo estamos tratando apenas de uma camada de uma questão muito mais complexa e decisiva para as sociedades atuais, que é a relação entre democracia (e seu futuro) e a ordem econômica capitalista globalizada.

1

IV Colóquio Internacional do NEARG – *Religião e Fascismo*, Goiânia, PUC Goiás, 14 a 16 de junho de 2023.

Trata-se aqui de examinar materiais produzidos por lideranças religiosas convictas e militantes na sua defesa de candidatos e programas autoritários e neofascistas, ou seja, de candidatos que pregaram e legitimaram o golpe político contra a democracia, incluindo o possível uso da violência. Lideranças religiosas que em muitos casos não aceitaram os resultados das urnas nas eleições de 2022 e, mesmo depois destes resultados terem sido amplamente divulgados, continuaram incentivando e orientando a reação contrária, e eventualmente até ajudando a preparar a tentativa de golpe de estado de 8 de janeiro de 2023. Portanto, trata-se de identificar e analisar aqueles elementos do discurso e do pensamento religioso que, associados a outros elementos, contribuem para o surgimento de *constelações* históricas específicas, que favorecem sistemas políticos autoritários, antidemocráticos e (neo)fascistas.

Os vídeos e materiais a serem comentados adiante foram produzidos, na grande maioria das vezes, pelos próprios líderes religiosos que neles se expressam. Há igualmente muitas reportagens e documentários disponíveis na rede que trazem materiais e registros sobre o tema. Para esta reflexão preferi utilizar principalmente o excelente documentário da BBC Brasil, produzido pelo jornalista investigativo João Pellet², que pesquisou sites e redes, reuniu depoimentos e entrevistou diversas lideranças religiosas apoiadoras do bolsonarismo. Em termos gerais tentei compreender a gramática interna de cada mensagem seguindo algumas chaves de leitura: qual é a visão de mundo dessa liderança? O que no seu discurso possui uma aproximação ou possível ponto de contato e troca com o autoritarismo e o fascismo? Quais elementos da tradição religiosa cristã são aqui mobilizados para fortalecer ou estimular uma adesão a candidatos ou programas políticos autoritários ou neofascistas?

2 Cf. Documentário BBC: *Profetas do bolsonarismo: Como a religião foi usada no "8 de janeiro"*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QVLYafGRvA4>, acesso 08/01/2023. Todos os vídeos comentados neste artigo e na exposição original se encontram no *YouTube*, acessíveis a qualquer pessoa.

Trata-se de depoimentos e mensagens produzidas por lideranças religiosas específicas, de orientações religiosas diferentes, num contexto bem particular: a sociedade brasileira e o debate político em torno das eleições de outubro de 2022, ou logo depois delas. Portanto, não se trata aqui de discutir aproximações entre fascismo e religião como se fossem entidades abstratas e fora da história, mas de entender o engajamento político militante de lideranças religiosas bolsonaristas ou que veem no bolsonarismo algum tipo de similaridade, parentesco ou veículo de representação de suas próprias plataformas e conteúdos religiosos.

1. QUAL É O QUADRO TEÓRICO QUE ME SERVE DE FUNDO INTERPRETATIVO?

O pensador alemão Walter Benjamin escreveu em 1921, no seu famoso fragmento *Capitalismo como Religião*, que “o capitalismo se desenvolveu no Ocidente como um parasita do Cristianismo” (Moreira, 2012, p. 213). Para Benjamin, em franca discordância com a tese de Max Weber - que viu na ética do protestantismo calvinista um fator historicamente favorável à implantação da mentalidade e do espírito capitalistas -, esse processo atingiu todas as correntes ortodoxas do Cristianismo e não apenas o calvinismo ascético. Para Benjamin esse processo de parasitamento teria ido tão longe que, afinal, a própria história do Cristianismo tornou-se a história do seu parasita, o capitalismo. Sem entrar no mérito desse interessante debate, gostaria de retomar nessa comunicação a metáfora de Benjamin, que julgo forte e consistente, de que o capitalismo parasita as formas históricas do Cristianismo. Naturalmente tal processo parasitário só é possível porque o Cristianismo nunca existiu como entidade abstrata, como uma substância intocável e imune,

que pairasse etérea fora da história. O Cristianismo só existe, se expressa e se revela nas formas históricas que vai assumindo, nas formas que seus seguidores dão a ele, mesmo se essas formas históricas singulares nunca esgotam todo seu potencial e nem expressam toda a “verdade” de que é capaz.

Voltando à metáfora de Benjamin: se o capitalismo parasita as formas históricas que assume o Cristianismo, mesmo se em intensidades e ritmos diferentes, ele pode e deve parasitar as modalidades de Cristianismo presentes na sociedade brasileira atual, como o pentecostalismo, o catolicismo, o espiritismo e outras vertentes cristãs. Provavelmente mesmo as religiões não-cristãs. Do ponto de vista das ciências da religião, que aqui estou assumindo, todas essas modalidades históricas do cristianismo estão num constante processo de troca simbólica, interação, negociação e sincretismo tanto entre si e com as demais instituições do campo religioso, como também em constante interação, conflito e “cooperação” com o maior sistema produtor de símbolos, linguagens, valores e comportamentos de que se tem notícia na história: o capitalismo.

Portanto, avanço aqui a tese básica dessa reflexão. Ela consiste em afirmar que nas condições brasileiras atuais (maio de 2023) – o neofascismo bolsonarista é o recurso ideológico mais eficaz usado pelo capitalismo autoritário nesses últimos decênios para parasitar as diversas correntes cristãs. Voltarei a isso no final.

Entendo que o fascismo clássico foi um capítulo da expansão do capitalismo em sociedades e contextos históricos muito particulares (Mariátegui, 2008). Todavia, mesmo acontecendo em sociedades e contextos específicos, como o italiano e o alemão da primeira metade do séc. 20, entendo que formas adaptadas ou renovadas de fascismo podem acontecer em muitos outros contextos, lugares e épocas, sempre que um conjunto complexo de elementos, promova e ative mobilizações favoráveis à formação de constelações fascistas (Mascaro, 2022). Esse é o caso, a meu ver, do bolsonarismo no Brasil,

que considero uma modalidade de neofascismo verde-e-amarelo, e isso restou bem demonstrado nos estudos e na contribuição do prof. Armando Boito Júnior³ (Boito Jr., 2020).

Todavia, se a suspeita de Benjamin é correta, de que o capitalismo parasitou as modalidades da religião cristã, precisamos perguntar o óbvio: quais recursos simbólicos, quais afetos, motivos de linguagem e esquemas de pensamento do universo cristão foram e têm sido mobilizados, cooptados e parasitados pelo discurso autoritário bolsonarista?

Autores como Almeida (2022) analisaram o discurso de líderes religiosos bolsonaristas e corroboram a suspeita, quando afirmam que “o discurso religioso serve de base e/ou é capturado pelo discurso fascista”. Isso é possível porque o bolsonarismo mantém com essas modalidades religiosas pontos de contato e afinidades básicas. Eles têm em comum o que podemos chamar de pontos de ancoragem ou de conexão, portos de descarga e de troca. Há uma certa compatibilidade de estruturas, uma correspondência de valências químicas ou de cargas elétricas que permitem e facilitam as trocas e as apropriações entre os universos simbólicos, que em si pertenceriam a ordens diferentes.

2. OBSERVAÇÃO SOBRE OS VÍDEOS E SLIDES UTILIZADOS

Como os vídeos (ou recortes deles) serviram de informação e parte integrante da exposição, apresentada originalmente como conferência, recomenda-se vivamente ao leitor ou à leitora

3

Conferência “*Em que sentido o bolsonarismo é um (neo)fascismo*”, proferida em 15/06/2023 no IV Colóquio.

deste artigo que assista, no todo ou em parte, aos vídeos comentados, uma vez que lastreiam as análises e conclusões que mais adiante serão apresentadas.

Video 1 - *Profetas do bolsonarismo: como a religião foi usada em movimento que culminou no 8 de janeiro*. BBC News, autor: repórter João Fellet⁴.

Resumo e observações gerais a respeito do conteúdo dos vídeos analisados:

- A maioria dos pastores apresentados, todos altamente engajados na campanha bolsonarista, provêm de pequenas igrejas, que às vezes nem tem base física. Tais pastores encontraram nas redes sociais um novo espaço e a possibilidade de construir um capital simbólico em torno de si, uma forma de se projetar (conforme comenta o cientista político Vinícius do Vale) e inclusive de ganhar algum dinheiro.
- As redes virtuais favorecem o discurso da visibilidade – profecias que chocam, falas hiperbólicas, afirmações absurdas, escândalos, dramatizações. As redes colaboram, consomem e favorecem mensagens bombásticas e radicalizadas. Além disso, conforme o cientista político Vinícius do Vale, se esses pastores vêm de igrejas pequenas e pouco expressivas, com seus vídeos e mensagens bombásticas eles têm a chance de ganhar alguma coisa das plataformas para melhorar os seus ganhos. O que poderia ajudar a entender a demora das plataformas para excluírem tais conteúdos que “bombam”. Assim, basta às vezes a exposição de um material por poucas horas ou dias, para que esse alcance milhares ou dezenas de milhares de pessoas e cumpra o seu objetivo. Lideranças religiosas apresentadas no documentário da BBC:

4

Cf. os dados da nota 3.

1. Pastora Valdirene Moreira, pastora em Guarapari ES – chegou a ter mais de 300 mil seguidores no YouTube, quando a plataforma fechou seu canal. Mesmo depois da derrota de Bolsonaro e do 8 de janeiro de 2022 ela continuou participando de bloqueios de rodovia e produzindo material para motivar os que não aceitaram o resultado das eleições.
2. Reginaldo Rolim, ex-vereador de Fortaleza, apóstolo e profeta no Ministério Atalaia do Deus Vivo, uma pequena igreja no Ceará. Ele relata aos seguidores um dos sonhos que teve, apresentando-o como revelação de Deus.
3. Marcelo de Carvalho, pastor no Ministério Ciência da Profecia, em Santa Catarina – teria mais de 200 mil seguidores no YouTube. Ao contrário das outras lideranças religiosas pentecostais, Marcelo descreve um futuro sombrio depois da derrota de Bolsonaro, uma punição de Deus ao Brasil por causa do resultado das eleições.
4. Eric Ribeiro – *YouTuber* evangélico, nordestino e crítico, analisa e alerta contra a dependência de muitos fiéis, usuários das redes virtuais, que se tornam viciados no consumo de material bombástico e apocalíptico de natureza religiosa e política.
5. Sandro Rocha – pastor em Guaratuba-PR, Igreja Porto de Cristo. Novamente uma liderança evangélica “bolsonarista-raiz”, que usa com maestria a linguagem, símbolos e experiências religiosas, como sonhos, revelações e profecia, como forma de consolidar convicções e mobilizar atitudes políticas por parte de seus seguidores na rede.

Vídeo 2 - *Dom José Chaves faz um alerta às famílias Católicas Brasileiras*⁵. O ex-bispo da diocese de Uruaçu, em Goiás, apresenta no breve vídeo sua crítica ferrenha ao candidato (não mencionado) que considera representante do comunismo ateu. A seguir recomenda de

5

Dom José Chaves faz um alerta às famílias brasileiras, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=copQRhe0hQM>. Acesso 08/01/2024.

forma peremptória e nominal Jair Messias Bolsonaro, como candidato que considera representante da família brasileira e dos valores cristãos.

Vídeo 3 - *Divaldo Franco, famoso médium espírita, defende golpistas em vídeo e gera reação entre espíritas*⁶ - O médium espírita mais celebrado do Brasil, tido como herdeiro de Chico Xavier, faz no vídeo uma crítica ferrenha das prisões efetuadas pela justiça e pela Polícia Federal dos participantes na invasão e na depredação do congresso, do Palácio do Planalto e do STF no dia 8 de janeiro de 2023. Franco vê no episódio todo apenas uma "injustiça" praticada contra "velhos de oitenta anos" e "crianças de colo", desarmados e indefesos, aos quais não teria sido garantido o direito de manifestação.

Vídeo 4 - *Vídeo bizarro mostra a doutrinação de jovens na Assembleia de Deus em Pernambuco*⁷ - Trata-se de um jogral envolvendo um numeroso grupo de moças e rapazes, uniformizados no mesmo padrão, realizado numa Assembleia de Deus em Pernambuco (cidade não mencionada); filmado inicialmente por uma fiel no formato TikTok o material foi disponibilizado no YouTube. O vídeo mostra com clareza como parte da juventude evangélica é treinada na disciplina, na obediência, no ufanismo teológico e sobretudo no militarismo como modelo de vida cristã. É uma peça pedagógica impressionante de culto religioso ao autoritarismo.

Transparências - Matéria do *Jornal de Brasília* mostra diversas fotos do encontro que o candidato Jair Bolsonaro teve com mais

6 *Divaldo Franco, famoso médium espírita, defende golpistas em vídeo e gera reação entre espíritas* (vídeo UOL), disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LkERdb5et3o>. Acesso em: 08/01/2024.

7 *Vídeo bizarro mostra a doutrinação de jovens na Assembleia de Deus em Pernambuco*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B0zbpog7E4>. Acesso: 08/01/2024.

de vinte padres católicos numa igreja da Asa Norte, em Brasília, no dia 6 de setembro de 2022⁸.

3. ELEMENTOS, AFINIDADES E PONTOS DE CONTATO ENTRE RELIGIÃO (CRISTÃ) E AUTORITARISMO FASCISTA

Considerando este vasto material empírico que nos mostra em repetidas formas e nas mais diversas circunstâncias como diferentes vertentes da religião cristã se envolvem com candidatos autoritários e plataformas fascistas e se tornam para eles uma importante linha auxiliar de apoio e legitimação, gostaria de apontar a seguir – num esforço de síntese e interpretação geral – o que me parecem ser afinidades históricas e estruturais das religiões cristãs com o autoritarismo, e portanto também com o neofascismo contemporâneo.

1. Talvez a mais importante, antiga e estrutural dessas afinidades, dessa compatibilidade de estruturas simbólicas entre religião cristã e fascismo, seja **a santificação da autoridade e do poder**. A teologia imperial e o endeusamento ritual do poder e da autoridade caracterizaram o Cristianismo, desde a virada de Constantino no séc. 3, em praticamente todas as suas grandes modalidades históricas: catolicismo, protestantismo e ortodoxia. A teologia imperial presente no

8 *Bolsonaro, em missa: 'Que o nosso povo não experimente as dores do comunismo'* - *Jornal de Brasília*, 8/9/2022: "Bolsonaro foi à missa na Paróquia de Santo Expedito na Asa Norte, na terça-feira, 6/9/2022 e num templo lotado, soltou o que todos gostaram de ouvir: "Tenho um rito que faço há alguns anos: levanto-me, elevo o pensamento a Deus e peço a Ele que o nosso povo não experimente as dores do comunismo", disse, seguido por um forte amém dos fiéis. O presidente foi recebido por mais de 20 padres na sacristia para uma bênção, logo em seguida." Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/blogs-e-colunas/coluna-esplanada/bolsonaro-em-missa-que-o-nosso-povo-nao-experimente-as-dores-do-comunismo/>. Acesso em: 08/01/2024.

Cristianismo até hoje demonstra claramente que na maioria das vezes foi o poder que converteu as igrejas à sua lógica, e não o contrário. Apenas alguns movimentos e comunidades religiosas mais radicais, como os Mendicantes, alguns grupos de Anabatistas, os *Quakers* e os *Amish* se opuseram à sacralização do poder, foram praticantes da não-violência, insistiram na igualdade, na partilha dos bens e na vida fraterna.

Infelizmente a experiência histórica mostrou que outras religiões, abrahâmicas ou não, também não ficaram imunes à convivência prolongada com o poder. O próprio Deus, muito mais evocado na tradição cristã como "o todo-poderoso" do que como "o todo-amoroso", sempre foi chamado a legitimar os arranjos do poder político dominante. Religiões e regimes políticos são sistemas de ordenamento social e de disciplinação do comportamento (Foucault – instâncias totais). Eles retiram sua autoridade da aceitação socialmente articulada dos arranjos de poder, políticos e simbólicos. Ou seja, por dentro das cruas relações econômicas e políticas também se gesta e se administra continuamente um *imaginário*. Esse imaginário é poderoso, classifica e desclassifica, justifica ou marginaliza, castiga ou enaltece, motiva atitudes e impulsiona decisões. Regimes políticos autoritários são sempre também sistemas de controle estrito e de vigilância não apenas dos indivíduos, mas também do seu imaginário, daquilo que consideram atitude correta ou valor desejável a ser alcançado. Dependendo do grau de subjetivação dos imaginários socialmente construídos, o sistema internaliza através das instituições de controle especializadas também a auto vigilância e até a auto punição. Para esse controle de longo prazo as instituições e as éticas religiosas têm sido geralmente aliadas valiosas dos regimes autoritários e despóticos. Domenico de Masi, comentando o neofascismo na Europa e o bolsonarismo no Brasil, afirma que a manipulação total sempre foi o objetivo de todos os regimes fascistas (De Masi, 2021). Em determinados contextos, as religiões podem ser uma coadjuvante importante dos regimes políticos, ao induzir os indivíduos através

do imaginário religioso à sujeição voluntária às normas da ordem vigente. Na opinião de Bourdieu (1974) elas fazem isso, por exemplo, ao sacralizar o que é contingente e eternizar o que é efêmero; ao atribuir a Deus o que é demasiadamente humano.

Sabemos que regimes políticos autoritários e fascistas criam seus próprios rituais, suas coreografias e sua estética do poder – como fizeram claramente os nazistas com as grandes paradas em Nuremberg e sua máquina midiática de propaganda na imprensa, no rádio e no cinema. Trata-se de uma pedagogia de massas, de internalização de crenças, de inculcação subjetiva de postulados políticos, raciais, de gênero, etc. Mas as religiões e igrejas, dependendo da conjunção dos fatores, podem reforçar e agregar a isso tudo suas próprias liturgias, suas doutrinas e seu capital simbólico. Apesar de a tradição judeu-cristã trazer em si mesma um forte elemento secularizante e de crítica do poder, ao desmistificar pretensões absolutistas de regimes imperiais que se auto divinizam, não há dúvida de que historicamente as instituições religiosas cristãs contribuíram a seu modo para a santificação da autoridade e do submetimento ao poder. Veja-se por exemplo a longa lista de ritualidades e cerimônias, como o beija-mão, o beija-anel, o toma-bênção, o ajoelhar-se perante a autoridade, o culto machista dos caciques da política, a oração com os braços estendidos sobre candidatos autoritários, a unção e os ritos de entronização do “escolhido por Deus”

Outra atitude ou mentalidade que adentra e formata o pensamento para a subserviência, que está muito presente e é cultivada nos meios religiosos, mas não é exclusiva deles, é o fundamentalismo, a leitura fundamentalista dos textos sagrados. Textos de milhares de anos atrás, provenientes de sociedades semi-nômades e tribais desaparecidas há séculos, são interpretados ao pé da letra, sem nenhuma consideração para com a história, o contexto, o gênero literário, sem nenhum respeito para com a intenção de quem escreveu e ou para com as necessidades dos destinatários do texto. O fundamentalismo religioso é estruturalmente autoritário, pois considera

toda possível interpretação divergente da estabelecida como uma ameaça que se deve sufocar.

Isso nos conduz ao segundo ponto de contato entre religião cristã e fascismo.

2. Uma segunda afinidade estrutural, que facilita o parasitamento da religião e do imaginário cristão por parte do autoritarismo e do fascismo é a **teologia da eleição e o messianismo** que ambos os sistemas simbólicos cultivam. Parte-se do pressuposto de que Deus, ou o destino, ou a providência, ou a vontade popular, a nação ou outra grandeza transcendente têm o seu (ou os seus) escolhido(s) e o(s) colocou no poder para conduzir as massas ou a comunidade. Aquele que foi ungido por Deus ou pela grandeza transcendente é considerado o grande líder, o condutor, o guia infalível e inquestionável. Trata-se da figura mitológica e quase sagrada do grande salvador, do enviado por Deus que vai colocar a “casa em ordem”, do messias abençoado por Deus para desempenhar a dura tarefa de salvar o povo. No processo de construção simbólica do “escolhido” ou “enviado de Deus”, a “confirmação”, a unção ou a legitimação por parte dos líderes religiosos não vêm necessária e cronologicamente em primeiro lugar. Muitas vezes, os grupos religiosos “sacramentam” líderes políticos que já são poderosos e influentes, ou que possuem possibilidades reais de ascender ao poder.

Não se questiona como a pessoa chegou a essa condição, que estratégias usou, se apelou para o terrorismo e o assassinato (como Hitler e Mussolini fizeram repetidas vezes), nem se pergunta se o escolhido tem as qualidades e o preparo necessários para a tarefa. Se ele chegou lá, se se encontra no cume do poder, é porque foi colocado nessa posição pela vontade de Deus ou da nação. Portanto, é óbvio que já possui todas as qualidades e qualquer questionamento é absolutamente dispensável. Faz parte da estrutura do pensamento dogmático nunca perguntar, nunca duvidar.

O messias escolhido realiza, com grandes sacrifícios próprios, sofrendo sempre incompreensão por parte dos seus e ataque por parte das forças do mal, a missão que lhe foi dada pelo próprio Deus. A estrutura dessa narrativa é parecida com aquela examinada no estudo clássico de Joseph Campbell sobre a jornada do herói (Campbell, 2004). Há uma evidente componente religiosa no processo de construção social do mito político bolsonarista⁹. Aliás o messianismo, como mostrou há anos José de S. Martins (1991), sempre esteve presente no imaginário religioso-político brasileiro.

3. O terceiro ponto de contato e troca entre ambos os sistemas simbólicos é a **visão dicotômica, maniqueísta e, às vezes, apocalíptica da realidade** que ambos cultivam. O mundo é visto como palco de uma batalha (final) entre as forças de Deus e do bem contra as forças do demônio e do mal. O fascismo não subsiste sem recriar permanentemente a figura do seu inimigo, do seu opositor. A dicotomia amigo-inimigo já aparecia em 1932 na obra do teórico Carl Schmitt como a categoria fundamental do político (Schmitt, 2015 [1932]). Esse inimigo na visão religiosa, por ser no fundo uma entidade maléfica e demoníaca, precisa ser não apenas vencido, mas esmagado, extirpado. Segundo Stanley (2018, p. 15) o sintoma mais marcante da política fascista é a divisão, é a separação dicotômica da população entre “nós” e “eles”. Eles, quer dizer: os comunistas, os judeus, os esquerdistas, ou qualquer grupo político, étnico, de gênero que não partilhe da visão de mundo petrificada do sistema autoritário (ou neofascista).

9 Uma variante da teologia da eleição é a *teologia da vitória*, que tem origens fortemente pagãs em Roma e em outros povos, segundo a qual se alguém venceu e foi vitorioso, é porque Deus estava ao seu lado e o apoiou. Ser vitorioso (na guerra ou nos negócios) passa a ser sinônimo de ser abençoado e protegido por Deus. Tal teologia também tem certas raízes na teologia vétero-testamentária da bênção e da terra, mas fica evidente que sua versão capitalista e pós-moderna foge de qualquer confrontação com a prática profética de Jesus, que privilegiou pobres e marginalizados, e com sua morte por parte do império romano (teologia da cruz). Cf. Moreira (2004).

Essa visão do conflito permanente entre deus e o diabo, presentes em diversas igrejas pentecostais e neopentecostais recria constantemente não apenas a figura do demônio como inimigo a ser vencido, mas também o clima e o ambiente necessários para fazer o enfrentamento. A batalha final contra o inimigo de Deus se dá, afinal, é no coração e na vida de cada fiel, mesclando o processo cósmico com acontecimentos na esfera da vida privada de cada fiel.

O ponto de conexão entre religião (sobretudo cristã, mas não apenas) e fascismo é dado aqui pela teologia da guerra santa contra o demônio e as forças do inferno. Esta teologia da guerra santa, bem como sua versão hard, a teologia do domínio, estão bem presentes no discurso de lideranças neopentecostais, como foi analisado por Mariano (1999) e outros autores. Mas essa visão convocatória e militarizante está presente, ainda que de forma modificada, também em círculos católicos super conservadores (que usam com frequência a frase de Mat. 16,18 “e as portas do inferno não prevalecerão contra ela”). Interessante que nesta visão maniqueísta de mundo, da qual comunga o bolsonarismo, há um momento de mobilização para defender um bem que está pretensamente ameaçado (as “tradições cristãs”, a família, a propriedade); ou seja, assume-se a posição de vítima indefesa e perseguida por inimigos implacáveis. Mas logo em seguida passa-se ao ataque, ou seja, à posição de alguém que é poderoso e que tenta por todos os meios fazer calar e aniquilar o pretense inimigo. Trata-se de uma santificação da violência e justificação teológica do derramamento de sangue quando esses são praticados pelos “anjos justiceiros de Deus”. Assim, de vilões e potenciais assassinos as pessoas que praticam a “santa violência” acabam justificadas como heróis e combatentes pela fé.

Outro aspecto importante nesse mecanismo teológico é a construção social do imaginário em torno do inimigo a ser combatido na batalha entre as forças de Deus e as forças do demônio. Por incrível que pareça, o que continua facilitando a cooperação entre setores cristãos e grupos autoritários e neofascistas é a figura do

inimigo comum a ser vencido: o comunismo. Foi assim na Itália de Mussolini, na Alemanha de Hitler, no golpe de 64 e segue atual no bolsonarismo, mesmo se a presença dos comunistas na esfera pública esteja reduzida a uma pequena minoria. Afinal, foi para evitar o chamado “perigo vermelho” que as igrejas, ou parte delas, apoiaram ou pelo menos toleraram fascismo e ditadura. 30 anos depois do fim dos regimes comunistas na década de 1990 este inimigo continua sendo constantemente recriado e repostado. Da mesma forma na esfera religiosa a figura do demônio, esse inimigo por definição. Tal motivação aparece com clareza cristalina na mensagem em vídeo do bispo católico D. José Chaves. Sinal claro de que religiosos e bolsonaristas apelam para um imaginário cristão antigo, mas ainda forte e eficiente para conduzir a mente das pessoas.

A recriação permanente da figura do inimigo, mesmo que seja fictício como o comunismo, exige manter acesa uma mobilização, um estado de prontidão e uma alta motivação para fazer o enfrentamento. Há uma mobilização permanente, que precisa ser mantida a qualquer custo. O permanente estado de alerta contra a presença e os ataques do “inimigo” – traí uma necessidade sistêmica do fascismo, de só existir enquanto força mobilizada, em posição permanente de vigília e de ação. Segundo Stanley (2020), desmobilização significa o fim do fascismo. Para manter acesas a motivação e a mobilização, a linguagem religiosa cristã pode ajudar, e muito. Afinal o imaginário cristão possui um estoque enorme de símbolos, termos apocalípticos, figuras bíblicas como demônios, anjos vingadores, juízes, profetas, tribunal de Deus, juízo final, etc., que pode ser funcionalizado, vampirizado e parasitado por propostas e candidatos autoritários. Como pôde ser observado nos vídeos analisados, líderes religiosos bolsonaristas utilizam com frequência essa linguagem hiperbólica e esse repertório de motivos, figuras e símbolos a seu favor. Fazem apelos dramáticos, usam tons apocalípticos e legitimam a mobilização constante dos fiéis recorrendo a experiências que dizem provir diretamente de Deus, como as revelações, os sonhos e as profecias.

A mobilização constante é fundamental: a mobilização do imaginário cristão está em função da mobilização dos corpos e da afetividade, que está intimamente conectada com a mobilização dos recursos de comunicação.

Além do repertório de símbolos e figuras de linguagem, as igrejas emprestam ao discurso autoritário dois fatores que podem ser decisivos para a pedagogia de massas que todo fascismo pratica: Em primeiro lugar elas revestem seus discursos com autoridade e veracidade divinas. A mensagem é passada como sendo uma revelação do próprio Deus ou de Jesus Cristo. Revelações e profecias aparecem repetidas vezes nos vídeos como forma de legitimar o discurso de pastores evangélicos. Jesus aparece e se revela nos lugares, nos sonhos e até nas árvores mais inesperadas... Em segundo lugar o discurso apocalíptico transmite um senso de urgência, uma convocação imperativa, pois trata-se de um conflito (final) contra as forças do demônio, contra as potências do inferno que já estão às portas. Portanto, é preciso mobilizar-se imediatamente. Na realidade, trata-se apenas de um embate ou debate que devia ser civilizado, com pessoas que pensam diferente e que têm preferências políticas mais democráticas. Mas se a propaganda religiosa reconhecer isso não vai conseguir mobilizar nenhum adepto para suas manifestações de rua.

A oratória inflamada e convocatória, a linguagem corporal dos gestos amplos e rítmicos, os olhares incisivos e diretos de ministros religiosos e de líderes autoritários infundem clareza e segurança, não deixam margem a dúvidas, não permitem hesitações ou meio termos. A explicação taxativa exige tomada de posição imediata e decidida por parte da audiência.

4. O **quarto ponto de contato** ou componente que a experiência religiosa pode repassar a qualquer militância política (tanto de direita como de esquerda) é um elemento fundamental, muitas vezes negligenciado: a motivação, o impulso interior para agir. O neofascismo, assim como as formas

religiosas autoritárias, exige um devotamento absoluto de seus seguidores, uma atitude de fé e de abandono nas mãos e na vontade dos seus líderes, daqueles que lhes revelam aqui e agora a vontade de Deus, os destinos da grande nação, ou os desígnios eternos para a raça e o povo escolhido, do qual todos julgam fazer parte. Desânimo e autocrítica são imediatamente considerados alta traição, antigos colaboradores que tenham interpretações ligeiramente divergentes são vistos como traidores do grande guia.

É muito importante perceber que não se trata de grupos religiosos ou movimentos políticos irracionais, mas de formas religiosas e políticas subservientes, subjugadas por uma racionalidade unilateral, estreita e dogmática. Não são pessoas incapazes de raciocinar; na ação religiosa não existe apenas irracionalidade, pois “toda ação religiosa é racional em algum grau, na medida em que apresenta alguma finalidade para a vida cotidiana”, como afirma Weiss (2005, p. 7) comentando Max Weber. Como fundamentalistas, os religiosos bolsonaristas pensam sempre dentro do mesmo esquema, dentro de um solipsismo enganador, necessariamente dentro dos limites de uma racionalidade autorreferente que, dependendo das condições, pode ser ao mesmo tempo auto vitimizante, agressiva, apocalíptica e extremamente militante. Uma racionalidade que não consegue distanciar-se de seus próprios pressupostos e, portanto, incapaz de qualquer autocrítica. Os próprios erros e revezes não são considerados e refletidos como tais, mas como armadilhas do inimigo, astúcias do demônio.

- 5. Um quinto ponto evidente de contato, um mecanismo de transfusão de material simbólico** entre o discurso fascista e a pregação de determinadas igrejas é a função social que ambos exercem, de reduzir a complexidade social. O discurso político autoritário recorre à culpabilização compulsória do inimigo político, à transferência de responsabilidades, à mentira nua e crua que é sempre repetida nas redes sociais.

O discurso religioso reduz complexidade ao utilizar a figura do demônio como culpado por toda negatividade, ao recorrer à guerra espiritual contra as forças do mal, que determinadas pessoas e partidos representariam. Tudo isso são recursos discursivos, simbólicos e gnosiológicos que simplificam a complexidade da realidade. Transfundidos em metáforas, em figuras de linguagem e imagens religiosas apocalípticas, processos sociais complexos e de longa duração se tornam de repente plausíveis e fáceis de entender para o grande público. Não se explica nada, não se vai a fundo nas causas das questões econômicas, sociais, políticas e culturais: placatiza-se, imagetiza-se, simplifica-se iconicamente as causas e os pretensos culpados pela situação. A simplificação se vale da repetição constante, dos chavões, dos refrões, dos esquemas feitos não para fazer entender, mas para acalmar a ansiedade e canalizar o ressentimento. Afinal, a redução simplista da complexidade social tem função terapêutica: deve favorecer a catarse, o alívio da angústia, o descarrego quase orgiástico da tensão coletiva. Exatamente como aconteceu durante a invasão dos prédios da república por parte da multidão em transe no 8 de janeiro.

Além disso a redução da complexidade social através do discurso político e religioso simplificador se aproveita da falta de tempo dos trabalhadores, do preconceito disseminado contra o conhecimento científico e mesmo da preguiça mental das pessoas. Afinal, custa tempo e esforço examinar e pesquisar as razões pelas quais um político de perfil autoritário, misógino, preconceituoso e agressivo não ter dado, em 28 anos de presença na Câmara, praticamente nenhuma contribuição como deputado. O fiel fica dispensado desse trabalho se a autoridade religiosa garante a ele que tal político é o escolhido de Deus nessas eleições. A religião autoritária pacífica por cima dos conflitos evidentes, reveste de credibilidade o suspeito, desmobiliza qualquer senso crítico. Mas redução de

complexidade é também terapia de massa, é diagnóstico e remédio ao mesmo tempo, reduz trabalho e tensões criadas pelo cotidiano. Por isso funciona tão bem.

Ao mesmo tempo em que os grupos neofascistas podem se apropriar desses recursos simbólicos mais sofisticados elaborados pela religião, eles utilizam também o terror simbólico puro e simples, a mentira didaticamente dirigida às camadas alfabetizadas apenas pela imagem: o bordão de que o governo esquerdista vai trocar a bandeira verde-e-amarela e introduzir a bandeira vermelha. Ou que vai liberar a pedofilia, distribuir mamadeiras em formato de pênis para os bebês e fechar todas as igrejas evangélicas.

CONCLUSÃO: RELIGIÃO, FASCISMO E CAPITALISMO

Ao afirmar que uma simbiose, um parasitamento ou mesmo um sincretismo entre autoritarismo fascista e religião cristã aconteceram de fato no passado europeu e são possíveis no presente brasileiro, estou corroborando uma tese que expus anos atrás (Moreira, 2008). Essa tese afirma que o religioso, como fenômeno social e experiência subjetiva, passa nos quadros da modernidade tardia por um extravasamento ou deslocamento, por uma migração para âmbitos e instâncias da vida social que não são tidos ou considerados como religiosos, como a política partidária, a economia e a mídia. Este mesmo processo supõe, por outro lado, que funções sociais e recursos simbólicos até então restritos e classificados como religiosos, passam a ser utilizados, manipulados ou vampirizados por outras instâncias sociais, como plataformas políticas de extrema-direita, ou setores do mercado, como as mídias, a publicidade, o mundo do esporte. Essa afirmação é corroborada por

uma tese corrente no pensamento social crítico, cuja versão mais recente foi expressa e formalizada por Isolde Charim em seu livro *Os tormentos do narcisismo* (2022). Segundo Charim, nos quadros da resocialização capitalista em que nos encontramos, “o mecanismo da concorrência [capitalista] precisa atingir também os âmbitos não-econômicos da sociedade e recodificá-los” (p. 57). Tratar-se-ia, portanto, de uma tradução radical e agressiva de todos os processos sociais em categorias econômicas; em outras palavras, de uma recodificação neoliberal dos sentidos atribuídos por outros âmbitos da vida social que não a economia, como a cultura e religião. Mesmo que essa “recodificação dos sentidos atribuídos”, não consiga funcionalizar todos as esferas da vida social, não há como negar que o autoritarismo bolsonarista, como muitos outros mundo afora, assumiu totalmente o modelo econômico neoliberal e foi organicamente financiado e assumido por ele.

Com esses pressupostos teóricos em mente, e sem poder aqui entrar na discussão sobre as complexas relações entre capitalismo e fascismo, defendo a tese de que tais formas autoritárias de poder, que se conectam e agenciam sistemas simbólicos e linguagens religiosas, atuam por sua vez organicamente em função da lógica capitalista. São setores poderosos da economia e da sociedade que financiaram o bolsonarismo, como o setor agroexportador, o capital especulativo-financeiro, o setor de segurança, além de boa parte do campo evangélico. Hoje, como no passado, acredito que é preciso ver nos fascismos formas sociopolíticas específicas ao processo histórico do capitalismo. Por mais críticas que se façam, e por mais justas que elas sejam, ao bonapartismo, às ditaduras, ao stalinismo e seus Gulags e ao terror implantado pelo Khmer Vermelho, não há como dissociar os regimes fascistas de seu enraizamento histórico na ordem capitalista das sociedades ocidentais (Mascaro, 2022). Não se quer afirmar, mais uma vez, que o capitalismo produz necessária e automaticamente os regimes fascistas. Sobre isso já se debruçaram

gerações de pensadores, defendendo posições as mais diversas. O que me parece claro e já demonstrado por tantos autores é o fato de que o capitalismo, sempre e onde se mostra necessário e favorável a ele, não hesita em lançar mão e apoiar regimes políticos autoritários e fascistas. Mesmo se os fascistas italianos e alemães eram a princípio propagandisticamente contra o grande capital, que julgavam ser gerido por banqueiros judeus internacionais, eles logo se compuseram com os setores dominantes da economia e os favoreceram (Mariátegui, 2008). Tanto o exemplo das ditaduras militares brasileira e argentina no passado recente, como o do bolsonarismo e do mileísmo atuais, só corroboram essa constante: os regimes mais violentos e autoritários estão no final das contas a serviço do capitalismo mais selvagem. No governo Bolsonaro o ministro da economia, ele mesmo vindo do capital financeiro, servia de “posto Ipiranga” aos interesses da FIESP e do setor agroexportador. A questão que fica, decisiva para as comunidades religiosas e para o restante da sociedade, é: até que ponto determinados grupos religiosos são favoráveis e fortalecem a ordem democrática ou, por outro lado, até que ponto pode ser tolerado que elas neguem e militem ativamente contra a democracia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, João P. M. “Deus, pátria, família”: os sentidos do fascismo brasileiro. **Revista Rua**, Campinas, v. 28, n. 2, nov. 2022, disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/rua/artigo/pdf/371-deus-patria-familia-os-sentidos-do-fascismo-brasileiro>. Acesso em 23 de março de 2023.

BENJAMIN, Walter. **Capitalismo como religião**. Trad. de Alberto da S. Moreira (ed.). O capitalismo como religião. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2012, pag. 209-215.

BOITO JÚNIOR, Armando. Porque caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. **Crítica Marxista**, Campinas, no. 50 (2020), p. 111-119, disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/sumario.php?id_revista=67&numero_revista=50. Acesso em 23 de março de 2023.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectivas, 1974.

CAMPBELL, Joseph. **A jornada do herói**: Joseph Campbell vida e obra. São Paulo: Ágora, 2004.

DE MASI, Domenico. "A ideologia conservadora e autoritária está sempre pronta para voltar ao fascismo", palestra no Seminário Cultura e Democracia promovido pela Revista Forum, São Paulo 2021; disponível no YouTube <https://www.youtube.com/watch?v=gp4tLLpH2HM>, acesso em 20/11/2023.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**. Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 1999.

MARIÁTEGUI, José C. **As origens do fascismo**. Textos de José Carlos Mariátegui, organizados e traduzidos por Luiz Bernardo Pericás. SP: Alameda, 2008.

MARTINS, José de S. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1991.

MASCARO, Alysson L. **Crítica do Fascismo**. São Paulo: Boitempo, 2022.

MOREIRA, Alberto da S. Der gekreuzigte Messias und das Land der Freiheit. *In*: Institut für Theologie und Politik (Org.). **Der gekreuzigte Messias und die Erwartung vom Land der Freiheit**. Christologie im Kontext der Globalisierung. 1ed. Münster: Edition ITP-Kompass, 2004, p. 205-218.

MOREIRA, Alberto da S. 2008. O deslocamento do religioso na sociedade contemporânea. **Estudos de Religião**, São Bernado, vol. XXII, n. 34, p. 70-83.

SCHMITT, Carl. **O conceito do político**. SP: Edições 70, 2015 [1932].

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo**. A política do "nós" e "eles". Porto Alegre: LPM, 2020.

WEISS, Raquel. **Alguns elementos da Sociologia da Religião de Max Weber**, Dez. 2005, p. 1-16, disponível em: https://www.academia.edu/en/2296287/Alguns_Elementos_da_Sociologia_da_Religi%C3%A3o_de_Max_Weber, acesso em 29/02/24.



4

Eduardo Gusmão de Quadros

O FANTASMA FASCISTA

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-301-1.4

*Será que nunca
faremos senão confirmar
A incompetência da América católica
Que sempre precisará
de ridículos tiranos*

Caetano Veloso, Podres Poderes

A canção composta por Caetano Veloso foi lançada em 1984, mas parece ecoar ainda forte nos dias atuais (VELOSO, 1984). Como ele mesmo profetizou na letra, sua “estúpida retórica” continuou a soar pelos tortuosos caminhos da história latino-americana nas décadas seguintes. Interessante visão de futuro para quem respirava, no Brasil, os últimos meses de um regime ditatorial no qual “paisanos” e “capatazes” fizeram “com sua burrice [...] jorrar sangue demais”. Derrotar a ditadura, portanto, não é superar o autoritarismo secularmente vigente.

Pode-se fazer, aqui, uma pequena atualização na letra. É que naqueles anos os grupos evangélicos não eram ainda considerados “novos atores políticos”. Com a expressão, José Guadalupe quer captar a inserção recente das instituições religiosas de origem protestante e pentecostal, reunidos sob o termo genérico de evangélicos, no campo da política, com estratégias e agendas bem definidas (GUADALUPE e CARRANZA, 2020). Trata-se de uma nova *atitude*, não decorrente de maneira direta do crescimento numérico de seus filiados, ainda que dependente deste e da ascensão sociocultural obtida nas últimas décadas. Esses fatores foram reforçados por uma mudança teológica que ressalta a conquista de posições de influência e prestígio, caracterizada pelo autor por meio da escatologia pós-milenarista agora predominante¹.

1 A postura pessimista em relação ao campo político, típica do pré-milenismo, foi substituída por outra onde a sociedade é o local privilegiado para se demonstrar a experiência da salvação. Nas palavras do autor, a passagem para o pós-milenismo transformou “a atitude dos devotos em relação ao mundo mudou de maneira incomum e passou do espanto pré-milenarista para um estágio de maior abertura e temporização com a cultura secular, advindo de um pano de fundo escatológico pós-milenarista. [...]Definitivamente, essa mudança teológica modificou as regras de participação política dos evangélicos e sua atitude em relação ao mundo e foi fundamental para formular a nova maneira de fazer política dos evangélicos que surgiu na cena pública nos anos 90.” (GUADALUPE, 2020, p. 39).

Independente das motivações “multicausais”, o que mais importa em nossa análise é que a entrada desses “novos atores” pouco modificou o cenário político, pois eles adotaram o estilo tradicional e clientelista do ambiente político, adotando a pauta moralista em pontos fulcrais, mas formas escusas de defender os interesses particulares das instituições (GUADALUPE, 2020, p. 43).

Então, podemos acrescentar à denúncia do compositor se não confirmaríamos hodiernamente a incompetência da América evangélica, que igualmente necessita apoiar “ridículos tiranos”. Ou questionar se a matriz religiosa confere alguma diferença nos comportamentos políticos. Ou perguntar se o interesse no poder político contribuiu para mudanças nos valores defendidos pelos grupos religiosos. Ainda pode-se inquirir sobre as possibilidades democráticas trazidas pelas matrizes religiosas hegemônicas na história latino-americana.

Essa matriz religiosa adveio da união entre um tipo de fé cristã (Ibérica), uma forma despótica de governar (Monárquica) e um projeto de colonização (Mercantilista). O artista acertou, destarte, quando se referiu ao catolicismo como uma base para articulação da política com a economia. Ele forneceu um *modus operandi* tanto para a incorporação das populações nativas da América quanto para a incorporação dos povos trazidos por meio do tráfico atlântico. O padroado, de cunho medieval, foi adaptado na modernidade no intuito de legitimar a posse de territórios d’antes desconhecidos². Formou-se, com isso, o que podemos denominar de *cristanidade colonial*, com forte herança nas características dos estados nacionais posteriormente constituídos.

2 Como ensina Azzi, o sistema jurídico do padroado, “atrelando as atividades religiosas ao poder real, transformou a igreja católica nas possessões portuguesas em instrumento legal ao serviço dos mecanismos coloniais. Não apenas a ação episcopal mas a própria atuação missionária ficava condicionada por esta dependência do poder civil. Imbuidos da ideia de Cristandade, também os clérigos identificavam com frequência os interesses da fé com os interesses políticos e econômicos da metrópole” (AZZI, 1987, p. 27).

Se ficássemos somente nos quadros do processo histórico, entretanto, não compreenderíamos a denúncia da “incompetência” apontada na letra da canção. Queremos, nesse trabalho, avançar para algumas questões acerca da *forma* de exercer o poder, pontos de vista teóricos que possibilitem reunir esse passado com o presente, capacitando a perceber os riscos intermitentes do surgimento da tirania. Sem isso, não ficamos preparados para exorcizar o fantasma fascista que assombra nossa história e *nossa América*³.

O SONHO DO PODER

O poder não dorme, porém sonha. Para Carl Schmitt, o modo de domínio praticado pelo catolicismo constitui o projeto utópico dos governos. A “grande política”, afinal, é aquela que opera “com os *archanos*”, com a origem e o fim último da humanidade (1998, p. 47). Sua capacidade de controle advém da economia representacional do invisível gestada pela Igreja Católica. Já o Estado, se baseia na representação de interesses concretos, dos grupos sociais em conflito, suportando de maneira bem menos eficiente as diferenças e oposições (1998, p. 33).

Nesse ensaio, de 1925, tratando do catolicismo romano e as formas da política, o pensador germânico precisou um pouco melhor o teorema enunciado na obra anterior acerca da dimensão teológico-política do poder soberano. Ali havia defendido peremptoriamente que “todos os conceitos centrais da moderna teoria do Estado são conceitos teológicos secularizados” (2006, p. 37). O processo de secularização era compreendido no sentido weberiano, de quem seguiu cursos, como um desencantamento progressivo da sociedade.

3 Consciente da dificuldade de encontrar um termo para nos definir, José Martí, em texto programático de 1891, utilizou “essa modesta fórmula descritiva que engloba para além das raças, das línguas e das circunstâncias acessórias, as comunidades que, com problemas comuns, vivem o rio Bravo à Patagônia e que se diferenciam da América europeia” (RETAMAR, 1988, p. 39).

Desse modo, tratava-se da perda dos aspectos transcendentais, dos conteúdos metafísicos da teologia, que eram reduzidos à estatura intramundana. Mesmo que hoje não se aceite mais a noção linear da secularização - e pensada dialeticamente ganha-se muito em sua densidade - não se pode negar a transformação radical ocorrida sob a impostura do sistema capitalista.

Esse foi o suporte da elaboração do conceito de político, conforme concebido pelo autor na obra de 1932. Ao buscar o elemento mais simples possível que definisse a esfera da política, Schmitt foi afastando-se teoricamente do estado, dos partidos, dos conflitos sociais, das contraposições econômicas e das diferenças religiosas, para atingir o substrato das relações *amigo e inimigo* (2009, p. 27). Ainda que se considere ser o inimigo mais o adversário (*hostis*) do que propriamente o inimigo privado (*inimicus*), como esclareceu o pensador (2009, p. 30), a contraposição com o imperativo evangélico de “amar vossos inimigos” (Mt. 5, 44) não pode ser desfeita. Deduz-se a infiltração da visão bélica, base do Império Romano, na expansão da fé cristã, bem como a transposição semântica do combate espiritual para aqueles entre seres de carne-e-osso.

De fato, ambas as teses poderiam ser coadunadas se mantivermos a lógica paradoxal dos vínculos políticos. Ou seja, pressupondo que as comunidades necessitam de “um universo simbólico comum” para existir, ao mesmo tempo em que ele é disputado pelos grupos que buscam a hegemonia social, como estabeleceu Mouffe partindo de Schmitt. Só pode existir democracia sob uma tensão instituinte (MOUFFE, 2003, p. 63). Então, o respeito ao outro é o fundamento do pluralismo, que, por sua vez, estabelece ontologicamente a política e a liberdade.

Porém, uma coisa é a liberdade, outra o liberalismo. Carl Schmitt foi um crítico mordaz do mundo liberal. Com seu pessimismo conservador, percebeu na República de Weimar⁴ grandes

4 Esse foi um período em que a democracia representativa e a economia liberal foram impostas à Alemanha vencida na Primeira Guerra Mundial. Durou de 1919, quando o presidencialismo e a nova constituição foram aprovadas na cidade de Weimar, até 1933, época em que Adolf Hitler ocupou a liderança do Parlamento.

dificuldades para a promessa democrática realmente vicejar. Sua aproximação ao movimento nazista, posteriormente às obras aqui comentadas, foi consequência de suas análises, da defesa de uma organização política autoritária.

Tanto a lógica competitiva do mercado capitalista quanto o mundo tecnologizado que se avizinhava impediriam a função representacional exigida na democracia. Já o modelo do catolicismo romano, baseado no paradoxo da fé, consegue englobar o ser humano de maneira mais perfeita. Sua tradição milenar reúne institucionalmente a estrutura hierárquica, a centralização eclesiástica, a extensão global do domínio e a multiplicidade dos povos, sob o princípio do *complexio oppositorum* (SCHMITT, 1998, p. 26). Por isso, houve tão poucas revoltas contra a Igreja Católica em si, que atua como se fosse uma mãe, ao contrário do Estado, que comanda semelhante a um pai legalista, impositivo e gerador de constantes rebeliões (1998, p. 23).

Há um ponto de confluência quando os governos prometem a salvação. Porém, o catolicismo mantém “o *pathos* da autoridade em toda a sua pureza” (1998, p. 32). A mimese tentada nas operações do estabelecimento da soberania estatal, que é justamente a dimensão teológico-política, será sempre deficiente. Falta-lhe o mistério da transcendência. Os governos carecem da devoção, da adoração e da indefinível glória (1998, p. 44). O estado fascista foi o que mais se aproximou da *forma política* católica, buscando superar esses déficits.

A ESTATOLATRIA

A crença na potencialidade do estado de executar o discurso soteriológico é recente, podendo ser localizada no período após a Revolução Francesa, com o surgimento da sociedade dominada pelos valores burgueses. Curiosamente, o mesmo movimento que defendeu a laicidade da política foi aquele que tentou conferir aspectos religiosos ao modo de governar.

Jean-Jacques Rousseau, o “pai da democracia moderna”, ressalta a importância da religiosidade para formação de uma nova forma de solidariedade: a nação. Foi no último capítulo do *Contrato Social* que o pensador genebrino defendeu a utilidade do estado promover e manter o que chamou de uma fé cívica (2001, p. 194). Ela deveria possuir poucos dogmas gerais, que tornassem desnecessárias maiores explicações, e se basearia no seguimento da moral social, nos deveres cotidianos dos cidadãos e no amor às leis do país. Ressalte-se que, com o mesmo intuito, Rousseau defendeu a instituição da censura (2001, p. 179) bem como a possibilidade de uma ditadura para “salvar a pátria” dos inimigos (2001, p. 173). Dentre as ambiguidades democráticas, ou o autoritarismo embutido no regime da *vontade geral do povo*, está imbuída a possibilidade de sacralização das ações governamentais.

Partindo desses aspectos, Enzo Traverso considerou que o fascismo transformou o nacionalismo nessa *religião civil* (2021, p. 28). A tendência do mundo contemporâneo de enaltecer a nação e o estado conjuntamente já era notável antes, porém foi na Itália que as instituições nacionais foram recobertas de liturgias, de símbolos e de rituais coletivos que atribuíam a aura de sacralidade ao governante. Ora, sabe-se que a revolução fascista intentada por Mussolini incorporava aspectos religiosos de maneira explícita, pois o *Duce* escreveu de próprio punho que ele pretendia edificar um *sistema espiritual* de pensamento e ação (s/d. p. 60).

Ao apontar tal esforço de assimilação mimética, demonstra-se o outro lado do conceito de religião civil, podendo ser concebido também enquanto postura crítica aos tentáculos controladores do poder estatal. Isso foi denunciado de Roma pelo papa Pio XI. Ao perceber a sedução causada pela *ideologia*⁵ autoritária sobre

5 Destacamos que o termo ideologia é utilizado pela pena papal exatamente nesse parágrafo, não deixando de ser curioso esse uso ofensivo do conceito, já que o grande inimigo dos fascistas eram os marxistas.

tantos fiéis católicos, sua santidade publicou, em 1931, a encíclica *Non abbiamo bisogno* (Não temos necessidade). Afirma no texto que o fascismo era uma “verdadeira estatolatria pagã”, que contrariava tanto os princípios do direito natural quanto o caráter sobrenatural da Igreja, essa, sim, a fonte da verdadeira religiosidade (PIO XI, 2004, p. 357). Os rituais do partido fascista seriam “ímpias paródias” (2004, p. 346); os militantes, “lobos em pele de cordeiro” (2004, p. 353) a executarem suas “odiosas vigilâncias” (2004, p. 366), por meio de ordens estabelecidas “contra toda a verdade e justiça” (2004, p. 362).

As palavras veementes proferidas pelo sumo pontífice contribuem para compreender a ampliação do que seria o campo político no século XX. O Vaticano apontava que a batalha não era exatamente uma questão de “política, mas moral e religiosa, essencialmente moral e religiosa” (2004, p. 352). Tal perspectiva *moralista* tem sido típica do mundo teológico, preocupado não apenas com aquilo que é, porque orientado pelo sentido final, o que deveria ser. Essa mescla de ontologia e deontologia era uma característica evidenciada no predominante neo-tomismo da época, influente também nas avaliações dos movimentos políticos semelhantes no Brasil (QUADROS, 2014). Contudo, não se resume a isso. É importante notar a tentativa de imputação ao corpo político dos sentimentos humanos mais profundos, a exemplo da espiritualidade, da fé, um comportamento secular eivado de dogmas, bem como do ideal de auto sacrifício.

Quando fazia suas investigações sobre a mídia e política nos Estados Unidos do final da década de Trinta, Theodor Adorno igualmente percebeu tal tentativa de confluência. Ele realizou análises do discurso de um influente pastor norte-americano da costa leste, identificando as estratégias do fascismo adotadas em seu programa de rádio. Reiteradamente, emergia “a base da manipulação fascista da subjetividade religiosa com fins políticos, por conseguinte, antirreligiosos” (2009a, p. 102). O pensador germânico evita, assim, o conceito de religião civil, mesmo identificando sua existência, e preferiu deixar as duas esferas no âmbito teórico relativamente separadas.

Não existiria, portanto, o *cristofascismo*⁶, pois compreendia que a utilização política das crenças e rituais cristãos degradaria o religioso, semelhante ao que havia dito o papa. Como se possuísse a iracúndia de um profeta bíblico, Adorno acusou a propaganda fascista de manipular os dogmas mais caros do cristianismo e proferir até blasfêmias (2009a, p. 112).

A visão crítica de ambos demonstra que o governo soberano não possui os poderes da divindade, nem a representa, como afirmara anteriormente Carl Schmitt. Vê-se com clareza a pretensão dos regimes autoritários de trabalhar intensivamente com uma espécie de *teo-poder*, um híbrido que, apesar de percorrer a história humana, ganhou formas específicas de dominação da subjetividade nos últimos decênios (QUADROS, 2009).

O TEO-PODER

O controle sobre a economia do desejo é o alvo das estratégias neoliberais. O segundo elemento de subjetivação está na interferência nos circuitos da crença, de modo a assegurar a sujeição. Como indicou Judith Butler, sujeição e subordinação são as duas faces de Jano quando o poder atua estabelecendo a soberania social. Existe uma ambivalência ontológica do sujeito, que deriva sua capacidade de agir "precisamente do poder ao qual se opõe, por mais estranha e desagradável que essa ideia pareça" (2017, p. 23).

Compreender essa dinâmica é importante, pois antes o soberano era uma pessoa localizada e hoje a soberania se dá de maneira abstrata, ilocalizável, de modo quase metafísico. *A nova ordem mundial* não é somente objetiva, do mercado ou globalizada, atinge a

6 Para uma visão oposta sobre esse termo, que passou a ser usado no Brasil recente, ver o trabalho de Sanchez e Arruda (2020). A nosso ver, o conceito acaba entregando o ouro de bandeja aos bandidos, como diz o ditado popular.

ordenação dos corpos e das vontades. Sintetizam Dardot e Laval os valores que guiam essa nova forma de governança da sociedade:

As grandes proclamações a respeito da importância do 'fator humano' que pululam na literatura da neogestão devem ser lidas à luz de um novo tipo de poder; não se trata mais de reconhecer que o homem no trabalho continua a ser um homem, que ele nunca se reduz ao status de um objeto passivo; trata-se de ver nele o sujeito ativo que deve participar inteiramente, engajar-se plenamente, entregar-se por completo a sua atividade profissional. [...] A vontade de realização pessoal, o projeto que se quer levar a cabo, a motivação que anima o 'colaborador' da empresa, enfim, o desejo com todos os nomes que se queira dar a ele é o alvo do novo poder. O ser desejado não é apenas o ponto de aplicação desse poder; ele é o substituto dos dispositivos de direção das condutas. (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 327).

Como se vê, houve a mescla da esfera do desejo entre o mundo religioso e o da política na formação da sociedade contemporânea, e, como apontara Foucault (2008, p. 95), a crença adveio a seu lado. O ato de crer e o desejar são os dois elementos formadores do teo-poder: constituem-se enquanto metas dos modos de subjetivação e da reprodução das instituições normativas do comportamento.

As Ciências Humanas, de maneira geral, mantiveram uma visão pejorativa da crença. Pode ser um preconceito que permaneceu com ares iluministas, reforçado pela herança das lutas históricas contra o domínio das instituições eclesiais no conhecimento. Mas nessa reformulação de paradigmas do final do século XX, necessário para a análise do autoritarismo nas democracias, destacamos a função social do crer.

Para explicar melhor as mudanças recentes, vamos diferenciar os campos de atuação do poder. São formas de domínio que se sobrepõem, às vezes, mas podem ser diferenciadas pelos alvos privilegiados de cada tipo.

Primeiro, temos o *bio-poder*. O conceito foucaultiano foi formulado para analisar os mecanismos de controle da sociedade disciplinar, paradigma que vigorou desde os primórdios do século XIX. Se dá a partir de técnicas aplicadas ao corpo para conseguir formar as almas, como ele demonstrou em *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 2014), tendo como espaços privilegiados a prisão, o hospital e a escola. O modelo ideal que se quer construir é o *cidadão* bem comportado.

O segundo tipo se evidenciou mais recentemente. Trata-se do *psico-poder*, que ganhou destaque na transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle. Byung-Chul Han (2014) demonstrou seu funcionamento ao estudar as formas que o neoliberalismo constrói sua hegemonia a partir de estilos de subjetivação e do fetichismo da mercadoria. O domínio da lógica do capital não seria feito sem essa penetração na alma. Como definiu o pensador coreano:

O neoliberalismo como uma nova forma de evolução, uma nova forma de mutação do capitalismo, que não se ocupa primeiramente do 'biológico, somático, corporal'. Pelo contrário, descobre a *psique* como força produtiva. Este giro para a psique e com isso para a psicopolítica, está relacionado com a forma de produção do capitalismo atual, posto que este último está determinado por formas de produção imateriais e incorpóreas (2014, p. 41-42).

O sistema financeiro passou a operar com imaterialidades, o que pode ser exemplificado tanto pela bolsa de valores NASDAQ quanto pelas *startups* tecnológicas, que tanto lucram nos tempos atuais⁷. A mente e os comportamentos humanos são estudados para serem condicionados pelos métodos da neurociência e pelos algoritmos do mundo virtual. Então, o modelo ideal a ser atingido pela ação do psico-poder é o *consumidor*. Este deve sobreviver

7 Permite-nos um relato pedagógico. Quando questiono em minhas aulas: O que produz a rede Tik-tok? Os alunos ficam perplexos, sem saber o que responder. Acrescento: Não produz nada, como tantas outras denominadas *redes sociais*. Nós produzimos e reproduzimos, voluntariamente e com bastante dedicação, para elas. Isso demonstra a incrível capacidade soberana de controlar condutas, de maneira global e intensamente capitalizada.

endividado pelos créditos oferecidos, trabalhando para pagar as contas e se divertindo para fazê-las. O lazer capitalizado é seu lugar exemplar de desenvolvimento.

O tipo que defendemos aqui é uma decorrência da dimensão teológico-política, mas reduzimos sua “lógica” e ampliamos a esfera tradicional da política – a gestão estatal e dos movimentos sociais – para a do poder. Portanto, tem-se o *teo-poder*, com o hífen que tanto liga quanto afasta. Esse espaço permite o movimento do crer e do desejar na fabricação dos sujeitos sociais.

Nem sempre há tanta racionalidade nos dispositivos da governamentalidade. O teo-poder visa atingir a esfera emocional da existência, as alegrias e tristezas, os sonhos e os medos, a rejeição e o fascínio, o que é resumido pela frase tão comum nos grupos religiosos: “Entrega teu coração”. Sim, antes de mais nada, o foco de sua execução está no domínio do desejo por meio da crença.

O desejo pode ser considerado o elemento básico do comportamento religioso, como afirmou Durkheim com a fórmula latina: *do ut des* – dou para obter (1996, p. 374). Na versão franciscana, pode-se dizer “é dando que se recebe”, resumo semelhante posta pela lógica da dívida estudada por Mauss (1974) enquanto um fato social total. Atualizando, pode-se dizer que o Mercado nos ensina cotidianamente com o lema: “Entrega-me teu desejo para ter o que desejas”.

As formas religiosas do capitalismo já haviam sido percebidas por Walter Benjamin, na década de vinte do século passado, quando ele vivia na República de Weimar e se correspondia com Carl Schmitt. Escreveu o jovem pensador que “o capitalismo serve essencialmente à satisfação das mesmas preocupações, tormentos e inquietações às quais davam resposta antigamente as assim chamadas religiões” (BENJAMIM, 2012, p. 211). O teo-poder busca descrever a gestão de tal confluência, sendo seu modelo ideal a produção do *fiel*. O lugar de ação nos parece indeterminado, pois a distinção do privado e o público não são mais viáveis. O autoritarismo do Império exerce seu domínio igualmente sobre ambos (HARDT e NEGRI, 2012).

A caracterização apresentada aqui não deve ser lida de maneira linear ou cronológica. São formas de subjetivação moldadas nas relações de soberania e seguimento, que apontam falácias da suposta democracia que se viveria cotidianamente. Elas fazem crer que a ontologia da sociabilidade é dependente do poder predominante, de submissões ininterruptas, buscando polimorficamente neutralizar a emergência da resistência libertária. Ressaltamos, contudo, que o domínio soberano não é inscrito em nossos corpos, mentes e corações sem atritos⁸. Quem respira, conspira.

O FASCISMO FRANKENSTEIN

Há, portanto, uma novidade na crise atual das democracias ocidentais, no incremento vertiginoso do autoritarismo e na formação do neofascismo hodierno. Hoje ele é transnacional, globalizado como os mercados e como os padrões da economia neoliberal. Sua monstruosidade, sugere Wendy Brown, está nessa costura mal alinhavada do sistema econômico desnacionalizado com estados minimizados e ações políticas autoritárias provindas de diversos lugares institucionais (2018, p. 26). Acrescente-se, seguindo as linhas reflexivas da Teoria Crítica, que a democracia não tem impedido os totalitarismos, somente atenuado seus efeitos patológicos.

Parece que nos primórdios do século XXI se possui uma consciência mais clara de que os princípios democráticos são frágeis, estão sempre ameaçados e se desfazem com facilidade. Existem os demagogos e possíveis tiranos de prontidão, já nos precavia Aristóteles⁹. Mas os tempos antigos não testemunharam a

8 A metáfora, evidentemente, é kafkaniana. *Na Colônia Penal* (KAFKA, 2022), a máquina de justiciamento escreve nos condenados o crime praticado e, no caso do sentenciado enfocado na narrativa, foi desobedecer ordens superiores.

9 "As democracias alteram-se com muita facilidade em virtude da intervenção facciosa dos demagogos: estes denunciavam arditosamente os ricos proprietários que, assim, são levados a aliar-se (o medo recíproco chega a unir os priores inimigos); ou então incitam publicamente o ânimo dos populares contra as classes abastadas" (1998, p. 369).

padronização dos comportamentos e valores difundidos pela cultura de consumo. Os valores que guiam as políticas neoliberais, além de serem intrinsecamente irracionais, são essencialmente antidemocráticos, defende Brown, porque edificados sobre a desigualdade de condições, promotores da exclusão, da privatização do bem comum e de regimes plutocráticos (2018, p. 19).

Os efeitos da desigualdade social e econômica são ainda piores nos países latino-americanos. Aliás, sugere a autora, em outro ensaio, que as fórmulas de governar do neoliberalismo foram testadas primeiro nos países ao sul do equador, para depois serem adaptadas às culturas do norte (2019, p. 29). Na tradição histórica latino-americana, a violência estatal já era o modo corriqueiro de controle da população. Mesmo antes de surgir o conceito, a herança das relações escravistas já forjavam os trabalhadores enquanto um *capital humano*.

A desdemocratização que ocorre com rapidez nos países do norte (BROWN, 2019, p. 112) não precisa acontecer em países onde a democracia sempre fora tão restrita, onde os direitos sociais nunca foram uma agenda política tão destacada. Verdade que muitas dessas tendências globais ecoam fortes em *noossa América*, como se vê no reforço da família como rede de proteção básica e na ascensão do moralismo midiático encampado pelas lideranças religiosas. Os movimentos identificados como *direita*, no sul e no norte, voltam-se para essa tentativa superficial de recristianizar a sociedade pela via do estado e da legislação protetiva aos que já são privilegiados.

Destarte, esse é um campo fértil para o crescimento dos movimentos políticos autoritários. Eles germinam enquanto complemento do niilismo da sociedade de consumo e de convívio virtualizado, não enquanto compensação, como defende Brown (2019, p. 111). Concomitante, a reinvenção das tradições e liturgias patrióticas é acoplada aos interesses escusos das inversões imperialistas, ainda vigorosas em nosso subcontinente. Está aí outro enxerto do fascismo Frankenstein latino-americano.

Essa busca imaginária do *pai protetivo* da pátria demonstra a infantilização crescente dos atores sociais. A superficialidade dos ambientes virtuais, promotoras privilegiadas de socialização atualmente, gera a atrofia da autonomia, a regressão da inteligência e da capacidade de decisão, como denunciara Adorno há quase cem anos. O fascismo estimula “o ressentimento contra o intelecto”, ele escreveu (2009a, p. 109). Os sujeitos ressentidos instrumentalizam o projeto de poder para destruir o Outro, o adversário transfigurado em inimigo. Ignoram que a uniformidade faz desnecessária a política.

ONDE ESTÁ O FANTASMA?

O ressentir possui outra semântica possível. Além da vingança, envergonhada ou explícita, contra as chamadas *minorias* – movimento feminista, antirracista, LGBTQIA+, refugiados e imigrantes – que se tornaram empoderadas juridicamente nos últimos decênios, existe o sentimento de nostalgia. O tempo presente, tão ampliado nos primórdios do século XXI (GUMBRECHT, 2105), viabiliza essa busca de sentir novamente, como se fosse idealmente procurada a volta dos que não foram. São espectros do que nunca morreu, por vezes assombrando – v.g. o comunismo – por vezes encantando – v.g. a época da ditadura militar.

O retorno do fascínio fascista compõe tal forma de (re)sentimento da temporalidade. Na Europa dos anos vinte e trinta do século anterior, se propunha como inovador e até revolucionário; hoje, fica evidenciado seu caráter conservador e explicitamente reacionário (TRAVERSO, 2021, p. 68). Por isso, ressurgiu promovendo o revisionismo histórico, bem como o negacionismo científico. O *arquétipo autoritário* reelabora, por meio de uma estética nostálgica, as imagens desagradáveis do passado ou as verdades que entram em desacordo com a suposta “liberdade individual” (QUADROS; BENTO; GODOI, 2022). A junção teo-política, com tudo que envolve de memória, crença e desejo, reforça essas possibilidades de reinvenção dos fatos.

A identificação dos modelos de personalidade autoritária na democracia norte-americana, feita por Adorno (2009b), contribui para localizarmos melhor o fantasma fascista. O que ele fizera teoricamente, também com Max Horkheimer, denunciando incisivamente o autoritarismo social e o poder impositivo da indústria cultural, ganhava base empírica no grande estudo feito com uma equipe da Universidade da Califórnia. Se demonstrou com amplo questionário, aplicado a três mil pessoas de distintas situações socioculturais, que os comportamentos potencialmente fascistas campeavam pelos regimes democráticos. Poder-se-ia afirmar, inspirado na famosa frase de Marx e Engels, que um espectro rondava pelo mundo: o espectro do fascismo¹⁰.

Ou seja, o fascismo está presente sempre, e permanece próximo. Se manifestou historicamente durante boa parte do século XX, em diversos países, por todos os continentes. Não vemos necessidade de fixar seu conceito no modelo italiano, porém a luta antifascista, fortalecida após a Segunda Grande Guerra, conferiu-lhe um sentido combativo particular. Há, atualmente, sua utilização com os prefixos *neo* e *pós* na literatura acadêmica (cf. TRAVERSO, 2021), contudo alertamos sobre o perigo de fixarmos sua semântica conforme os debates da arena pública, midiática, como modo de enquadrar e, até, ofender a postura divergente.

Por isso, preferimos a posição adotada por Adorno na caracterização das *síndromes autoritárias*, que não deixa de assegurar o teor crítico e ético das análises. Enquanto síndromes, percebe-se a reunião momentânea de elementos do meio cultural e político com traços pessoais e da história familiar. Podem ter efeitos tênues no comportamento social, mas também atingir níveis patológicos.

10

A frase célebre está na abertura do prefácio ao Manifesto comunista: "Um espectro ronda a Europa: o espectro do comunismo" (MARX e ENGELS, 1999, p. 5). A exegese de Derrida sobre essa frase demonstra a relevância do conceito de espectro, no limite da ausência-presença, para entender a veloz expansão do conservadorismo após 1990 (cf. QUADROS, 2013).

Nessa última forma, os impulsos destrutivos afloram junto com as fantasias infantis de onipotência (ADORNO, 2009b, p. 495).

Tal visão possibilita compreender que os comportamentos autoritários se manifestam, igualmente, em nós mesmos. As palavras fantasma e fantasia possuem a mesma origem etimológica e quem não guarda um pouco desses desejos infantis? Quem não possui traços de delírio narcisista? Ou qual de nós, professores, não portamos certa intolerância com quem discorda das "verdades" que ensinamos?

Assome-se que fantasmas são indestrutíveis por serem representações de *mortos-vivos*. Assim como o liberalismo não conseguiria destruir a utopia marxista, conforme profetizava Derrida após a derrocada do bloco socialista, também tem sido incapaz de derrotar os autoritarismos que nos circundam (QUADROS, 2013). A democracia, além de frágil, constitui uma tarefa interminável a ser permanentemente exercida.

Se quisermos combater de fato as posturas fascistas, melhor atacar as raízes interseccionais da exclusão social e afetiva, lutando pelo que não poderá ser desconstruído: o princípio da justiça. Sua pujança, por ser infinita, escapa do que cabe nos limites do mundo da política. Assim, talvez possamos transformar a incompetência da América - católica, evangélica ou outras - em *compotência* de conviver.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. La técnica psicológica de las alocuciones radiofónicas de Martin Luther Thomas. *In*: ADORNO, Th. W. **Escritos sociológicos II - vol.1** (Obra completa 9/11). Madrid: Editora Akal, 2009a, p. 8-146.

ADORNO, Theodor W. Estudios sobre la personalidad autoritaria. *In*: ADORNO, Th. W. **Escritos sociológicos II - vol.1** (Obra completa 9/11). Madrid: Editora Akal, 2009b, p. 147-525.

ARISTÓTELES. **Política (edição bilíngue)**. Lisboa: Vega editores, 1998.

AZZI, Riolando. **A cristandade colonial – um projeto autoritário**. São Paulo: Paulinas, 1987.

BENJAMIN, Walter. O capitalismo como religião. *In*: MOREIRA, Aberto da S (org.). **O capitalismo como religião**. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2012, p. 211-215.

BROWN, Wendy. Neoliberalism's Frankenstein. *In*: BROWN, W.; GORDON, P; PENSKY, M. **Authoritarianism: three inquires in critical theory**. Chicago: University of Chicago Press, 2018.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo – a ascensão da política antidemocrática**. São Paulo: Editora Politeia, 2019.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neo-liberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DURKHEIM, Emile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FOUCAULT, Michel **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Lisboa: Almedina, 2014

GUADALUPE, José L. P. Brasil e os novos atores religiosos da política latino-americana. *In*: GUADALUPE, José L. P. e CARRANZA, Brenda (orgs.). **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro : Konrad Adenauer Stiftung, 2020, p. 17-110.

GUMBRECHT, Hans U. **Nosso amplo presente: o tempo e a cultura contemporânea**. São Paulo: Editor da UNESP, 2015.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: neoliberalismo y nuevas técnicas de poder**. Madrid: Herder, 2014.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. **Imperio**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

KAFKA, Franz. **Na colônia penal**. Rio de Janeiro: Antofágica Editora, 2022.

MARX, K. e ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Rocket Edition, 1999.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva. *In: Sociologia e antropologia*. São Paulo: Edusp, 1974. v. 2.

MUSSOLINI, Benito. **La doctrina del Fascismo**. Madrid: Lebooks Editora, s/d.

PIO XI. Non abbiamo bisogno (1931). *In: Documentos de Pio XI*. São Paulo: Editora Paulus, 2004, p. 336-369.

QUADROS, Eduardo G. Um marxismo pós-moderno? Derrida e a crítica ao telecapitalismo. **Revista Plurais (virtual)**, Anápolis, vol.3, n.1, 2013, p. 142-153.

QUADROS, Eduardo G. O catolicismo integral: fé e política em Alceu Amoroso Lima. **PLURA - Revista de Estudos de Religião**, vol. 5, nº 2, 2014, p. 36-50.

QUADROS, Eduardo G. O teo-político da dominação colonial. **Revista Horizonte**, PUC Minas, v. 7, n. 15, dez. 2009, p. 32-52.

QUADROS, E.G.; BENTO, L.C; GODOI, R.T. **História (re)sentida: compreensão ética e estética dos arquétipos autoritários brasileiros**. Vitória: Milfontes, 2022.

RETAMAR, Roberto F. **Caliban e outros ensaios**. São Paulo: Busca Vida editora, 1988.

ROUSSEAU, Jean-jacques. **Do contrato social**. São Paulo: ebooksBrasil, 2001.

SANCHEZ, Wagner L. e ARRUDA, Glair A. Novas faces do cristofascismo no governo de Jair Bolsonaro. **Revista Eclesiástica Brasileira**, 80, vol.316, mai./ago. 2020, p. 353-372.

SCHMITT, Carl. **Catolicismo Romano e forma política**. Lisboa: Hugin editores, 1998.

SCHMITT, Carl. **O Conceito do político**. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2009.

SCHMITT, Carl. **Teologia política**. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2006.

TRAVERSO, Enzo. **As novas faces do Fascismo**. São Paulo: Editoria Ayné, 2021.

VELOSO, Caetano. Podres poderes. *In: Velô*. LP da Polygram, 1984.



5

José Antonio Zamora

**MOBILIZAÇÃO
AUTORITÁRIA,
POSFASCISMO
E RELIGIÃO**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-301-1.5

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é oferecer algumas chaves gerais de análise para abordar o tema da relação entre mobilização autoritária, pós-fascismo e religião. Essa será necessariamente uma abordagem muito geral. Se considerarmos que a mobilização autoritária e o crescimento dos partidos de extrema direita afetam todos os continentes, países e populações com contextos econômicos, sociais, políticos e religiosos muito diversos, fica claro que uma abordagem geral dificilmente fará justiça a essa diversidade. No campo da religião, também encontramos uma diversidade semelhante: desde a expansão dos movimentos neopentecostais na América Latina até o crescimento do fundamentalismo islâmico, desde o rearmamento do tradicionalismo católico na Europa e nos EUA até o hinduísmo fundamentalista na Índia. Qualquer tentativa de aplicar conceitos com uma origem histórica e geopolítica específica a contextos tão diferentes exigiria um esforço de concretização e singularização que requereria infinitas nuances. Por esse motivo, concentrarei minha reflexão nas chaves gerais que nos permitirão analisar uma diversidade de fenômenos e contextos com base nas semelhanças e analogias que podem ser observadas. Mas quero deixar claro desde o início: minha abordagem não pode e não pretende esconder o fato de que ela se baseia em um contexto fundamentalmente europeu. Portanto, ela terá limites inevitáveis.

Em primeiro lugar, farei uma breve referência a várias questões terminológicas, que não são meramente terminológicas. Na filosofia e nas ciências sociais, os debates conceituais desempenham um papel central. O que está em jogo não é apenas a relevância de certas abordagens teóricas e metodológicas para os objetos de pesquisa, mas também a compreensão das dimensões sociais e históricas reais que estão condensadas nos conceitos. A decisão por um termo ou outro é decisiva para dar conta de uma realidade

histórica. Ao mesmo tempo, essa realidade mutável traz novos significados aos conceitos e testa a abordagem teórica que lhes confere poder explicativo.

Em uma segunda parte, tentarei analisar uma diversidade de fenômenos que podem ser explorados sob o conceito geral de “mobilização autoritária”. Esses fenômenos, apesar de sua diversidade, apresentam certas afinidades eletivas tanto no nível dos discursos quanto nas formas de mobilização e organização política, do que poderíamos chamar estilos de fazer política, de instrumentalizar os processos psicodinâmicos que afetam os processos de subjetivação, e assim por diante.

Em terceiro lugar, tentarei mostrar como os elementos discursivos da religião são integrados à mobilização autoritária. Como tentar explicar uma diversidade tão grande de relações políticas e discursivas entre grupos religiosos e organizações extremistas de direita é impossível em um texto como este, limitar-me-ei a apontar os elementos de determinados discursos e práticas religiosas que os tornam atraentes para a mobilização autoritária e são a base para a colaboração e o apoio mútuo.

1. ESTRUTURA DE ANÁLISE: ESCLARECIMENTO CONCEITUAL

Até a década de 1980, a estrutura dominante para interpretar a relação entre modernidade e religião era determinada pelo conceito de “secularização”. Esse conceito estava ligado a uma expectativa sobre o destino da religião nas sociedades modernas que, por meio de um processo de privatização, levaria ao seu eclipse, se não total, pelo menos quase completo. Essa expectativa foi contrariada pelos fatos, pelo menos em seu caráter unidirecional e universal.

Isso levou primeiro a falar de modernidades no plural e de diferentes formas de presença pública da religião nelas. Em seguida, termos como “pós-secularização” foram cunhados para tentar explicar uma presença modificada da religião na esfera pública e estabelecer novos padrões de relação (Ruiz Andrés, 2022). Não vou entrar aqui em uma exposição dos debates em torno da tese da secularização. Em resumo, eu diria que ninguém hoje nega que os processos de modernização capitalista modificaram substancialmente os modos de presença pública da religião, mas também ninguém discute que essa modificação não levou ao seu eclipse ou desaparecimento.

Muitos dos teóricos sociais que estudam as religiões começaram a falar de “desprivatização” a partir da década de 1990 (Beyer, 1994; Casanova 2000, 2012; Kepel 2005). Esse conceito pretende explicar uma re-politização das religiões monoteístas que parece neutralizar o retrocesso experimentado pelas instituições religiosas na primeira metade do século XX - principalmente nas sociedades ocidentais e em sua esfera de influência. Setores importantes ou, pelo menos, muito ativos dentro dessas religiões promovem a re-inserção da religião no espaço público com o objetivo de influenciar um conjunto de questões políticas e morais que consideram relevantes. Isso, como veremos, tem uma dupla face. Movimentos e organizações especificamente religiosos com vínculos institucionais tomam voz no espaço público para defender suas posições em diferentes questões que afetam a comunidade política e, por outro lado, grupos de natureza política tentam competir no espaço público e em conflitos políticos e morais por uma representação de interesses de alcance geral com suposta inspiração religiosa.

Nesse contexto de “desprivatização”, a religião tem se tornado gradualmente e cada vez mais um componente-chave dos discursos populistas de direita em todo o mundo (Marzouki *et al.*, 2016). A fim de intensificar a política de identidade e mobilizar o apoio dos setores conservadores, os atores políticos populistas adotaram a linguagem religiosa e as referências ideológicas defendidas

pelos setores ultraconservadores e fundamentalistas de diferentes religiões. Isso ocorreu no hinduísmo e no budismo, bem como no islamismo e no cristianismo. A mobilização autoritária “descobriu” o potencial motivacional e galvanizador da religião. Por outro lado, grupos religiosos ultraconservadores reconheceram nos movimentos e partidos autoritários a possibilidade de transferir suas abordagens ideológicas e morais para o espaço político. Dessa forma, o populismo de direita e o fundamentalismo religioso se reforçam mutuamente. Sua aliança contribui para um reforço mútuo do qual ambos se beneficiam. No entanto, a relação entre as versões fundamentalistas da religião e o populismo de direita tem sido pouco explorada em pesquisas (Mudde, 2007: 296). Na última parte deste artigo, entrarei em mais detalhes sobre como essa confluência ocorre e quais são seus principais elementos. Gostaria apenas de enfatizar agora que é necessário ir além do que poderia ser considerado um uso funcional da religião, o que certamente não seria novidade na história política e religiosa, para abordar as afinidades eletivas entre as interpretações fundamentalistas da religião e o populismo de direita em um nível mais profundo.

Ao abordar a confluência à qual nos referimos, é possível adotar duas perspectivas que não são mutuamente excludentes. Poderíamos começar com uma análise das mutações pelas quais as religiões passaram nas últimas décadas e situar, dentro das diferentes tradições religiosas, o surgimento, o fortalecimento e a expansão de movimentos ultraconservadores e fundamentalistas. E, a partir daí, tentar esclarecer sua crescente politização como forma de combater o que esses movimentos interpretam como uma ameaça a suas concepções morais e seus modos de vida. Certamente, o ultraconservadorismo e o fundamentalismo religioso são movimentos reativos que respondem a mudanças sociais, políticas e culturais e, portanto, têm um componente político implícito desde o início. No entanto, o conflito vivido entre essas concepções e as transformações sociais, políticas e culturais em seus ambientes imediatos e remotos mudou

progressivamente a percepção da esfera pública e levou a descobrir essa esfera como um espaço para defender estilos de vida tradicionais contra o que eles veem como intrusão administrativa ou legal. Não se trata mais de defender os interesses das instituições religiosas, especificamente dos espaços e práticas religiosos, ou de garantir a liberdade de culto ou a liberdade religiosa, mas de introduzir na configuração das esferas seculares as próprias concepções de inspiração religiosa que afetam a vida social como um todo por meio da representação política.

A outra perspectiva para analisar a confluência, que será a que adotaremos aqui, é partir de uma análise da mobilização autoritária, de seus elementos discursivos, de suas ofertas de reinterpretação dos processos e conflitos sociais, das características formais reconhecíveis na construção de seus discursos etc. e, a partir daí, mostrar como as versões fundamentalistas da religião estão integradas. Essa perspectiva permite analisar o papel dessas concepções de religião dentro da mobilização autoritária e entender que as conexões não são meramente funcionais ou instrumentais, que uma crítica e uma superação do autoritarismo político não podem ser realizadas sem uma crítica e uma superação do fundamentalismo religioso, e que as raízes de ambos os fenômenos são comuns. Isso requer uma interpretação do pós-fascismo ou do populismo de direita como um passo preliminar e necessário para entender como o ultraconservadorismo e o fundamentalismo religioso estão integrados a ele. Para começar, entretanto, é útil esclarecer o que poderíamos chamar o debate conceitual.

Tanto nas ciências sociais quanto no discurso político, encontramos vários termos diferentes, como "extremismo de direita", "populismo de direita", "neonazismo", "neofascismo", "pós-fascismo", "extrema direita", "neoconservadorismo" etc. Há um caos de definições, métodos e terminologia. Isso se deve, em parte, ao fato de estarmos lidando com um objeto complexo e multifacetado, mas muitas vezes também à abordagem teórica, política ou mesmo ideológica

dos pesquisadores. Não apenas existem diferentes maneiras de nomear uma realidade, mas esses conceitos marcam diferenças epistemológicas e teórico-sociais que afetam a compreensão do fenômeno com o qual estamos lidando. Pode parecer uma questão acadêmica, mas a compreensão adequada de um fenômeno, desde seu nome até sua lógica interna, é fundamental para articular formas de resistência e organizar um confronto com suas consequências.

Os conceitos que incluem os termos “extremismo” ou “extremo” concentram a atenção em grupos extremistas de direita, até então minoritários, e em seu potencial de violência. E os assimilam a outros supostos extremismos (de esquerda). Dessa forma, uma ameaça que supostamente vem de fora e se opõe à ordem democrática é deslocada para as margens da sociedade (Backes 2007; Albertazzi/McDonnell, 2016). Essa ordem teria seu apoio social e político no centro, caracterizado pela moderação e pelo equilíbrio político. O conceito de extrema direita pode ser útil para rotular determinados grupos e práticas políticas, mas é inadequado para analisar os vínculos entre a ordem democrática capitalista e a dinâmica autoritária que emerge do centro da sociedade (O. Decker/Brähler, 2018; Salzborn, 2018). Encontramos essas mesmas limitações de forma ainda mais aguda nos conceitos de neofascismo e neonazismo, que até agora têm servido principalmente para identificar movimentos ou partidos políticos que reivindicam, nas sociedades democráticas do pós-guerra, a ideologia e os líderes dos regimes totalitários anteriores à Segunda Guerra Mundial (Caldiron, 2019). É verdade que esses grupos tiveram um crescimento significativo nos últimos anos, e houve uma contaminação retórica e uma presença ou ligação orgânica com partidos autoritários com representação no parlamento. Mas não está claro que as organizações neofascistas possam alcançar a hegemonia dentro do espectro autoritário e, se conseguirem, que possam impor um retorno geral ao fascismo histórico na sociedade como um todo. De qualquer forma, isso ainda não aconteceu.

Outro dos conceitos mencionados, o de populismo, longe de representar uma alternativa genuína aos anteriores, também apresenta limitações insuperáveis. Se levarmos em conta a contribuição de Stuart Hall (1980) sobre o conceito de “populismo autoritário” para caracterizar a conjuntura histórica do final da década de 1970 e o Thatcherismo como uma crise de hegemonia no declínio do fordismo, ou o trabalho de E. Laclau sobre hegemonia e populismo (2005), ambos os conceitos - populismo e hegemonia - tornaram-se inseparáveis na teoria social e na teoria da democracia. Isso sobrecarrega o conceito de populismo com as dificuldades teóricas do conceito de hegemonia e com a questão de sua adequação para analisar a atual situação histórica da profunda crise do sistema capitalista (e não apenas de um modo de regulação), bem como as ligações entre essa crise e a dinâmica autoritária. Além disso, quando o termo populismo é vinculado ao qualificador de autoritarismo, seu potencial analítico muda para o nível estratégico.

Uma maneira de superar as dificuldades inerentes ao termo neofascismo é usar o conceito de “pós-fascismo”. Como Enzo Traverso aponta, o debate sobre como chamar a nova direção sombria que hoje domina o mundo ainda está aberto, mas de alguma forma a questão do fascismo foi instalada na agenda contemporânea (2021). No entanto, sem esquecer as conexões com o fascismo clássico, o prefixo “pós” enfatiza as diferenças. Não há dúvida de que há um ar de família entre certos fenômenos atuais e o fascismo histórico. Mas também é inegável que há diferenças muito importantes que afetam o contexto econômico global, as instituições jurídico-políticas, as relações internacionais e a dinâmica geopolítica, e assim por diante. Para levar em conta as semelhanças e diferenças, Traverso interpreta o fascismo como um conceito trans-histórico (Traverso, 2019) que inclui analogias e diferenças. Para destacar algumas diferenças: o anticomunismo é transmutado em anti-imigração, o projeto utópico do “novo homem” em um anseio pelo passado idealizado, o antissemitismo em xenofobia ou islamofobia, as ambições imperiais

expansionistas em uma barreira contra supostas invasões, a construção de um estado totalitário baseado no terror em um republicanismo ultraconservador e autoritário que esvazia a democracia por dentro, a retórica pseudoanticapitalista em ultraliberalismo econômico etc. Independentemente de se tratar realmente de “mutações” ou de fenômenos de natureza diferente, se não oposta, é o próprio Traverso que acaba falando de “espectros do fascismo” (Traverso, 2016), o que não deixa de ser uma saída insatisfatória.

Outra estratégia para manter o termo fascismo é falar de um profascismo ou fascismo eterno (Eco, 2018), um conceito que permitiria a conservação do termo, embora em cada uma de suas manifestações algumas de suas características definidoras possam estar ausentes. Umberto Eco chega a apontar treze traços, muitos dos quais também são facilmente identificáveis no neoconservadorismo, no nacionalismo populista ou na extrema direita: 1) culto à tradição; 2) rejeição seletiva da modernidade capitalista; 3) culto à ação pela ação; 4) racismo; 5) enraizamento na frustração, especialmente das classes médias; 6) recusa à crítica; 7) nacionalismo; 8) mobilização de um sentimento nacional de humilhação contra seus inimigos; 9) guerra permanente e criação artificial de inimigos; 10) elitismo; 11) culto ao heroísmo e à morte; 12) sexismo e homofobia; 13) homogeneização do povo e sua unificação em torno de uma vontade comum (fenômeno de massa); 13) linguagem vulgar e pobre. Essas características claramente não fazem justiça à realidade do fascismo histórico (Wörsching, 2020). Em última análise, para que o debate sobre os termos não se torne um debate nominalista, ele deve estar associado a um esforço para desvendar a especificidade do fenômeno na conjuntura atual. Aqui pretendo destacar alguns aspectos que me parecem fundamentais, e para isso usarei o conceito de “mobilização autoritária”.

O termo “mobilização” permite considerar o autoritarismo como um fenômeno dinâmico, processual e aberto, que passa por conjunturas variáveis. Portanto, não se deve pensar nele como uma realidade estática. Sua versatilidade e adaptabilidade é uma

característica importante. Seu futuro também é aberto e será condicionado tanto por determinantes sistêmicos quanto pelo confronto social. Isso implica a ativação e a intensificação de certos elementos discursivos refletidos nos processos de construção da subjetividade e nos conflitos psicodinâmicos de indivíduos altamente socializados, bem como nos estados de opinião e em várias formas de politização de conflitos e contradições sociais. Envolve um conjunto amplo e diversificado de atores sociais e, portanto, não se limita a movimentos de extrema direita (nos quais os processos de politização de natureza autoritária que permeiam a sociedade como um todo se manifestam de forma aguda) e a uma pluralidade de elementos discursivos, a práticas sociais, cristalizações organizacionais e institucionais que incluem a mídia, as redes sociais, os grupos de pressão, os laboratórios de ideias, os partidos e as organizações sociais, que têm a capacidade de remodelar a agenda pública e contaminar amplas capas da sociedade e diferentes atores da cena política.

2. A MOBILIZAÇÃO AUTORITÁRIA E O PROCESSAMENTO "MITOLÓGICO" DA CRISE

Ainda que a crise sistêmica ou a multicrise que estamos vivenciando não possa ser identificada como "a" causa do extraordinário aumento do autoritarismo, ela certamente constitui a estrutura que hoje determina os processos e conflitos sociais aos quais a mobilização autoritária responde. Embora os potenciais autoritários, os elementos discursivos e as atitudes intolerantes, bem como uma certa articulação organizacional, estejam sempre presentes nas sociedades capitalistas modernas, as crises sistêmicas geram as condições que favorecem a "mobilização autoritária".

Há muitos aspectos dessa mobilização que podem e merecem ser analisados, mas vou me concentrar em um que me parece particularmente relevante para entender a aliança com os fundamentalismos religiosos. Gostaria de enfatizar que essa mobilização produz e faz uso de uma mitologia que tenta reinterpretar, retrabalhar e enfrentar as crises atuais sem questionar ou transformar as estruturas sociais que as geraram. É isso que estou tentando expressar com o conceito de processamento “mitológico” da crise. O autoritarismo oferece uma maneira de lidar com a crise sistêmica, não no sentido de abordar suas raízes estruturais profundas, mas de reinterpretá-la por meio da produção de narrativas que reenquadram os conflitos sociais básicos em termos não sistêmicos. Isso possibilita administrar o mal-estar, os medos e a agressividade social que têm sua origem na crise, mas neutralizando seu potencial desestabilizador e canalizando-os para objetivos espúrios, desviando a atenção e o olhar socialmente construído e instrumentalizando o mal-estar para estabilizar as estruturas de dominação social (econômica, política, identitária) desestabilizadas pela crise.

Para realizar essa recodificação mitológica dos conflitos sociais básicos em termos não sistêmicos, a mobilização autoritária faz uso de uma série de discursos que constituem o arsenal da “moderna religião da vida cotidiana” (Claussen, 1993). O primeiro deles é a aceitação ou defesa aberta da desigualdade, que pode se basear no fato de pertencer ou não a uma determinada comunidade nacional, ou seja, pode ser de natureza étnica, mas também pode se basear em marcadores sociais de propriedade, emprego, consumo etc. e, cada vez mais, em diferenças de gênero naturalizadas. A segunda seria a defesa aberta de um darwinismo social que promove não apenas a competição individualista como um mecanismo para regular as relações sociais, mas também a prevalência do mais forte ou do mais bem-sucedido (Stiegler, 2018; Weinstein, 2018). Sob a lógica da evolução natural, a atenção aos mais fracos enfraquece o todo, ainda mais se eles forem vistos como estranhos ou forasteiros.

A terceira é o racismo e a xenofobia (Glanninger, 2009). Embora o racismo biológico não seja mais relevante, o mesmo não acontece com o racismo da diferença ou diferencialismo e novas formas de supremacismo (Balibar, 2008). O quarto é o apoio claro a formas autoritárias de governo. Em determinadas circunstâncias ou em geral, promove-se um estilo de governo linha-dura. Isso assume a forma de defesa ou apelo a uma figura política forte e uma redução no sistema de garantias legais, equilíbrio entre poderes e contra-poderes, controles institucionais ou cívicos das ações do governo etc. (Chamayou, 2018) A quinta característica é a trivialização e a minimização do autoritarismo e das formas ditatoriais de governo do passado e a rejeição da memória desse passado (Valencia-García, 2020). Outra das características mais significativas é o chauvinismo nacionalista. A promessa que acompanha permanentemente seu discurso, que se tornou uma bandeira política distintiva, é a de recuperar o orgulho nacional, restaurando a autoestima do povo (Eatwell & Goodwin, 2018). O sentimento de afronta nacional é promovido diretamente, ao mesmo tempo em que oferece o remédio político para a suposta humilhação: tornar a nação grande (novamente). Outro elemento a ser levado em conta é o retorno do direito penal autoritário na forma de populismo punitivo e políticas criminológicas de tolerância zero, que reforçam a criminalização da pobreza e desafiam os avanços de novos paradigmas de justiça, como a justiça restaurativa e vitimológica (Wang, 2018). Da mesma forma, o neo-autoritarismo transformou a luta contra o que ele chama de "ideologia de gênero" em sua própria bandeira. O sexismo e o anti-feminismo se tornaram um campo de confluência global entre diferentes forças conservadoras e autoritárias (Dietze & Roth, 2020). Por último, mas não menos importante, o neo-autoritarismo fez da luta contra o que ele chama de dissolução da autoridade pedagógica sua própria bandeira. O autoritarismo educacional tem manifestações menos óbvias, mas não menos sérias, nos imperativos neotecnocráticos de adaptação e nas formas de deslocamento indireto que

moldam as subjetividades e enfraquecem os sujeitos diante dos imperativos sistêmicos (Zamora, 2018). Naturalmente, essas características gerais apresentam variações e concretizações diferenciadas em diferentes países e contextos.


Como os membros do Instituto de Pesquisa Social já viram na década de 1940 em seus estudos sobre preconceito, esses elementos discursivos não podem ser tratados sem levar em conta o papel da ideologia na economia psíquica de indivíduos enfraquecidos por restrições e crises sistêmicas. Há uma afinidade entre certas ideologias e estruturas e dinâmicas psíquicas. O antissemitismo, o darwinismo social, o etnocentrismo ou a veneração do líder não são simplesmente construções discursivas, mas traduzem fortes necessidades emocionais em terminologia política. A análise psicodinâmica de indivíduos preconceituosos tornou possível mostrar semelhanças estruturais e entender a atração de discursos antissemitas, racistas, ultranacionalistas e autoritários: a interpretação maniqueísta do mundo, a exaltação do próprio grupo, a divisão do mundo em bom e ruim, superior e inferior, o desejo de identificar os inimigos, a legitimação da vingança e da violência, o desejo de simbiose e a limpeza do espaço interior por meio da eliminação do estranho ou da cisão, as fantasias de grandeza e do status de vítima e mártir, a construção de inimigos como perseguidores autoritários e fracos desprezíveis ao mesmo tempo, a visão catastrófica do mundo caracterizada pelo medo e pela desconfiança, que vê a destruição como um pré-requisito para o nascimento de um mundo ideal. A fórmula cunhada por Leo Löwenthal na década de 1940 e central para os estudos da Teoria Crítica sobre o autoritarismo, a da “revolta conformista”, continua válida. A mobilização autoritária articula um mal-estar e assume a aparência de protesto contra o establishment, mas, ao mesmo tempo, bloqueia a reflexão, a crítica e a práxis emancipatória a fim de manter as estruturas sociais existentes a qualquer custo. Ela age como uma “psicanálise invertida” que parasita e instrumentaliza os conflitos intrapsíquicos para reforçar a submissão (Zamora, 2022).

Os elementos discursivos dessa mobilização - racismo, sexismo, punitivismo, ultranacionalismo, etc. - por meio dos quais a natureza da crise é "recodificada" e "reinterpretada", são articulados em torno de três polos em tensão: o povo/nação/o próprio, a elite econômica/política/midiática (globalizada) e os estranhos: migrantes, minorias étnicas, inimigos políticos, islamitas, homossexuais etc. (Roepert, 2022). Esses três polos são construções semânticas do próprio discurso autoritário. O próprio/nação/povo, como era e deveria voltar a ser, é imaginado como uma comunidade étnica e culturalmente homogênea baseada na família nuclear heterossexual, organizada em um Estado-nação soberano e com uma economia próspera que inclui todos, uma economia saudável baseada em um esforço compartilhado para construir uma nação forte. Os termos em que essa comunidade orgânica naturalizada é definida revelam a tentativa de obter uma identificação inclusiva e, ao mesmo tempo, excludente: as pessoas "normais", o "cidadão médio", o "senso comum", os "trabalhadores honestos" ou a "maioria silenciosa." Qualquer indício de antagonismo e conflito de interesses dentro da comunidade se traduz em antagonismo com um "inimigo externo" ou "inimigo interno." É por isso que é essencial apresentá-la como um todo ameaçado e em perigo. Sua sobrevivência como uma comunidade étnica e quase biológica (cf. teoria da "grande substituição"), sua identidade cultural/nacional e sua soberania política estão ameaçadas. E essas ameaças têm autores identificáveis: as elites e os outros/estranhos.

Portanto, não se trata de identificar as causas estruturais daquilo que produz o mal-estar, mas de personificá-lo, de identificar os culpados: sejam eles certas elites (políticas) ou grupos específicos (imigrantes, muçulmanos, antissociais, criminosos, comunistas, ateus, o lobby gay). O objetivo é definir e apontar um inimigo sobre o qual descarregar a raiva e o ressentimento. Associada a essa escolha está uma promessa: se a invasão ou o poder dos outros/estranhos puder ser repelido e a elite maligna eliminada, a boa ordem que se pensava estar perdida poderá ser restaurada:

uma sociedade estável e sem crises, uma sociedade pacificada, na qual pessoas boas, honestas e trabalhadoras possam levar uma vida confortável e sem problemas. Nessa tradução tripartite de estruturas e dinâmicas sociais, os conflitos que elas geram e as ameaças que desencadeiam, a eliminação do inimigo interno ou externo é apresentada como a “solução (final)”. Essa é a conexão mais fundamental da mobilização autoritária com o fascismo histórico: o fato de ela abrigar em si um potencial de aniquilação que pode ser realizado a qualquer momento. A negociação de conflitos de interesses sociais é substituída pela eliminação do dano supostamente infligido à sociedade por um espírito maligno por meio da destruição do mal e de seus representantes. O ódio coletivo transformado em medo social é psicologicamente dependente de um “objeto” que pode se tornar primeiro um estranho, depois um inimigo e, finalmente, uma vítima.

Essa estrutura tripartite de relações sociais está associada a esquemas bem conhecidos de interpretação da realidade: dualismo amigo-inimigo, conspiracionismo, emocionalização, retorcimento e assim por diante (Butter, Night, 2020). A elite corrupta traiu e usurpou a soberania do povo/nação e age como o verdadeiro soberano nas sombras ou entrega essa soberania a poderes externos (econômicos, institucionais etc.). A política não é mais a expressão da vontade do povo ou a defesa de seus interesses. Assim, os seguidores estão preparados para a agressão sob a suposição de que se trata de um ataque preventivo baseado no direito à autodefesa. A construção conspiratória da ameaça à soberania nacional dispensa qualquer confronto com os fatos, pois se baseia no conhecimento de processos ocultos compartilhados pelo líder e seus seguidores, o que estabelece uma comunhão destinada a impedir a destruição do povo ou da nação. Isso explica a importância do renascimento nacional: restaurar o poder, a honra e o orgulho do povo, que foi enfraquecido, diminuído e manipulado. Sua vontade política foi sequestrada, seus interesses foram subordinados a interesses externos ou da elite.



As organizações políticas autoritárias e seus líderes se apresentam como a verdadeira voz desse povo minoritário, silenciado e manipulado por uma “classe política” separada do povo, que não é seu verdadeiro representante, mas o “soberano oculto” em um sistema “oligárquico”. Sua agenda oculta é a dissolução das nações, a igualação étnico-cultural e a destruição das tradições culturais e morais. Esses processos não são mais vistos como mudanças provocadas por transformações sociais estruturais, mas como um projeto de dominação elaborado e implementado pela elite, que há muito tempo vem impondo seus objetivos de doutrinação e realizando um “experimento ideológico” de engenharia social para reeducar o povo. Uma tradição imaginada é naturalizada, enquanto as mudanças históricas com pretensões emancipatórias são denunciadas como experimentos artificiais dirigidos pelos detentores do poder, como se o entrelaçamento da tradição com o poder nunca tivesse existido. Nessa concepção da elite, a mídia ocupa um capítulo especial: manipuladores, doutrinadores, censores de opiniões não politicamente corretas. O autoritarismo populista se apresenta como o defensor da verdadeira liberdade de opinião. Dessa forma, a crise da representação política, que tem uma base real na ampla subordinação do poder político às demandas sistêmicas da esfera econômica durante a era neoliberal, é revolvida. O discurso autoritário anti-elite não questiona essas exigências, mas se apresenta como um poder capaz de isentar sua comunidade nacional e apenas sua comunidade nacional dos efeitos dessas exigências.

Essa narrativa autoritária sobre as elites geralmente tem um caráter conspiratório paranoico (o lobby gay ou feminista, Soros e os especuladores, o islamismo): é transmitida a ideia de uma conspiração que opera nas sombras e tem mil cabeças, de modo que todas as manifestações se referem ao mesmo poder oculto, a fonte de todo o mal. Essa teoria da conspiração revela características associadas ao antissemitismo, que devem ser analisadas para entender a narrativa sobre as elites específica do autoritarismo populista. A ausência de

antissemitismo explícito no autoritarismo populista no Ocidente e seu foco no Islão levou alguns cientistas sociais a considerar que o inimigo muçulmano substituiu em grande parte o judeu dos antissemitas. Essa tese é problemática porque não reconhece as diferenças entre racismo e antissemitismo. Entretanto, a construção semântica “elite” mostra concomitantes com a projeção antissemita. É o que se conhece como “antissemitismo estrutural” (Maiso e Zamora, 2012): a personificação do dinheiro, da mídia e do poder político, a conversão de processos estruturais anônimos em confabulações lideradas por figuras poderosas, o contraste da sociedade (abstrata) e da comunidade (concreta), a simbolização da ambiguidade: dentro/fora, identificável/anônimo, próprio/estranho, assentado/desarraigado. As elites são “internas” e “externas” ao mesmo tempo: o “externo” dentro do “interno” ou o inimigo interno. É possível que certas constelações de crises sociais e psicodinâmicas criem a necessidade de um padrão de interpretação que tenha grandes semelhanças com o antissemitismo - uma necessidade à qual a oferta cultural, religiosa ou política adequada responde.

3. ALIANÇAS ENTRE O AUTORITARISMO POPULISTA E OS MOVIMENTOS RELIGIOSOS FUNDAMENTALISTAS E ULTRACONSERVADORES

As alianças entre o autoritarismo populista e certos movimentos ou setores religiosos fundamentalistas ou ultraconservadores constituem uma realidade que se estende por todo o mundo, mas que é particularmente evidente no Brasil. O que é significativo, entretanto, não é o fato de haver uma ligação entre políticos autoritários e líderes religiosos, mas a confluência que ocorre, por assim dizer, nas bases. Todas as formas de reavivamento fundamentalista em praticamente

todas as religiões têm um caráter reativo e defensivo diante de um ambiente que se tornou e é percebido como estranho, se não hostil, devido a processos sociais, políticos ou culturais incompreensíveis para um número significativo de seus seguidores. Essas transformações são percebidas como uma ameaça à sobrevivência da estrutura religiosa de seu próprio modo de vida. Os processos de modernização, pluralismo de visão de mundo, diversificação de estilos de vida e identidades etc. produzem um estresse de identidade específico que gera insegurança e desconforto. Os indivíduos têm a sensação de um declínio nas referências morais que regulam a vida cotidiana: relações de gênero, sexualidade, família, pertença à comunidade e vínculos de grupo. Mas esse sentimento de instabilidade e ansiedade tem uma origem dupla. E isso pode ajudar a entender as razões profundas da confluência entre a mobilização autoritária e o fundamentalismo religioso ou ultraconservadorismo. Minha tese é que ambos são respostas congruentes a uma experiência destabilizadora de crise. Ambos parasitam essa experiência, ocultam suas raízes reais e a exploram para reforçar formas de dominação social ou religiosa baseadas na servidão voluntária.

Como vimos em relação à função psicodinâmica das construções discursivas da mobilização autoritária, o enfraquecimento dos indivíduos tem uma origem social, ou seja, é provocado por exigências sistêmicas e pela dinâmica da crise que gera desamparo e impotência. A experiência de crise e desestabilização exige uma estrutura interpretativa, uma narrativa capaz de fornecer orientação. Em situações de crise, os sentimentos de desamparo e medo, as necessidades de proteção e harmonia simbiótica e também os desejos de rebelião, liberação sexual, expansão agressiva e vingança se tornam virulentos. Entretanto, uma interpretação dessa experiência que aborde as raízes sistêmicas da crise econômica, social, política e ecológica está em desvantagem em relação ao processamento "mitológico" oferecido pelas construções discursivas do autoritarismo. Uma interpretação que pretenda levar em conta a complexidade


sistêmica e exija dos indivíduos atomizados e enfraquecidos um compromisso com a transformação estrutural da sociedade é uma sobrecarga e um estresse adicional que aumenta a sensação de impotência e a angústia associada. A ideologia e a política autoritárias respondem às necessidades derivadas da vida e das experiências históricas de limitação, violência e agravo por meio de mecanismos muito mais poderosos, como a cisão, a projeção e a identificação. Esses são os mecanismos que a mobilização autoritária usa para capturar os indivíduos.

No caso dos movimentos ou setores religiosos fundamentalistas ou ultraconservadores, a experiência de enfraquecimento causada por restrições e crises sistêmicas é combinada com as transformações do universo religioso no contexto da modernização social e cultural. São as transformações da religião que provocam a reação dos fundamentalistas, pois foram essas transformações que fizeram com que ela perdesse o caráter de morada protetora que possuía ou poderia possuir. Sua defesa radical da verdade religiosa é, ao mesmo tempo, a defesa de um universo simbólico que vinha oferecendo segurança e abrigo e que eles veem sacudido por dentro. Os imaginários, as visões de mundo e as filosofias cotidianas que fazem a mediação entre o “pequeno mundo” do próprio horizonte experiencial no trabalho, na família e no círculo de amigos, por um lado, e o “grande mundo” dos conflitos políticos e dos acontecimentos históricos, por outro, perdem sua eficácia. A mediação entre os dois “mundos” torna-se precária e difícil. Nesse contexto, o fundamentalismo e o ultraconservadorismo religioso parecem ter recursos narrativos, organizacionais e motivacionais à sua disposição para compensar o rompimento do vínculo entre esses dois mundos. Quais são esses recursos?

Em primeiro lugar, a restauração de uma autoridade protetora e orientadora incorporada nos textos religiosos, no grupo de fiéis ou no líder da comunidade. Desde a voz estrondosa desse líder nas reuniões da comunidade até a interpretação literal dos textos

religiosos fundadores como verdade inquestionável, passando pelos modos de integração do grupo, tudo deve reforçar a sensação de estar nas mãos de um poder à prova de choque. O eu enfraquecido precisa se identificar com a autoridade e o coletivo. Os movimentos religiosos neoconservadores e fundamentalistas compensam o sentimento de fraqueza e fragilidade dos indivíduos socializados ao promover uma forte identificação com uma forma de autoridade que não tem falhas, que incorpora um poder onipotente e permite que esses indivíduos interpretem sua fraqueza como força ou, pelo menos, atenuem seu desamparo.

Em segundo lugar, a absolutização da própria pretensão de verdade religiosa reforça os laços de pertença e, ao mesmo tempo, leva à demonização daqueles que não creem ou pensam de forma diferente. Por um lado, as comunidades fundamentalistas cultivam uma forma de pertença baseada em uma identificação quase completa com o próprio grupo, o que leva a um enfraquecimento da autonomia em favor de uma dissolução na comunidade, alimentada por um desejo de harmonia e homogeneidade. O delírio comunitário e a pressão por homogeneidade e conformidade não são exclusivos dessas comunidades, mas desempenham um papel central nelas. Por outro lado, a identificação com seu próprio grupo implica um dualismo entre o próprio eu e o estranho. Outras crenças, religiões e modos de vida são categorizados como "outros", "estranhos" e, se necessário, como "inimigos". Essas desvalorizações e rejeições essenciais de outras crenças e pessoas estão fortemente representadas nos movimentos fundamentalistas e, muitas vezes, são misturadas com escárnio e desprezo por pessoas consideradas incômodas. Atitudes hostis em relação a princípios, modos de vida e máximas diferentes das próprias proporcionam oportunidades subliminares para o antissemitismo e o racismo antiumulmano - como "rejeição" de modos de crer supostamente "errados" - bem como para a homofobia e o antifeminismo - como "rejeição" de modos de viver supostamente "errados".



Em terceiro lugar, a substituição das determinações abstratas às quais os indivíduos estão sujeitos em suas vidas diárias por disposições, atitudes e comportamentos individuais de natureza moral. Todas as religiões estabelecem critérios morais que colocam o indivíduo no primeiro plano de uma interpelação religiosa. Mas isso traz o perigo de uma redução individualista e espiritualista dos processos nos quais as pessoas estão envolvidas. Tudo é feito para depender de mudanças internas e pessoais. As contradições sistêmicas e as tendências de crise são transformadas em um confronto entre o "normal", o "bom", o "natural", por um lado, e sua antítese negativa: o "anormal", o "degenerado", o "antinatural". Isso possibilita derivar processos abstratos e contraditórios de transformação social de ações supostamente conscientes e malévolas de indivíduos ou grupos. Dessa forma, produz-se uma imensa redução da complexidade e simplifica-se a relação indivíduo-sociedade. A sociedade não existe, existem os indivíduos e as famílias. O ambiente familiar, as relações próximas, o compromisso com certos valores supostamente religiosos que afetam a moralidade sexual, a boa conduta na vida cotidiana, a responsabilidade para com o semelhante e para com os próximos ocupam o lugar central. A família tradicional, como uma comunidade quase autossuficiente de solidariedade, deve absorver todas as dificuldades sociais que a assolam e, apesar de todos os cuidados pessoais, educar seus filhos acima de tudo para que estejam prontos para o desempenho. Dessa forma, os movimentos neoconservadores e fundamentalistas liberam seus seguidores do confronto crítico com as determinações estruturais e sociais de suas vidas individuais e constroem um universo moral dualista.

Em quarto lugar, os movimentos religiosos fundamentalistas e neoconservadores apresentam uma forte inclinação para o providencialismo e a interpretação de todos os eventos individuais e coletivos em um futuro controlado pela vontade de Deus. Essa interpretação dos eventos cotidianos e históricos como sendo governados por um poder invisível, reconhecível apenas para os iniciados,

compensa a crescente impenetrabilidade das estruturas e dinâmicas sociais que determinam a existência dos indivíduos. Isso não apenas parece dar sentido ao que acontece conosco, mas também favorece a adaptação ao que é dado como destino nas mãos de quem “puxa as cordas” de nossas vidas. Esse providencialismo se baseia em uma série de convicções que coincidem em grande parte com as teorias da conspiração, com as quais têm analogias óbvias: as aparências enganam, nada acontece por acaso, os eventos seguem um plano oculto, os eventos respondem a um confronto entre poderes em luta em segundo plano.

Esses elementos discursivos dos movimentos religiosos fundamentalistas e neoconservadores são particularmente atraentes para a mobilização autoritária. Portanto, não é de surpreender que a religião tenha se tornado um componente essencial dos discursos da extrema direita e do populismo autoritário. Isso deu origem a uma série de populismos religiosos definidos pelas principais religiões do mundo. Os populismos religiosos contribuem para criar, adaptar e estabilizar (meta)divisões de acordo com a dicotomia populista do “nós” contra os “outros”. Eles também ajudam na demonização de uma “elite” que busca destruir a ordem natural da comunidade (nacional), que é cada vez mais definida em termos de uma civilização de matriz religiosa (Huntington, 1993). Outro elemento que atrai a mobilização autoritária é o tipo de construção da liderança religiosa nos movimentos fundamentalistas e o tipo de autoridade que eles exercem. O líder e a comunidade estabelecem fortes vínculos emocionais e um suposto modo de comunicação baseado na identificação não mediada. As chaves de codificação do conflito (social) em termos de confronto entre o “normal”, o “bom”, o “natural”, por um lado, e o “anormal”, o “degenerado”, o “antinatural”, por outro, favorecem o processamento “mitológico” de crise sistêmica que é realizado pela mobilização autoritária. A dissolução das estruturas sociais em atitudes e comportamentos individuais reforça as estratégias de personalização dos processos e dinâmicas sociais que encontramos nos discursos autoritários.

Se eu estiver certo, a instrumentalização funcional da religião na mobilização autoritária não pode ser interpretada como mera manipulação externa. O ultraconservadorismo e o fundamentalismo religioso reagem a experiências de crise de maneira análoga a essa mobilização. É por isso que eles precisam ser combatidos juntos.

REFERÊNCIAS

- ALBERTAZZI, D. – McDonnell, D. (2016): **Populist in Power**. London, New York: Routledge.
- BACKES, U. (2007): Meaning and Forms of Political Extremism in Past and Present. **Central European Political Studies Review** 9:4, 242-262.
- BALIBAR, E. (2008): Racism Revisited: Sources, Relevance, and Aporias of a Modern Concept. **Publications of the Modern Language Association**, Vol. 123, No. 5, pp. 1630-1639.
- BEYER, P. (1994): **Religion and Globalization**. London: SAGE.
- BUTTER, M. - Knight, P. (2020): **Routledge Handbook of Conspiracy Theories**. New York: Routledge.
- CALDIRON, G. (2019) Non è populismo è fascismo del terzo millennio. **MicroMega**, Nº. 2.
- CASANOVA, J. (2000): **Religiones públicas en un mundo moderno**. Madrid: PPC.
- CASANOVA, J. (2012): **Genealogías de la secularización**. Barcelona: Anthropos.
- CHAMAYOU, G. (2018): **La société ingouvernable. Une généalogie du libéralisme autoritaire**. Paris: La Fabrique Éditions.
- CLAUSSEN, D. (1993): Die missglückte Säkularisierung: über Xenophobie, Antisemitismus und Nationalismus als Bestandteile einer modernen Alltagsreligion. **Widerspruch: Beiträge zu sozialistischer Politik**, 13, 5-14.
- DECKER, O. – Brähler, E. (2018): **Flucht ins Autoritäre. Rechtsextreme Dynamiken in der Mitte der Gesellschaft**. Gießen: Psychosozial-Verlag.
- DIETZE, G. – Roth, J. (eds.) (2020): **Right-Wing Populism and Gender**. European Perspectives and Beyond. Bielefeld: transcrip.

EATWELL, R. – Goodwin, M. (2018): **National Populism: The Revolt Against Liberal Democracy**. London: Pelican Books.

ECO, U. (2018): **O Fascismo Eterno**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record.

GLANNINGER, P. (2009): **Rassismus und Rechtsextremismus. Rassistische Argumentationsmuster und ihre historischen Entwicklungslinien**. Frankfurt a.M.: Peter Lang.

HALL, St. (1980): Popular Democratic vs. Authoritarian Populism: Two Ways of Taking Democracy Seriously. **Marxism and Democracy**, 157-185.

HUNTINGTON, S. P. (1993): The Clash of Civilizations? **Foreign Affairs**, Vol. 72, No. 3, 22-49.

KEPEL, G. (2005): **La revanche de Dios**. Madrid: Alianza.

LACLAU, E. (2005): **La Razón Populista** (1ª ed.). Buenos Aires y México: Fondo de Cultura Económica.

MAISO, J. – Zamora, J.A. (2012): Teoría Crítica del Antisemitismo. Constelaciones. **Revista de Teoría Crítica**, 4, 133-177.

MARZOUKI, N. – McDonnell – Roy, O. (2016): **Saving the People: How Populists Hijack Religion**. Oxford: Oxford University Press.

MUDEDE, C. (2007): **Populist Radical Right Parties in Europe**. Cambridge: Cambridge University Press.

ROEPERT, L. (2022): **Die konformistische Revolte. Zur Mythologie des Rechtspopulismus**. Bielefeld: transcript.

RUIZ ANDRÉS, R. (2022): La postsecularización. Un nuevo paradigma en sociología de la religión. **Política y Sociedad**, 59(1), 72876.

SALZBORN, S. (2018): **Rechtsextremismus. Erscheinungsformen und Erklärungsansätze**, 3ª ed. ampli. y actual. Baden-Baden: Nomos.

STIEGLER, B (2018): **Il faut s'adapter**». Sur un **nouvel impératif politique**. Paris: Gallimard.

TRAVERSO, E. (2016): Espectros del fascismo: pensar las derechas radicales en el siglo XXI. **Pasajes** 50, 4-20.

TRAVERSO, E. (2021): **Las nuevas caras de la derecha**. Buenos Aires: Siglo XXI.

TRAVERSO, E. (2019): Posfascismo. Fascismo como concepto transhistórico. **Viento Sur** 166, 76-83.

TRAVERSO, E. (2022): El posfacismo en ascenso. **Jacobin**, 10.04.22.

VALENCIA-GARCÍA, L. D. (ed.) (2020). **Far-right revisionism and the end of history: alt / histories**. New York: Routledge/Taylor & Francis Group.

WANG, J. (2018): **Carceral Capitalism**. Cambridge, Mass.: MIT-Press

WEINSTEIN, M. (2018): Pensar el totalitarismo neoliberal. Seis tesis sobre el totalitarismo, **Conselaciones. Revista de Teoría Crítica**, v. 10, p. 74-115.

WÖRSCHING, M. (2020): **Faschismustheorien. Überblick und Einführung**. Stuttgart: Schmetterling Verlag.

ZAMORA, J. A. (2018): Entre "cidadania" e "capital humano": a dialética da modernidade educacional, *In*: Zuin, A. A. S.; Costa, B. C. G. da; Gomes, L. R.; Lastória, L. A. N. (Org.): **Teoria Crítica, Formação Cultural e Educação** - Homenagem a Bruno Pucci. Piracicaba: Editora Unimep, pp. 341-362.

ZAMORA, J. A. (2022): Neoliberalismo, nacional-populismo e A personalidade autoritária. Garcia Alves Júnior, D. (org.): **A personalidade autoritária: ontem e hoje**, São Paulo: Cult, pp. 45-57.

6

Helton Thyers Melo Oliveira

NEOPENTECOSTALISMO E FANATISMO BOLSONARISTA: CONFLUÊNCIA PARA A PRODUÇÃO DE DISSONÂNCIA COGNITIVA

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-301-1.6

1. TRAÇOS HISTÓRICOS E CARACTERÍSTICAS DO PENTECOSTALISMO BRASILEIRO

O pentecostalismo tem seu *boom* em meados do século XX (1906), com o chamado movimento de *reavivamento*, ocorrido na famosa Azusa Street, em Los Angeles, tendo como líder o pastor, filho de ex-escravo, William Seymour. Considerada como a “religião do Espírito”, a denominação pentecostal conta no Brasil mais de cem anos de suas primeiras incursões missionárias em nosso território desde os meados de 1910, e se apresenta como uma versão nova do cristianismo diversa de sua matriz europeia (católico, ortodoxo e protestante). Há um traço significativo e preponderante no fenômeno religioso que se inscreve nos (neo)pentecostalismos ao longo de suas diversas matrizes: desde seu surgimento em contextos do liberalismo econômico do século XVIII, como em suas atuais reverberações religiosas no capitalismo financeiro do século XXI, está presente o movimento conhecido como *revival*. O “Batismo no Espírito Santo” era uma revitalização espiritual, um tipo de segundo nascimento existencial e pertencimento de fé, e caracterizava-se pela não ortodoxia, traços culturais celebrativos de africanidade e o fenômeno da glossolalia¹.

Seus líderes são reconhecidos como os “empreendedores do Espírito” (TROMBETTA, 2015, p. 11), que, rompendo com as denominações históricas protestantes, apresentam uma nova forma de organização litúrgica e diferente *modus operandi* de conceber suas crenças. Em sua versão mais recente mercadológica, a partir da análise sociológica da “economia das trocas simbólicas” de Bordieu (2015),

1 Desenvolvido na sua versão moderna por Charles Fox Parham, em 1901, Kansas, EUA, tendo como precursores Edward Irving (1830, Inglaterra), e na liderança de J. C. Arolappen, no sul da Índia. Cf. <https://teologiacontemporanea.wordpress.com/2009/10/07/pentecostalismo-parham-seymour-e-o-avivamento-mistico-pietista-do-seculo-vinte/>. Acesso em março de 2024.

para alguns autores poderia ser chamada de a quarta onda pentecostal², e assim são caracterizados:

Eles atuam num mercado religioso competitivo, devendo oferecer um produto "original" capaz de reunir, estabilizar e aumentar o número de fiéis, subtraindo-os da Igreja Católica, das igrejas protestantes históricas, das denominações pentecostais tradicionais e até de outros grupos que compartilham a mesma inspiração pentecostal. (TROMBETTA, p. 12).

Desde o reavivamento da Azusa Street, certa matriz protestante metodista do século XIX fora mantida, uma vez que os "aspectos emocionais e milagrosos³" acionados (TROMBETTA, 2015, p. 13) não desfocavam da Reforma, "mantendo o papel da salvação pela fé, da graça divina e da liberdade na interpretação da Bíblia (*sola Fide, sola Gratia, sola Scriptura*). Isto é o que poderíamos reconhecer com o autor como sendo um pentecostalismo reformado. Contudo, o foco do nosso trabalho parte da chamada terceira onda pentecostal em sua versão mais recente, chamada de "corrente pós-reformada" em que se destacam "liturgias fantasiosas [que] misturam profecia, cura, unção, benção, em um contexto (...) mais próximo à magia e estranho à história do Protestantismo" (TROMBETTA, 2015, p. 13).

O foco das lideranças da corrente pós-reformada é disputar e abocanhar um concorrido mercado religioso de fiéis atraídos por diversas denominações evangélicas, com lideranças carismáticas (por vezes caricaturais), e repleta de doutrinas escatológicas sedutoras⁴. Como não possuem a estrutura eclesial típica das igrejas

2 Segundo a conhecida divisão histórica de Mariano (1999) e Freston (1998) embora com nomenclatura diferente, tivemos três ondas ou três fases do pentecostalismo no Brasil: 1ª) O Pentecostalismo clássico; 2ª) a segunda onda nos anos 50-60 e a 3ª) onda, a partir do final da década de 1970.

3 "No Pentecostalismo a fé consiste, principalmente, numa experiência que se legitima por meio de sua própria capacidade de transformar a vida do crente" (TROMBETTA, 2015, p. 16).

4 Para Trombetta, são "especialmente aquelas da última onda que se apresentam como autênticas empresas capitalistas, fundadas por um 'empresário do espírito', com o objetivo principal de promover sua própria expansão" (TROMBETTA, 2015, p. 21).

pentecostais “históricas”, seus pastores se autoproclamam lideranças em torno de um público fiel de classe baixa, que legitima sua investidura. Esses líderes, livres da coerência e da ortodoxia eclesial, se dedicam a criar as mais inusitadas soluções religiosas para atender às necessidades de sua membresia (TROMBETTA, 2015, p. 15). Trata-se de cultos litúrgicos movidos por um

... clima emocional e sensorial (música, movimentos dos corpos, invocações, pregação intensa) que visam afetar sua psique (gerando experiências extraordinárias como “falar em línguas” ou a “profecia”), ao seu bem-estar (por meio da expulsão de espíritos malignos, causadores de problemas e doenças), ao seu sucesso (através de unções e bênçãos capazes de mudar sua condição de vida). O Pentecostalismo aborrece os ritos formais e privilegia a espontaneidade, a imprevisibilidade, a abertura a tudo o que o Espírito pode operar, respondendo às invocações dos crentes (TROMBETTA, 2015, p. 16).

Nesse sentido, rapidamente esta terceira onda do pentecostalismo soube apreciar e incluir em sua “nova gramática religiosa” a indústria cultural⁵ como fonte de benefícios estratégicos para a divulgação de sua mensagem, como o chamado mercado Gospel, através de shows-eventos, músicas, mensagens produzidas para as redes virtuais. Seus seguidores podem, portanto, “acessar um canal poderoso de transformação da identidade e dos estilos de vida” (TROMBETTA, p. 19). O foco se concentra em atender e modelar um tipo de subjetividade que se expressa pelo sucesso e por meio da competição, ou seja, um tipo de personalidade que também é ideal para o modelo econômico de mercado. Este tipo de subjetividade é atravessado pela teologia da prosperidade e pela teologia do domínio: mostra agressividade e auto-suficiência interior, parte da

5 Para Oro e Wynarczyk (2015, p. 37), faz parte da orientação do pentecostalismo o pragmatismo no uso dos meios tecnológicos.

necessidade de expansão dos negócios, nunca contesta a exploração social e suas desigualdades⁶.

Como uma caracterização mais abrangente do que foi destacado, podemos compreender esse fenômeno religioso da seguinte forma:

el Pentecostalismo detenga una capacidad de producir un discurso que atiende a los intereses religiosos y materiales a través del énfasis en la actuación sobrenatural en la vida de las personas, a la vez que sintoniza con afinidades electivas situadas en la cultura. De este modo, al mismo tiempo que es un emergente de condiciones estructurales, el Pentecostalismo se constituye en un nuevo agente social (ORO; WAYNARCZYK, 2015, p. 40).

Na segunda metade do século XX o pentecostalismo se desdobra com traços presentes em mais uma de suas outras versões na chamada Renovação Carismática Católica, enquanto “neopentecostalização católica” (Carranza, *apud* Ribeiro, 2011, p. 176). Finalmente, no século XXI, os elementos da teologia do domínio, do fundamentalismo bíblico e da guerra santa do neopentecostalismo contemporâneo, bem como seu caráter iniciático batismal vinculativo, resvalam na díade religião-economia com a aderência ao circuito de enriquecimento lucrativo do modelo mercadológico e suas alianças com os interesses do neoliberalismo estatal⁷.

6 Para Mariano e Moreira (2015, p. 50) a teologia da prosperidade (The Gospel of Wealth) afirma que o fiel através do seu dízimo “está destinado a ser próspero, saudável, feliz e vitorioso em seus empreendimentos terrenos”. Quanto à teologia do domínio diz respeito a uma “dominação sócio-política das instituições estatais conduzidas por cristãos e conquistada pela via da disputa política partidária”.

7 Em seu conluio mais nocivo, essa díade weberiana da relação entre religião e economia adota recentemente sua filiação à necropolítica miliciana neopentecostal, e o extermínio nessa rede de sua mão de obra mais marginalizada, preta e periférica, filiada ao narcotráfico, ou a quem a ele se opor politicamente. Cf. a respeito: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cj5ej64934mo>. Acesso: maio de 2024.

2. A DIMENSÃO POLÍTICA NA TERCEIRA ONDA PENTECOSTAL

No Brasil, desde sua incursão no legislativo em meados dos anos 80, o pentecostalismo já assume a feição no Congresso brasileiro de uma “bancada evangélica”, formada em sua maioria por pastores pentecostais⁸ (ORO; WYNARCZYK, 2015, p. 38-39). Em todos esses anos de atuação a bancada evangélica tem convergido pela luta política em defesa de uma pauta composta por temas morais, como a proibição do aborto, a união civil de homossexuais, a defesa da configuração familiar clássica. Para os autores citados é comum encontrar nesse meio homofobia e demonização das religiões de matriz afrodescendente, levando a um paradoxo contemporâneo: por um lado a proximidade ao liberalismo financeiro, supostamente a favor da democracia liberal, por outro lado, a adoção de pautas conservadoras que estão “na contramão do espírito da democracia contemporânea”.

A mudança na estratégia política dos pentecostais ficou registrada pela inversão de slogan, saindo do lema “crente não se mete em política” para o de “irmão vota em irmão” (MARIANO; MOREIRA, 2015, p. 61), construindo-se desde então o que Baptista chamou de verdadeiros currais eleitorais neopentecostais e seus candidatos oficiais. Dessa forma, “votar nos candidatos pentecostais oficiais da igreja passou a significar apoiar a Deus e seus leis ser-vos, numa luta cósmica e terrena contra o diabo e o mundanismo” (BAPTISTA, 2009, p. 386).

O ativismo evangélico na política brasileira se consolidou ao longo das últimas décadas como prática pentecostal recorrente.

8

Diversos são os casos de envolvimento em escândalos de desvio de dinheiro e favores ilícitos. (ORO; WAYNARCZYK, 2015, p. 39).

A cada eleição a bancada de pastores evangélicos disputa ferozmente o jogo político em nosso país, buscando consolidar mandatos nas mais diversas instâncias do poder, seja no Legislativo, no Judiciário e no Executivo: de vereadores a senadores, de juízes a ministro do Supremo, de prefeitos a governadores e candidatos a presidente. Para Mariano e Moreira (2015, p. 62), o que estamos vendo trata-se de uma via de mão dupla: “a instrumentalização religiosa da política, assim, é complementada pela instrumentalização política da religião”. Isso teria levado a uma verdadeira “ocupação religiosa da esfera pública brasileira”.

Para Carranza, trata-se claramente da nova face do pentecostalismo em que a terceira onda histórica do neopentecostalismo atinge sua contemporaneidade ao “articular representação política com identidade religiosa, ao ocuparem cargos públicos políticos confessamente pentecostais” (Carranza, 2015, p. 71).

3. O NEOPENTECOSTALISMO E A SEITA BOLSONARISTA RADICAL

Sabemos que embora venham abandonando seu caráter sectário, as igrejas neopentecostais ainda reproduzem alguns traços religiosos da dinâmica das seitas, de acordo com a perspectiva de Weber (1991), onde o grupo gira em torno de uma liderança carismática cismática⁹. Devemos aqui, sociologicamente, nos perguntar a

9

Cismática aqui mais em termos performáticos de seus pastores e pastoras junto aos fiéis.

quais necessidades sociais o líder “forte, carismático¹⁰”, com referencial para massas, atende em determinado segmento religioso¹¹.

Nesse sentido, a massa multiforme de bolsonaristas que vêm ao longo desses anos orquestrando ataques às instituições democráticas do país, atende em parte por um perfil de evangélicos neopentecostais, homens e mulheres brancos de meia idade, que cumprem rigorosamente a agenda moralista da bancada evangélica no que tange à concepção normativa de família, ao ataque aos movimentos sociais como referentes à esquerda comunista, a uma gama de comerciantes, pequenos e médios empresários, trabalhadores autônomos, aposentados, pessoas que flertam com o fascismo e querem a volta de um governo militar no país.

A tentativa de aproximar o fenômeno do bolsonarismo em sua vertente mais radical à dinâmica de uma seita, implica estar atento à produção de seus símbolos, ideias e emoções radicalizadas, tais como as que nos deparamos na arena civil nos últimos anos do governo bolsonarista. Por seita, destacamos apenas seu traço dissidente em relação aos demais movimentos políticos, a sua tensão constante com diversos atores e polos democráticos (como os jornalistas da imprensa oficial, principalmente), sua alta eferescência e agitação emocional religiosa, a moralidade rígida, e a convicção de que sua consciência histórica era a mais purificada, iluminada e verdadeira possível no modo como compreendem o dinâmica

10 O psicanalista Christian Dunker cita a noção populista de Adorno em entrevista, afirmando que Bolsonaro é “o pequeno grande homem, aquela pessoa sem qualidades, sem grande educação, sem muitas virtudes pessoais, que encarna um discurso”. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2022/10/28/interna_pensar,1413076/christian-dunker-o-bolsonarismo-introduz-um-estado-permanente-de-guerra.shtml. Acesso em 28 de out. de 2022.

11 De acordo com o professor da UERJ, estudioso do bolsonarismo, João Cezar de Castro Rocha (2021); o golpismo dos fanáticos bolsonaristas e seu terrorismo no ataque aos prédios dos três poderes é apenas a ponta do iceberg para pessoas que vivem no “espírito de seita”, e reflete: “elas não vão parar pois estão participando “do apocalipse de fim de mundo”. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/09/analise-golpistas-vivem-em-espirito-de-seita-ataque-e-ponta-do-iceberg.htm>. Acesso em 04 de fevereiro de 2023.

político-social do país. Esse traço sectário é reconhecido, por exemplo, pelos opositores do movimento, que qualificam os “fiéis” seguidores do bolsonarismo sob a alcunha de “gado” ou “rebanho”.

O tipo de pentecostalismo que serve de sustentação ao bolsonarismo apresenta traços de um amplo movimento político-religioso de mobilização de pessoas, sabendo-se que agrega não somente pentecostais e alguns setores das igrejas protestantes clássicas, mas também católicos membros da Renovação Carismática e espíritas, dentre outros seguimentos religiosos. Todavia, o dado o que iremos destacar em seguida, a partir da psicologia e sua dissonância cognitiva, foca principalmente nos pentecostais que se declaram bolsonaristas convictos. Arrisco dizer que no quadro teórico weberiano eles poderiam ser analisados como formando uma *seita*, entre cujas características se destacaria uma alta expectativa pelo retorno do messias salvador¹².

4. O FENÔMENO RELIGIOSO CONSTITUINTE DO FANATISMO BOLSONARISTA

A violência sempre foi um traço inquestionável que repercute em todo olhar sociológico e antropológico dado às religiões. Segundo Freud, em seu *Totem e Tabu* (2006), o grupo consegue exercer a coletividade religiosa a partir da lei que surge provinda de um ato violento que deve ser primeiramente reprimido. Na visão freudiana,

12

Do ponto de vista psicanalítico é um exemplo irônico de chiste o primeiro nome de Bolsonaro ser “Messias”, e este é definido como o líder escatológico que combate e erradica o mal do território brasileiro. Conferir as falas neopentecostais de pastores e pastoras, alguns eleitos, em relação ao então presidente Bolsonaro, ou do próprio ex-presidente. Conferir *Gazeta do Povo*. Acesso em 01 de maio de 2022.

bastante biológica acerca da natureza humana, a sua mitologia antropológica defende que o surgimento da lei simbólica provém da relação da experiência humana com o limite da violência. A relação entre a agressividade pulsional e a formação das leis contratuais se expressa também em outro de seus grandes textos, *Moisés e o Monoteísmo* (2006). Essa associação entre as pulsões humanas violentas e a religião desde suas origens, segundo a psicanálise, é o que possibilitará a modalidade patológica do fanatismo religioso.

Em um outro texto seu acerca do *"problema econômico do masoquismo"* (2006), Freud nomeia a pulsão de morte como vontade de domínio ou vontade de poder, e é esta pulsão que está ativada em qualquer forma de fanatismo religioso: a defesa violenta e não argumentada de pautas moralistas, o sentimento de ódio destinado ao discurso contrário, tudo isso gera um ímpeto violento causado por um instinto destrutivo que nos perpassa enquanto seres humanos. Ainda num quarto texto, *Psicologia do grupo e análise do ego* (2006), onde o psicanalista se preocupava com o efeito que as lideranças produzem nas massas grupais, Freud deixava claro o perigo dos ideais do fanatismo religioso atingirem o mundo político, pois eles então se apresentariam com "pretensões de domínio". Acerca do fanatismo religioso, numa perspectiva psicanalítica, ressaltamos, ainda que um pouco longa, a interessante conclusão de Oliveira e Ferrari (2020) em seu artigo (grifo nosso):

... quando o sentido do religioso está imiscuído com interesses políticos, quando os valores religiosos são apresentados como pretensões ideológicas que impedem a liberdade de pensar e negam a legitimidade da pluralidade de cosmovisões na sociedade [...] desaparece a reflexão. *A perversão e a paranoia parecem triunfar e a pulsão de morte lança seus domínios no campo do sagrado e da sociedade. A tentação do totalitarismo pode se fazer presente no campo da religião, da política, da academia ou de qualquer sistema ideológico.* O desejo de homogeneizar o pensamento, ou de matá-lo quando persiste na diferença, vez ou outra desponta nos variados fenômenos

sociais, como acontece frequentemente nos movimentos religiosos intolerantes. O levante do fanatismo religioso, na atualidade, parece indicar que a tendência totalitária continua uma ameaça à necessária liberdade no convívio social, sem a qual se torna impossível garantir o direito de cidadania às diferentes visões de mundo e estilos de vida.

Finalmente, para o professor do departamento de Psicologia Clínica da USP, o psicanalista Christian Dunker, o bolsonarismo ao eleger sua vertente neopentecostal de inimigo a ser combatido, considera seus adversários políticos como inimigos, aderindo a uma retórica da eliminação, imprimindo uma narrativa discursiva que introduz seu adepto a “um estado permanente de guerra e da produção de inimigos internos e externos¹³”. Dadas essas condições, faz-se necessário avaliarmos o que poderíamos compreender por dissonância cognitiva, na sua relação com o bolsonarismo em sua militância neopentecostal.

5. TRAÇOS ACERCA DA DISSONÂNCIA COGNITIVA COLETIVA COMO FENÔMENO

Foi o professor de literatura comparada e historiador da UERJ, João Cézar de Castro Rocha, especialista em comportamento da extrema direita, quem primeiro nos chamou atenção para esse fenômeno de psicopatologia pelo qual passava uma grande parte dos brasileiros eleitores de Bolsonaro. Para o pesquisador, esse fenômeno da dissonância cognitiva se dá em um contexto de hipérbole digital e o uso exagerado das redes sociais, o qual denomina de “mídiosfera extremista¹⁴”.

13 DUNKER, Christian. *O bolsonarismo introduz um estado permanente de guerra*. Jornal Estado de Minas. Acesso em 28 de out de 2022.

14 Para Rocha (2022), trata-se de “uma poderosa máquina de produção de narrativas polarizadoras, com base em fake news e teorias conspiratórias. Combustível da retórica do ódio”. Essa mídia deve ser seguida em seus teóricos de crenças bolsolavistas e “ignorar toda informação que não provenha da mídiosfera extremista”. Para o historiador, “o Brasil é um laboratório mundial de criação metódica de realidade paralela”.

O professor nos recorda que em 1957, o psicólogo social norte-americano Leon Festinger definiu por dissonância cognitiva como “um desconforto subjetivo causado pela consciência da distância entre crenças e comportamentos” (ROCHA, 2022). Partindo da análise da experiência de uma moradora de Chicago que funda uma seita extra-terrestre, em que apresentava um discurso escatológico através de um “dilúvio de proporções bíblicas”, em que seus adeptos seriam resgatados em dia e hora exatos por seres do distante planeta Clarion, Festinger, infiltrado na seita, pode perceber como funcionava a dinâmica do fanatismo religioso no grupo.

O psicólogo pôde concluir que a dissonância cognitiva se apresenta de dois modos corriqueiros: num aspecto, o uso e a adesão a convicções extremadas para justificativas existenciais e a racionalização do não cumprimento das datas das profecias nunca acontecidas; e em outro aspecto, isso tem a capacidade de contaminação mental rápida e a propagação da seita a números de maior alcance do que o imaginado. O que Festinger chama a atenção é para a força da convicção que não é desmobilizada mesmo que a realidade evidencie provar o contrário do que se espera e acredita. Sua preocupação é com um homem que não é demovido de suas convicções mais fantasiosas e ilusórias, até mesmo quando a realidade apresenta uma outra versão para seu pensamento. Ele irá criar assim uma realidade paralela, fundada em fantasias as mais distorcidas acerca da realidade, gerando uma constante desinformação do sujeito na sua relação com o mundo, este sempre visto sob uma outra ótica pessoal tal qual definida pelo grupo.

Em março de 2021, um grupo de gaúchos da cidade de São Leopoldo cantaram perfilados em posição de sentido o Hino Nacional para uma caixa gigante de cloroquina¹⁵. Na cidade de Irati, interior do Pará, cantaram o mesmo hino rodeado em círculo para

15

Todas essas informações estão facilmente acessíveis nas mídias do youtube. Uma das práticas corriqueiras do uso atual da internet é a filmagem em self para alimentar as redes sociais.

um pneu furado no meio da pista de uma rodovia em novembro de 2022. Ainda, no sul do país, nas proximidades do quartel do Exército localizado no Centro Histórico, puseram os celulares sobre a cabeça e fizeram sinais com as lanternas pedindo socorro a extra-terrestres. Mais do que risos, essa situação deve ser vista por nós como preocupante, pois apresenta traços psicopatológicos de delírios e fantasias megalômanas, e são sintomas apresentados por pessoas que defendem o porte pessoal de armas, parcela típica da representação do fundamentalismo religioso de extrema direita e cúmplices com um projeto totalitário de poder em nosso país.

Finalmente, o que a psicologia da dissonância cognitiva nos apresenta é que todos nós, de um modo ou outro, apresentamos uma certa incoerência entre o que acreditamos (nossas crenças) e o modo como nos comportamos. Quando a dissonância atinge o ponto de incômodo, usamos mecanismos para reduzir essa dissonância, procuramos fontes de informação que fortaleçam ou amenizem a nossa dissonância, de maneira tal que produzam em nós um alívio comportamental. O problema do fanatismo bolsonarista é que as informações produzidas pela mídia extrema estão cristalizando uma realidade paralela na mente de pessoas que insistem em não lidar de forma saudável e produtiva com a realidade tal qual esta se apresenta.

6. CONSIDERAÇÕES AO FINAL

Consideramos que desde o seu surgimento, o pentecostalismo desponta distante de um eclesiocentrismo (PARKER, 2000), pautado em movimentos de reavivamento, fundamentalismo, histeria linguística, privação social e impulso sectário para destacar seus aspectos mais visíveis em termos corporais e cognitivos individuais. A quantos milhões participam da confluência entre crença religiosa

e adesão ao bolsonarismo é difícil supor dentro dos 58 milhões que deram voto a Bolsonaro. No entanto, vimos o grau de dissonância cognitiva que essa convergência apaixonada entre política do fim do mundo e teorias conspiratórias pode produzir com força psicopatológica nas mentes de seus seguidores mais radicais e enfurecidos.

Todavia, fica claro que a confluência entre traços radicais do neopentecostalismo e sua pauta moralista política, algumas características pertinentes ao movimento das seitas que giram em torno de uma liderança carismática, bem como a produção de um tipo particular de fanatismo político-religioso como nunca visto antes no país, nos convocam a chamar as lentes sociológicas para o que deverá ser produzido como oposição nos próximos anos dentro da esfera política no país, mais especificamente, no que tange ao discurso extremista do bolsonarismo e suas mídias digitais.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Saulo. **Pentecostais e neopentecostais na política brasileira**: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil. São Paulo: Anablume, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CARRANZA, B. Cristianismo pentecostal: nova face da Igreja Católica. In.: MOREIRA, A. S.; TROMBETTA, P. L. (Orgs.). **Pentecostalismo globalizado**. Goiânia: Editora PUC-GO, 2015.

DUNKER, Christian. **O bolsonarismo introduz um estado permanente de guerra**. **Jornal Estado de Minas**, 28/10/2022, disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2022/10/28/interna_pensar,1413076/christian-dunker-o-bolsonarismo-introduz-um-estado-permanente-de-guerra.shtml. Acesso em 28 de out de 2022.

FRESTON, Paul. Breve história do pentecostalismo brasileiro, em: ANTONIAZZI *et al.* **Nem anjos nem demônios. Interpretações sociológicas do pentecostalismo**. Petrópolis: Vozes-CERIS, 1998, p. 67-159.

FREUD, S. (2006). **Totem e tabu** (Vol. 13, J. Salomão, Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1913).

FREUD, S. (2006). **Psicologia de grupo e análise do ego** (Vol. 18, J. Salomão, Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1921).

FREUD, S. (2006). **O problema econômico do masoquismo** (Vol. 19, J. Salomão, Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1924).

FREUD, S. (2006). **Moisés e o monoteísmo** (Vol. 23, J. Salomão, Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1938).

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais. Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1999.

MARIANO, R.; MOREIRA, A. S. Expansão, diversificação e transformação do pentecostalismo no Brasil. In.: MOREIRA, A. S.; TROMBETTA, P. L. (Orgs.). **Pentecostalismo globalizado**. Goiânia: Editora PUC-GO, 2015.

OLIVEIRA, Thiago Araújo; FERRARI, Ilka Franco. O Aspecto Pulsional do Fanatismo Religioso. Gerais, **Rev. Interinst. Psicol.**, Belo Horizonte , v. 13, n. 3, p. 1-14, dez. 2020. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202020000300013&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 20 out. 2022.

ORO, A. P.; WYNARCZYK, H. El pentecostalismo en américa latina. In.: MOREIRA, A. S.; TROMBETTA, P. L. (Orgs.). **Pentecostalismo globalizado**. Goiânia: Editora PUC-GO, 2015.

PARKER, Christian. Seita: um conceito problemático para o estudo dos novos movimentos religiosos na América Latina, em: Cipriani, R. *et al.* (orgs.) **Identidade e mudança na religiosidade latino-americana**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 77-94.

RIBEIRO, A. L. Uma tipologia do pentecostalismo católico. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 21, n. 4/6, p. 171-186, abr./jun. 2011.

ROCHA, J. C. C. **Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político**. São Paulo: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

ROCHA, J. C. C. **Bolsonairismo - Da guerra cultural ao terrorismo doméstico**. Retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva. São Paulo: Autêntica, 2023.

ROCHA, J. C. C. **Brasil é criação de realidade paralela**. Portal João Goulart. Entrevista online. Acesso em 6 de nov. de 2022.

TROMBETTA, P. L. Religião sem fronteiras: o crescimento do pentecostalismo. Trad. Angélica M. Ayres da Silva e Alberto da Silva Moreira. In: MOREIRA, A. S.; TROMBETTA, P. L. (Orgs.). **Pentecostalismo globalizado**. Goiânia: Editora PUC-GO, 2015.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: UNB, 1991, p. 279-304.

SOBRE OS AUTORES

Vincenzo Pace

Professor Emérito da Universidade de Pádua, Itália.

Michael Ramminger

Fundador e Coordenador do Institut für Theologie und Politik - ITP em Münster, Alemanha.

Alberto da Silva Moreira

Professor no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da PUC Goiás.

Eduardo Gusmão de Quadros

Doutor em História pela Universidade de Brasília. Pós-doutor em Ciências da Religião pela PUC Minas. Professor da Pós-Graduação na Pontifícia Universidade Católica de Goiás e na Universidade Estadual de Goiás.

José Antonio Zamora

Pesquisador do Instituto de Filosofía – CSIC (Madrid).

Helton Thyers Melo Oliveira

Mestre em Ciências da Religião (PUC-Goiás), psicólogo, membro da Pastoral Universitária da PUC Goiás.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alemanha 8, 9, 10, 27, 28, 29, 31, 33, 35, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 67, 79, 134

autoritária 8, 10, 11, 29, 44, 70, 74, 80, 81, 90, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 108, 109, 111, 112, 115, 116, 118

B

bolsonarismo 10, 54, 55, 56, 57, 58, 62, 66, 67, 72, 73, 74, 126, 127, 129, 132

Bolsonaro 10, 27, 59, 60, 61, 73, 93, 126, 127, 129, 132

budista 17, 27

C

capitalismo 21, 29, 51, 55, 56, 57, 71, 72, 73, 85, 86, 92, 120

catolicismo 15, 18, 22, 25, 26, 40, 41, 56, 61, 77, 78, 80, 93

comunismo 59, 61, 67, 89, 90

cristã 15, 16, 17, 22, 33, 50, 54, 57, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 71, 77, 79

D

democracia 9, 51, 53, 54, 73, 79, 80, 81, 87, 88, 90, 91, 101, 102, 124

direita 9, 11, 25, 30, 48, 49, 50, 51, 68, 71, 88, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 115, 129, 131

direito 19, 22, 40, 60, 82, 105, 108, 129

ditadura 67, 76, 81, 89

E

eleições 8, 10, 21, 36, 52, 53, 54, 55, 59, 70

esquerda 10, 16, 17, 48, 49, 68, 100, 126

Estado 17, 18, 19, 20, 21, 22, 26, 30, 33, 34, 36, 40, 78, 80, 107, 129, 132

Europa 14, 15, 16, 27, 29, 33, 51, 62, 89, 90, 95

evangélicos 31, 46, 47, 48, 49, 68, 76, 92, 125, 126

experiência 62, 68, 71, 76, 111, 112, 121, 128, 130

F

fake news 10, 129

fanatismo 8, 119, 127, 128, 129, 130, 131, 132

fascismo 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 17, 20, 21, 22, 25, 26, 29, 33, 38, 39, 41, 43, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 61, 64, 65, 66, 67, 68, 71, 72, 73, 74, 81, 82, 87, 88, 89, 90, 95, 99, 100, 101, 102, 108, 116, 117, 126

G

Guerra Mundial 20, 24, 79, 100

H

hinduísmo 95, 98

Hitler 8, 28, 30, 31, 32, 38, 64, 67, 79

I

Igreja 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 26, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 46, 47, 59, 78, 80, 82, 121, 132

Itália 8, 13, 15, 16, 18, 19, 20, 22, 26, 49, 51, 67, 81, 134

J

judeus 30, 34, 35, 36, 65, 73

L

liberal 9, 10, 19, 21, 22, 24, 79, 92, 124

liberalismo 17, 21, 79, 91, 120, 124

líderes religiosos 8, 52, 53, 54, 57, 64, 67, 110

livros 20

M

militância 9, 68, 129

N

nazista 29, 30, 33, 36, 37, 39, 41, 80

O

ortodoxia 61, 120, 122

P

pentecostalismo 56, 74, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 131, 132, 133

política 9, 10, 11, 12, 14, 17, 18, 24, 25, 26, 27, 29, 37, 41, 48, 49, 53, 59, 63, 65, 68, 71, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 86, 88, 89, 91, 92, 93, 96, 97, 98, 99, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 123, 124, 125, 128, 132

preconceito 70, 84, 106

propaganda 8, 29, 34, 52, 63, 68, 83

protestantes 31, 33, 34, 35, 42, 43, 46, 120, 121, 127

R

religião 8, 9, 10, 11, 16, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 36, 40, 45, 46, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 61, 64, 66, 70, 71, 72, 73, 81, 82, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 104, 112, 115, 116, 120, 123, 125, 128

S

secularização 17, 42, 78, 79, 96, 97

socialismo 17, 21, 35, 39

T

totalitária 29, 129

www.pimentacultural.com

Religião e Fascismo

DESENVOLVIMENTOS
RECENTES

